



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PROLING

GENIVAN SILVA PEREIRA

**GONGANDO A NORMA, AQUENDANDO AS PAJUBEYRAS:
IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E RESISTÊNCIA NO PAJUBÁ**

JOÃO PESSOA – PB
2025



GENIVAN SILVA PEREIRA

GONGANDO A NORMA, AQUENDANDO AS PAJUBEYRAS: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E RESISTÊNCIA NO PAJUBÁ

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de mestre.
Linha de Pesquisa: Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguística e Práticas Sociais.

Orientadora: Angela María Erazo Munoz.

JOÃO PESSOA – PB
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

P436g Pereira, Genivan Silva.

Gongando a norma, aqüendando as Pajubeyras :
ideologias linguísticas e resistência no Pajubá /
Genivan Silva Pereira. - João Pessoa, 2025.
114 f. : il.

Orientação: Ángela María Erazo Munoz.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ideologias Linguísticas - Pajubá. 2. Práticas
linguísticas - Comunidade LGBTQIAPN+. 3. Instrumento
Linguístico. 4. Glotopolítica. I. Munoz, Ángela María
Erazo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81'1(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETROS E ARTES - CCHLA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUÍSTICA - PROLING**

**GONGANDO A NORMA, AQÜENDANDO AS PAJUBEYRAS: IDEOLOGIAS
LINGUÍSTICAS E RESISTÊNCIA NO PAJUBÁ**

GENIVAN SILVA PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Aprovado em _____ de _____ de 2025.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:



Profª. Dra. Ángela María Erazo Muñoz
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Orientadora e Presidenta da Banca)

Profa. Dra. Andrea Ponte Silva
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Membro Interno)

[Redacted signature box]

Profa. Dra. Valdilena Rammé
Universidade Federal do Ceará – UFC
(Membro Externo)

Dedico esta dissertação à memória de Gisberta Salce Junior, mulher transexual cuja vida foi brutalmente interrompida pela violência e pela intolerância, na cidade do Porto (Portugal), em 2006. Que sua história, marcada por sofrimento e injustiça, continue a ecoar como um grito de re(ex)sistência e luta por dignidade, direitos humanos e respeito à diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é lançar sementes de afeto sobre o caminho percorrido — mesmo quando a terra parecia árida, quando os pés sangravam sobre pedras ou quando o céu se cobria de silêncios. Esta dissertação não nasceu apenas de páginas, mas de abismos, de travessias íntimas, de noites onde só o coração em chamas me serviu de lanterna. É feita de sombra e de luz, de silêncios antigos e palavras recém-nascidas, de tudo o que fui obrigado a calar e, enfim, escolhi dizer. Por isso, antes de tudo, agradeço às forças invisíveis que me guiaram — aquilo que alguns chamam de destino, outros de fé, e eu, talvez, de encantamento. Agradeço à espiritualidade que me sustenta nos gestos de coragem cotidiana, na arte de me reerguer, de me afirmar, de me reconhecer inteiro mesmo diante de um mundo que tantas vezes nos quer pela metade.

À minha família, minha raiz e meu porto, deixo minha reverência mais funda. Ao meu pai e à minha mãe, que me ofertaram as primeiras palavras e os primeiros silêncios — matéria-prima do que hoje escrevo e do que, ainda mais profundamente, sou. Com eles, aprendi que a linguagem pode ser refúgio, mas também invenção do mundo. Às minhas irmãs e aos meus irmãos, com quem compartilho não apenas o sangue, mas uma narrativa coletiva feita de afetos densos, ranhuras e reencontros. Há ternuras que não precisam ser ditas para existirem — e com vocês, elas florescem no tempo certo.

Aos amigos e amigas que permaneceram — e mais do que isso: floresceram ao meu lado —, mesmo quando meus caminhos não foram os mais óbvios nem os mais seguros. A vocês, que me acolheram em todas as minhas estações, que souberam ler meu corpo e minha voz sem legendas, ofereço o abraço mais demorado e necessário. Com vocês, a vida se torna mais dança do que dever. Vocês são meu chão onde posso existir por inteiro, mesmo quando a realidade tenta me dividir em pedaços.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Ángela María Erazo Muñoz, meu reconhecimento mais comovido. Sua escuta foi sopro em meio ao ruído, sua presença, abrigo em tempos de aridez. Com você, aprendi que a linguagem não é apenas objeto de estudo, mas também território de resistência, ferramenta de insurgência e reencantamento. Seu rigor afetuoso foi bússola e farol — e, sobretudo, a lembrança de que pensar também pode ser um ato de cuidado.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), casa de tantas vozes, de tantos ecos, de tantos abrigos, minha gratidão firme. Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling), que me acolheu em sua multiplicidade e me ensinou que há muitas formas de dizer o mundo — inclusive aquelas que durante séculos tentaram apagar ou silenciar. Aqui, pude construir saberes, mas também me reconstruir como sujeito — sem disfarces, sem concessões.

Este trabalho é feito também das minhas margens, dos meus corpos possíveis, das minhas verdades dissidentes e das minhas cores mais íntimas. Agradeço a quem veio antes de mim, abrindo veredas com a palavra, o gesto ou a existência. Agradeço a quem caminha comigo, mesmo quando a estrada é estreita ou o peso é grande demais para carregar sozinho. Agradeço, enfim, a quem me ensinou que há beleza na diferença e potência naquilo que nos recusaram chamar de normal.

Escrever esta dissertação foi, no fundo, um gesto político e amoroso — um abraço em tudo aquilo que sou, um canto para tudo o que ainda estou me tornando.

Maldita Geni

*“[...] Mainha, eu te prometo:
Eu vou ser muito feliz.
Meu nome é Bixarte,
eu não sou prostituta, sou poeta e atriz.*

*E mais, você não vai encontrar meu corpo preso
em uma viatura.
Se você queria me fazendo o programa,
prazer, eu sou a própria literatura”.*

(Bixarte)

RESUMO

Esta dissertação analisa, a partir da perspectiva glotopolítica, as Ideologias Linguísticas (ILs) relacionadas ao Pajubá — repertório linguístico originado do contato entre línguas africanas, o Português Brasileiro (PB) e as práticas linguísticas da população LGBTQIAPN+, especialmente travestis e pessoas transexuais — é representado em instrumentos lexicográficos como dicionários. O estudo investiga de que maneira essas representações contribuem para afirmar ou marginalizar o Pajubá enquanto prática linguística e política atravessada por relações de poder e disputas simbólicas, tendo como problema de pesquisa a forma como tais registros reforçam, tensionam ou subvertem ideologias relacionadas à norma culta, à legitimidade e ao pertencimento linguístico no Brasil. A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e interpretativo, conforme Denzin e Lincoln (2006), fundamentada nos aportes teóricos de Kroskrity (2004), que propõe cinco dimensões das ideologias linguísticas, e de Lagares (2018), que apresenta três condições fundamentais para sua constituição, além dos estudos de Araújo (2019), Barroso (2017) Del Valle (2007; 2013; 2014), Lima (2017) Melo (2016), Moita Lopes(2013). O *corpus* da pesquisa é composto por dicionários escritos em Pajubá, tais como *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário – um dicionário gay* (1996) e *Aurélia – a dicionária da língua afiada* (2006), cuja materialidade se concretiza como objeto sócio-histórico e técnico-cultural, refletindo práticas linguísticas de resistência e afirmação identitária. A análise evidencia que os dicionários *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário* (1996) e *Aurélia* (2006) materializam um sistema ideológico linguístico conforme proposto por Lagares (2018). Essas obras contextualizam o Pajubá a partir das vivências da comunidade LGBTQIAPN+, naturalizam seus termos como parte de um léxico legítimo e circulam em espaços culturais e acadêmicos, o que evidencia um processo de institucionalização dessa variedade linguística. Pelas dimensões de Kroskrity (2004), o Pajubá é compreendido como um marcador identitário e ferramenta de resistência, enquanto os dicionários revelam a mediação de poderes e o tensionamento entre marginalização e reconhecimento. Assim, conclui-se que, ao ser dicionarizado, o Pajubá atravessa disputas ideológicas e de poder, afirmando-se como prática discursiva de resistência e identidade de sujeitos marginalizados. Essa dicionarização não apenas descreve o léxico, mas também produz e reproduz sentidos sobre quem tem o direito de falar, o que pode ser dito e quais repertórios podem ocupar espaços de visibilidade social e política.

Palavras-chave: Glotopolítica. Ideologias Linguísticas. Pajubá. Comunidade LGBTQIAPN+. Instrumento Linguístico.

ABSTRACT

This dissertation analyzes, from a glottopolitical perspective, the Linguistic Ideologies (LIs) related to Pajubá — a linguistic repertoire originated from the contact between African languages, Brazilian Portuguese (BP) and the linguistic practices of the LGBTQIAPN+ population, especially transvestites and transsexual people — represented in lexicographic instruments such as dictionaries. The study investigates how these representations affirm or marginalize Pajubá as a linguistic and political practice permeated by power relations and symbolic disputes, having as a research problem the way in which such records reinforce, tension or subvert ideologies related to the standard norm, legitimacy and linguistic belonging in Brazil. The methodology adopted in this research is qualitative, with an exploratory, descriptive and interpretative character, according to Denzin and Lincoln (2006), based on the theoretical contributions of Kroskrity (2004), who proposes five dimensions of linguistic ideologies, and of Lagares (2018), who presents three fundamental conditions for their constitution, in addition to the studies of Araújo (2019), Barroso (2017) Del Valle (2007; 2013; 2014), Lima (2017) Melo (2016), Moita Lopes (2013). The research corpus is composed of dictionaries written in Pajubá, such as *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário – um Dicionário gay* (1996) and *Aurélia – a dicionária da língua afiada* (2006), whose materiality is concretized as a socio-historical and technical-cultural object, reflecting linguistic practices of resistance and identity affirmation. The analysis shows that the dictionaries *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário* (1996) and *Aurélia* (2006) materialize an ideological linguistic system as proposed by Lagares (2018). These works contextualize Pajubá based on the experiences of the LGBTQIAPN+ community, naturalize its terms as part of a legitimate lexicon and circulate in cultural and academic spaces, which evidences a process of institutionalization of this linguistic variety. According to Kroskrity's (2004) dimensions, Pajubá is understood as an identity marker and tool of resistance, while the dictionaries reveal the mediation of powers and the tension between marginalization and recognition. Thus, it is concluded that, when dictionaryized, Pajubá goes through ideological and power disputes, affirming itself as a discursive practice of resistance and identity of marginalized subjects. This dictionaryization not only describes the lexicon, but also produces and reproduces meanings about who has the right to speak, what can be here and which repertoires can occupy spaces of social and political visibility.

Keywords: Glottopolitics. Linguistic Ideologies. Pajubá. LGBTQIAPN+ Community. Linguistic Instrument.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABF	Agência de Cooperação Internacional Sueca
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
AIDSCAP	AIDS Control and Prevention Project.
ASDI	Agência Sueca de Cooperação Internacional.
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados.
ATRAS	Associação de Travestis de Salvador.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EIs	Expressões Idiomáticas.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
Entlaids	Encontro Nacional de Travestis e Liberados.
FHI	Family Health International .
GGB	Grupo Gay da Bahia.
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana.
ILs	Ideologias Linguísticas.
ISER	Instituto de Estudo das Religiões.
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Bináries e mais.
Libras	Língua Brasileira de Sinais.
LP	Língua Portuguesa.
PB	Português Brasileiro.
PLs	Políticas Linguísticas.
STF	Supremo Tribunal Federal.
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte da Cartilha	46
Figura 2: Antropônimos no Pajubá	49
Figura 3: Capa do dicionário <i>Diálogo de Bonecas</i>	77
Figura 4: Capa do dicionário <i>Bichonário: um dicionário gay</i>.....	80
Figura 5: Capa do dicionário Aurélia, a dicionária da língua afiada.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Termos do Pajubá	44
Quadro 2: Expressões metafóricas e metonímicas no Pajubá	48
Quadro 3: Comparativo Unificado dos Dicionários do Pajubá	83

SUMÁRIO

1	“AQÜENDANDO UM PAJUBÁ”: APRESENTAÇÃO DO QUE VIRÁ	14
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	18
2	ESTADO DA ARTE: O PAJUBÁ APRESENTADO PELAS PESQUISAS	21
3	DE ONDE BAFONIZA O PAJUBÁ: AS MONAS, O AXÉ E A DICONA DA LÍNGUA	30
3.1	O AXÉ DA MISTURA: A DICONA DAS LÍNGUAS NA BICHA BRASILIS	30
3.1.1	Pajubá, axé e resistência linguística: o poder das religiões afro-brasileiras na comunidade LGBTQIAPN+.....	34
3.1.2	A subalternização como problema político e a emergência do pajubá: resistência à heteronormatividade.....	40
3.2	AFINAL, QUE BABADO É ESSE? DIALETO, IDIOLETO, SOCIOLETO, PIDGIN OU CRIOUNO?	41
3.3	A FORMAÇÃO PAJUBEYRA.....	45
4	LÍNGUA(GEM) E POLÍTICA	52
4.1	LINGUÍSTICA E POLÍTICA	52
4.2	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS	58
4.3	A ABORDAGEM GLOTOPOLÍTICA	63
4.4	IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS.....	67
4.5	O DICIONÁRIO COMO OBJETO DE ANÁLISE: PERSPECTIVAS GLOTOPOLÍTICAS E IDEOLÓGICAS	72
5	CORPUS DE PESQUISA.....	75
5.1	DIÁLOGO DE BONECAS (1995)	75
5.2	BICHONÁRIO: UM DICIONÁRIO GAY (1996).....	77
5.3	AURÉLIA, A DICIONÁRIA DA LÍNGUA AFIADA.....	80
6	TÓPICOS DE ANÁLISE	83
6.1	ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS DICIONÁRIOS DO PAJUBÁ: MATERIALIDADE E IDEOLOGIA LINGUÍSTICA.....	83
6.2	A MATERIALIDADE DAS ILs NOS PREFÁCIOS DOS DICIONÁRIOS DE PAJUBÁ	90
6.2.1	<i>Diálogo de Bonecas</i> : Resistência, Performatividade e Reconfiguração Simbólica do Pajubá	90
6.2.2	Prefácio do <i>Bichonário</i> : Linguagem como refúgio e resistência	93
6.2.3	Prefácio do <i>Aurélia</i> : Erudição e subversão na metalinguagem.....	95
6.3	ANÁLISE LINGUÍSTICA E IDEOLÓGICA DO LÉXICO NOS DICIONÁRIOS DIÁLOGO DE BONECAS, BICHONÁRIO E AURÉLIA	98

6.3.1	A materialidade das ideologias linguísticas no Diálogo de Bonecas	98
6.3.2	A materialidade das ideologias linguísticas no <i>Bichonário: Um Dicionário Gay</i>	100
6.3.3	Análise dos Vocábulos do <i>Aurélia: A Dicionária da Língua Afiada</i>	102
7	DESAQUÊNDANDO O PAJUBÁ: CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	108

1 “AQÜENDANDO1 UM PAJUBÁ”: APRESENTAÇÃO DO QUE VIRÁ

Nos mais diversos espaços de comunicação contemporânea, expressões como “babado”, “close certo”, “lacre” e “bofe” circulam com naturalidade, sendo amplamente empregadas tanto em interações cotidianas quanto em produções midiáticas e redes sociais. Embora possam parecer apenas gírias passageiras, esses termos possuem raízes históricas e significados simbólicos que ultrapassam o uso coloquial. Originam-se do Pajubá, também chamado de Bajubá ou *Bate-bate*, um socioleto² apropriado historicamente por gays, travestis e transexuais, com raízes no léxico da Língua Portuguesa (LP) e forte influência do iorubá-nagô, refletindo a conexão entre a comunidade LGBTQIAPN+ e as religiões afro-brasileiras (Araújo, 2019; Lima, 2017). Ressignificado ao longo do tempo, o Pajubá tornou-se uma importante ferramenta de comunicação, afirmação identitária e resistência cultural frente à heteronormatividade.

Neste estudo, optamos pelo termo "Pajubá", uma vez que ele é amplamente utilizado em pesquisas recentes que exploram esse socioleto. Exemplos dessas obras são o livro *Linguagens Pajubeyras: Re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade*, de Carlos Henrique Lucas Lima (2017), e *Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids*, de Larissa Pelúcio (2009). A escolha do termo reflete uma tentativa de alinhamento com a nomenclatura predominante no campo de estudos sobre o Pajubá, reconhecendo a relevância de suas múltiplas dimensões enquanto linguagem e expressão cultural e identitária.

Desse modo, o Pajubá vai além de ser visto como um código linguístico, ele é um socioleto que evidencia a luta contra a marginalização linguística e a exclusão social, mostrando como as línguas se adaptam e se transformam conforme as vivências de seus falantes (Melo, 2016). Ao incorporar elementos de línguas de matriz africana, como o iorubá, o Pajubá reflete os encontros culturais que moldaram a identidade brasileira, ao mesmo tempo em que reafirma o protagonismo de grupos historicamente subalternizados. Nesse contexto, seu uso transcende o aspecto funcional da linguagem, tornando-se um ato político de afirmação e pertencimento, capaz de subverter padrões hegemônicos e reivindicar espaços de existência e expressão linguística (Araújo, 2019).

¹ Aqüendar é uma palavra polissêmica, podendo significar, neste contexto, falar. Mantém-se o uso do trema nas palavras do pajubá que eram grafadas dessa forma antes das novas regras ortográficas, para preservar a entonação característica dessas palavras, já que o trema altera o som dos vocábulos. Sendo uma linguagem de tradição oral, a manutenção de suas características fonéticas reforça sua identidade e expressividade (Araújo, 2019).

² A discussão que define o Pajubá como socioleto está desenvolvida no subcapítulo 3.2, intitulado “Afinal, que *babado* é esse? Dialeto, idioleto, socioleto, pidgin ou crioulo?”

O impacto do Pajubá no vocabulário popular demonstra como práticas culturais de grupos minorizados reverberam na sociedade em geral, influenciando desde o entretenimento até a publicidade e o jornalismo. Um exemplo recente dessa influência é o samba-enredo da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti para o Carnaval de 2025, intitulado "*Quem tem medo de Xica Manicongo*". A composição de Claudio Russo e Gustavo Clarão presta homenagem a Xica Manicongo, considerada a primeira travesti documentada no Brasil, e incorpora termos do Pajubá, evidenciando a presença desse socioleto no campo simbólico da cultura popular.

No refrão, expressões como "Eh! Pajubá!, acuendá sem xoxá pra fazer fuzuê... é Mojubá"³, que em português seria aproximadamente: "Isso é linguagem Pajubá! Se preparar discretamente para causar agito... Eu saúdo e respeito quem veio antes: ancestralidade", destacam a riqueza linguística e cultural do Pajubá. Essas palavras carregam significados profundos dentro das comunidades que as criaram e, ao serem utilizadas em uma manifestação cultural de grande alcance como o samba-enredo, promovem a visibilidade e o reconhecimento das identidades e histórias desses grupos. Dessa forma, a presença do Pajubá no samba-enredo da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti exemplifica como elementos linguísticos de grupos historicamente marginalizados têm conquistado espaço na esfera pública, contribuindo para a ampliação do repertório cultural e sociolinguístico como um todo.

Ainda, como exemplo dessa crescente visibilidade, destaca-se a inserção de uma questão sobre o Pajubá na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2018. Esse evento provocou um amplo debate público acerca da legitimidade do Pajubá como parte do repertório linguístico brasileiro. Além disso, observa-se um avanço na sua dicionarização, com a publicação de glossários e dicionários que registram e sistematizam suas expressões e significados — muitas vezes elaborados por membros da própria comunidade LGBTQIAPN+ como forma de preservação, valorização e afirmação identitária.

Nesse contexto de valorização da diversidade e da representatividade, cabe destacar que, nesta dissertação, empregamos a sigla LGBTQIAPN+, que abrange Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Bináries e outras identidades. Essa escolha dialoga com a abordagem adotada por mim, Genivan Silva Pereira no meu trabalho de conclusão de curso intitulado "*Não sou homem, não sou mulher, sou travesti*": *representação e identidade cultural no álbum Trava Línguas, de Linn da Quebrada* (2023),

³ Proporemos algumas aproximações interpretativas de palavras e expressões em Pajubá para o Português Brasileiro (PB), visando apenas facilitar a leitura, sem a intenção de aprofundar discussões tradutórias ou interpretativas.

evidenciando o compromisso em utilizar uma nomenclatura que contemple a diversidade de experiências e vivências presentes na comunidade.

A partir do estudo realizado no trabalho de conclusão de curso, o interesse pelo universo da comunidade LGBTQIAPN+ se voltou para uma investigação mais específica sobre o Pajubá, reconhecido como um socioleto atravessado por Ideologias Linguísticas (ILs) e marcado por aspectos culturais e identitários. Nesse percurso, esta dissertação aprofunda a pesquisa e examina o Pajubá sob a ótica das ILs, com atenção à forma como aparece em dicionários.

Nesse sentido, o estudo acompanha os processos de catalogação e definição do Pajubá em dicionários como *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário – um dicionário gay* (1996) e *Aurélia – a dicionária da língua afiada* (2006). A investigação se orienta pela perspectiva glotopolítica, considerando que a inclusão ou exclusão de determinadas palavras nesses dicionários não constitui um ato neutro ou meramente técnico, pelo contrário, reflete relações de poder e juízos de valor que permeiam o campo da linguagem (Lagares, 2018). Ao atribuir significados e estabelecer usos considerados legítimos, os dicionários desempenham um papel crucial na construção e manutenção de normas linguísticas, influenciando a forma como certos vocábulos e, consequentemente, os grupos que os utilizam são percebidos socialmente.

Desse modo, ao abordar o Pajubá em dicionários, este estudo examina como as escolhas lexicográficas contribuem para reforçar ou questionar as ILs dominantes. A análise recai sobre os critérios que orientam a inclusão e definição dos termos, avaliando de que maneira essas decisões impactam a representação das identidades LGBTQIAPN+ e colaboram para a valorização ou marginalização de seu repertório linguístico (Kroskrity, 2004).

Nesse sentido, as ILs, transcendem as simples concepções sobre a linguagem, refletindo as relações de poder e as dinâmicas sociais que influenciam a legitimação ou marginalização das práticas linguísticas. O Pajubá, ao desafiar as normas hegemônicas que favorecem o uso do Português Brasileiro (PB) no Brasil, emerge como um instrumento de resistência linguística e transformação cultural, merecendo, assim, maior atenção tanto acadêmica quanto social (Calvet, 2002).

Desse modo, a perspectiva glotopolítica proporciona uma análise crítica do Pajubá, permitindo entender como esse socioleto se insere nas dinâmicas de poder que regulam a linguagem (Lagares, 2018). Essa abordagem reflete a tensão entre o reconhecimento formal e simbólico do Pajubá, evidenciando as formas como os discursos normativos tentam dominar ou subverter a prática do socioleto. Ao considerar a linguagem como um campo de disputa, como proposto por José Del Valle (2013), os dicionários assumem um papel central na legitimação e formalização do Pajubá. Esses instrumentos linguísticos, além de conferir

visibilidade ao Pajubá, revelam também os mecanismos de controle sobre as práticas linguísticas e evidenciam formas de resistência cultural inscritas na própria linguagem.

Ademais, a reflexão sobre o papel dos dicionários, especialmente diante de novas abordagens glotopolíticas, destaca uma fase de transformação no processo de gramatização das línguas, como discutido por Bonnin e Lauria (2015). No caso do Pajubá, a codificação em dicionários contribui para sua visibilidade enquanto socioleto, funcionando também como uma ferramenta de reafirmação identitária e resistência linguística frente às formas de subordinação impostas pelo discurso dominante, além de atuar como um registro que assegura sua existência e legitimização (Lagares, 2018).

Dentro dessa perspectiva, a análise glotopolítica dos dicionários em Pajubá permite explorar os processos de normatização e contestação presentes na construção do socioleto. Esses registros são produtos de uma tensão entre o poder normativo da língua oficial dominante e a resistência cultural e linguística expressa no uso do Pajubá, como indicam as considerações de Lauria (2013). Tais registros não apenas documentam a língua, mas também revelam as complexas relações de poder que atravessam a produção e circulação das práticas linguísticas, tornando o Pajubá um campo de disputa simbólica que envolve o reconhecimento e a visibilidade da comunidade LGBTQIAPN+ e uma de suas formas de expressão linguística.

Nesse contexto, a problemática central da pesquisa surge da seguinte questão: como as Ideologias Linguísticas presentes nos dicionários em Pajubá refletem as dinâmicas de poder e resistência linguística e cultural no Brasil? Sob uma perspectiva glotopolítica, investiga-se como o Pajubá, enquanto socioleto da comunidade LGBTQIAPN+, se posiciona nas tensões entre dominação e resistência, e como seu uso e circulação revelam questões de marginalização, empoderamento e reivindicação linguística e identitária.

Para responder a essa questão-problema, a pesquisa tem como objetivo geral descrever e posteriormente analisar como as ILs se manifestam nos dicionários do Pajubá e como elas contribuem para a legitimização desse socioleto. Como objetivos específicos, a pesquisa busca:

- 1) Descrever o Pajubá de forma geral, destacando sua origem, características linguísticas e uso social;
- 2) Analisar as ILs presentes no uso do Pajubá, por meio da sistematização de exemplos, para compreender como esse socioleto se posiciona nas relações de poder e identidade.
- 3) Verificar em que medida o Pajubá cristaliza ou subverte a norma hegemônica.

A pesquisa possui natureza aplicada, pois visa compreender criticamente as ILs presentes em dicionários de Pajubá e seu impacto na legitimização desse socioleto. Adota-se a abordagem qualitativa, entendida, conforme Denzin e Lincoln (2006), como uma forma

interpretativa e naturalista de investigar os fenômenos em seus contextos, a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos. Fundamenta-se no método dialético, que concebe a linguagem como campo de disputa simbólica, permitindo analisar o Pajubá como prática de resistência linguística e afirmação identitária da comunidade LGBTQIAPN+⁴.

Esta pesquisa está estruturada em sete capítulos. O Capítulo um apresenta a introdução, com a justificativa, a problemática, os objetivos do estudo, um breve resumo dos capítulos seguintes, além da fundamentação teórica e da metodologia utilizada. No Capítulo dois, realizamos um estado da arte para mapear como o Pajubá tem sido abordado em estudos acadêmicos, identificando enfoques, recorrências e lacunas nas produções existentes.

O Capítulo três trata da contextualização histórica do contato entre as línguas africanas e o português no Brasil, destacando a influência do iorubá nas religiões afro-brasileiras e a incorporação do Pajubá pela comunidade LGBTQIAPN+. Também discute os impactos da Ditadura Militar e apresenta conceitos como dialeto, idioleto, socioleto, *pidgin* e crioulo, relacionando-os ao Pajubá. Por fim, são descritas sete categorias linguísticas que compõem esse socioleto.

O Capítulo quatro expõe a fundamentação teórica, com foco nas ILs, nos estudos glotopolíticos e nas relações entre linguagem e política, com vistas a analisar os dicionários em Pajubá. No Capítulo cinco, apresentaremos o *corpus* da pesquisa, composto por dicionários de Pajubá selecionados para a análise das práticas linguísticas e seus significados socioculturais.

O Capítulo seis apresenta a análise dos dados e os principais resultados, articulando-os com o referencial teórico adotado. O Capítulo sete encerra a pesquisa com as considerações finais, destacando as contribuições do estudo, seus limites e sugestões para futuras investigações. A seguir, o subcapítulo descreve o percurso metodológico adotado na condução desta pesquisa.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Este subcapítulo apresenta o percurso metodológico adotado na condução da pesquisa. A investigação tem como tema central a análise das ILs presentes em dicionários do Pajubá, buscando compreender como esses dicionários refletem disputas de poder, resistência e legitimação simbólica da linguagem no contexto da comunidade LGBTQIAPN+.

⁴ Posteriormente, no subcapítulo 1.1, serão apresentados com mais detalhes os caminhos percorridos para a organização metodológica deste trabalho, explicitando as escolhas teóricas e procedimentais que orientaram a análise das ILs nos dicionários de Pajubá.

Para conduzir a investigação, optamos por uma abordagem qualitativa e documental, que se mostra adequada para interpretar os significados e as práticas discursivas presentes em materiais previamente produzidos, inseridos em contextos sociais específicos. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que busca analisar criticamente as ILs nos dicionários do Pajubá, bem como seu papel na legitimação simbólica desse socioleto.

A perspectiva qualitativa adotada — conforme compreendida por Denzin e Lincoln (2006) — privilegia uma leitura interpretativa e contextualizada dos fenômenos, com base nos sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos. A fundamentação metodológica se ancora no método dialético, que entende a linguagem como espaço de disputas simbólicas, possibilitando a análise do Pajubá enquanto forma de resistência linguística e afirmação identitária da população LGBTQIAPN+.

Inspirado na noção de bricolage, conforme elaborada por Lévi-Strauss (1976) em *O Pensamento Selvagem*, o percurso metodológico adotado reúne diferentes fontes, estratégias e referências teóricas para construir uma análise a partir da seleção e recombinação de elementos culturais disponíveis. Assim como o bricoleur, que improvisa com o que tem à mão, esta pesquisa combina distintas abordagens e materiais para interpretar um objeto ainda pouco sistematizado no campo dos estudos linguísticos.

Nesse sentido, o percurso metodológico seguiu as seguintes etapas:

- Delimitação do tema, com foco na relação entre as ILs e os dicionários do Pajubá;
- Definição do *corpus*, composto por três dicionários: *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário – um dicionário gay* (1996) e *Aurélia – a dicionária da língua afiada* (2006);
- Levantamento do estado da arte, mapeando como o Pajubá tem sido abordado em pesquisas acadêmicas;
- Investigação da arqueologia do Pajubá, identificando suas raízes em línguas africanas, especialmente o iorubá, e sua presença em contextos religiosos afro-brasileiros e espaços culturais marginalizados;
- Caracterização do Pajubá enquanto socioleto, com base na Sociolinguística;
- Fundamentação teórica sobre as Ideologias Linguísticas, com apporte em autores como Lagares (2018) e Kroskrity (2004);
- Análise descritiva, interpretativa e crítica dos dicionários selecionados, com ênfase nos prefácios, apresentações, verbetes e outros aspectos, a fim de identificar padrões discursivos, estratégias de legitimação e marcas ideológicas que revelem como o Pajubá é construído e significado nesses registros.

Esse percurso, articulado entre práticas teóricas e escolhas interpretativas, visa lançar luz sobre o Pajubá como prática linguística insurgente, situada nas bordas da norma e do poder.

No próximo capítulo, apresentaremos o estado da arte, com o objetivo de mapear como o Pajubá tem sido tratado nas produções acadêmicas e situar esta pesquisa no contexto dos estudos linguísticos contemporâneos.

2 ESTADO DA ARTE: O PAJUBÁ APRESENTADO PELAS PESQUISAS

No presente capítulo, realizamos um estado da arte com o objetivo de mapear as produções acadêmicas que abordam o Pajubá e sua presença em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. Para isso, foram realizadas buscas nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sem delimitação temporal, considerando todas as investigações disponíveis que tratam desse socioleto.

Além das plataformas institucionais, também foram consultadas obras publicadas em livros, artigos científicos e outros dispositivos de circulação do saber acadêmico, com o intuito de alcançar uma amostra mais abrangente das produções existentes sobre o tema. O objetivo central foi identificar os principais estudos sobre o Pajubá, suas abordagens teóricas e metodológicas, as contribuições oferecidas ao campo dos estudos linguísticos e culturais, bem como lacunas e possibilidades ainda pouco exploradas.

Inicialmente marcado por discursos médicos que patologizaram identidades LGBTQIAPN+ e desconsideraram sua expressão linguística, o tema ganha novas interpretações a partir de estudos antropológicos e sociológicos, que reconhecem o Pajubá como um elemento fundamental da identidade e resistência dessa comunidade.

O estudo da linguagem e de seus desdobramentos sócio-histórico, culturais e políticos no contexto da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil apresenta abordagens históricas que refletem o contexto social e as ideologias predominantes de cada época. A pesquisa pioneira de Edmur de Aguiar Whitaker, psiquiatra e professor de psicologia e psiquiatria jurídica, foi realizada no final da década de 1930 no Instituto de Criminologia (Whitaker, 1938). Seu foco estava na investigação das práticas e costumes dos chamados "pederastas passivos" em São Paulo, analisando aspectos como apelidos e gírias utilizados pelos sujeitos pesquisados. Apesar do caráter inovador, sua abordagem esteve impregnada pelo discurso médico e criminalizador que predominava naquele período, reforçando estigmas e preconceitos sociais.

Posteriormente, em 1953, Jorge Jaime pesquisou sobre a homossexualidade masculina, relacionando a linguagem utilizada por homossexuais ao campo criminal. Para o autor, a gíria desempenhava um papel central na compreensão de um grupo social, refletindo hábitos, moralidade e problemas enfrentados pela classe em questão (Jaime, 1953). Em seu trabalho, expressões como "fazer tricô" ou "tricotar" (masturbar homens em lugares movimentados) e "meicar" (furtar pequenos objetos em lojas) foram analisadas como parte de uma linguagem supostamente vinculada a práticas delituosas. Essa perspectiva reforça a concepção de que a

linguagem de grupos marginalizados era interpretada negativamente, sob uma ótica de controle social.

Diferentemente dessas abordagens patologizantes, José Fábio Barbosa da Silva apresentou, no final da década de 1950, uma perspectiva inovadora ao tratar a homossexualidade masculina como um fenômeno social. Sua monografia, intitulada *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*, foi a primeira etnografia brasileira a adotar uma abordagem sociológica sobre a homossexualidade. Sob orientação do sociólogo Florestan Fernandes, o estudo rompeu com a visão predominante da homossexualidade como um problema social, focando na análise das práticas e interações sociais dos homossexuais em São Paulo (Silva, 2005).

No prefácio do livro *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*, organizado por Jaime James N. Green e Ronaldo Trindade destaca a relevância histórica da monografia de Barbosa da Silva, considerada um marco nos estudos sobre homossexualidade no Brasil. Apesar de sua importância, o trabalho permaneceu inédito por décadas, exceto por um artigo publicado na *Revista de Sociologia*. Em 2005, ao revisitar seu trabalho, Barbosa da Silva reconheceu suas limitações e destacou que seu estudo, embora inovador, possuía escopo restrito, com foco nas questões “O que é?”, “Onde toma lugar?” e “Como procede?” o fenômeno social analisado. Ele também ressaltou a necessidade de um recorte mais preciso, sugerindo o título *A elite homossexual masculina em São Paulo* para refletir com maior fidelidade o universo investigado (Silva, 2005).

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa de Silva (2005) foi a observação do uso de uma linguagem própria pelos homossexuais. Por meio da observação participante, o autor elaborou um glossário com palavras e expressões usadas pelo grupo estudado. Ele destacou que a linguagem de grupos minoritários cumpre funções importantes: facilita a comunicação interna, dificulta o entendimento por parte de indivíduos externos e reforça a identidade grupal. Segundo Silva (2005), esses sistemas simbólicos são essenciais para a preservação e continuidade da cultura de grupos marginalizados.

A partir das reflexões de Edward Macrae (2005), apresentadas no artigo *Em defesa do gueto* no livro citado acima, é possível traçar conexões entre os espaços de sociabilidade da comunidade e a construção de sua linguagem própria. Esses guetos, enquanto territórios de resistência cultural, funcionam como ambientes de proteção e desenvolvimento de práticas linguísticas marcadas pela identidade e pela resistência. Um exemplo significativo desse fenômeno é o papel do *Lampião da Esquina*, jornal de circulação nacional criado em 1978 e voltado para a comunidade LGBTQIAPN+ (Mariusso, 2015).

Mais do que um jornal destinado à comunidade gay, o *Lampião da Esquina* ampliava seu escopo ao tratar de temas relacionados a travestis, lésbicas, mulheres negras, indígenas, e questões ecológicas, demonstrando a interseccionalidade das lutas sociais.

O autor aponta que o periódico também foi um espaço de registro e discussão sobre a linguagem usada por essa comunidade. A edição nº 7, publicada em dezembro de 1978, destacou o interesse acadêmico na linguagem LGBTQIAPN+, exemplificado por uma carta de uma estudante de Letras de uma faculdade em São Paulo, que expressava a intenção de pesquisar as gírias homossexuais para um trabalho universitário.

Já na edição nº 22, de março de 1980, o jornal apresentou um glossário com palavras e expressões associadas à linguagem da comunidade. Segundo o *Lampião da Esquina*, esse socioleto era referido como o "dialeto das bonecas do subúrbio", ou, para os estudiosos, "bichano" ou "bichês" (Mariusso, 2015). Essa abordagem evidencia que, mesmo na década de 1980, a linguagem da comunidade já era percebida como um elemento social, linguístico e cultural digno de análise, ainda que de forma incipiente.

Outro trabalho relevante nessa área é o de Néstor Perlongher, que realizou uma pesquisa etnográfica sobre a prostituição masculina em São Paulo. Os resultados foram publicados no livro *O negócio do michê – prostituição viril em São Paulo* (1987), no qual o autor registra o uso de diversos termos do Pajubá, como *maricona*, *bicha-boy*, *erê* e *boyzinho*. No PB, esses vocábulos correspondem, respectivamente, a: homem gay mais velho; gay que combina traços masculinos e femininos; criança ou entidade espiritual infantil; e rapaz jovem e bonito. Essas palavras, inseridas no contexto de territórios de prostituição, revelam como a linguagem era usada para criar identidades e categorizar práticas e indivíduos dentro da própria comunidade. Ainda que Perlongher tenha tratado o tema de maneira preliminar, sua pesquisa contribuiu para documentar o uso linguístico da comunidade LGBTQIAPN+ em espaços urbanos marginalizados.

Na etnografia *Travestis, entre o espelho e a rua* (2007) — que reúne os trabalhos *Travesti: a invenção do feminino* (1993) e *Certas Cariocas* (1996) —, Hélio Silva investiga a vida das travestis na região da Lapa, no Rio de Janeiro. Embora o Pajubá não seja o foco central da obra, o autor registra diversas expressões recorrentes nas falas das interlocutoras, como *amapô*, *edi* e *o ó*, que significam, respectivamente, mulher, ânus e algo ou alguém ruim, mostrando como esses termos estão incorporados ao cotidiano e à linguagem das travestis. Essas expressões, transcritas como ouvidas, ilustram a presença marcante do Pajubá como uma ferramenta de comunicação, resistência e identidade dentro da prostituição, contexto amplamente abordado em sua pesquisa.

Neusa Maria de Oliveira (1994), por sua vez, realizou um estudo sobre as travestis de Salvador, especialmente no Pelourinho, nos anos 1980. Sua pesquisa, inicialmente defendida como tese e posteriormente publicada, focava na prostituição travesti e na transformação corporal como parte da economia erótica. A autora identificou traços culturais homogêneos na linguagem das travestis em várias regiões do país, com ênfase em expressões de origem na língua nagô (iorubá), utilizadas como códigos de defesa contra grupos hostis.

Don Kulick, em sua obra *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*, publicada originalmente em inglês em 1996 e traduzida para o português em 2008, apresenta uma perspectiva crítica sobre a origem e o uso do Pajubá. Em sua pesquisa sobre as travestis de Salvador, o autor observou a relação entre o socioleto e a língua nagô, mas contestou a premissa de que a maioria das travestis soteropolitanas tinha vínculo direto com o Candomblé. Ele argumentou que o *Diálogo das Bonecas*, um dicionário organizado pelo Grupo ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados) no Rio de Janeiro, apresentava mais termos de origem iorubá do que as travestis de Salvador realmente utilizavam. Para o autor, isso sugeria que muitas expressões do Pajubá poderiam ter surgido em outras regiões, como o Rio de Janeiro, devido às experiências migratórias de suas usuárias.

Apesar de suas críticas, o autor reconheceu o caráter fluido e dinâmico do Pajubá, evidenciando como essa linguagem representa a diversidade de trajetórias das travestis. Ele também destacou que o *Diálogo das Bonecas*, embora representativo de um grupo restrito, reflete a construção coletiva e migratória dessa linguagem. Assim, o Pajubá se apresenta como um fenômeno linguístico em constante transformação, que vai além de delimitações geográficas ou religiosas.

Alguns trabalhos encontrados nessa revisão bibliográfica tiveram como cerne a relação entre os cultos afro-brasileiros e a homossexualidade, a exemplo de Fry (1982) e Birman (2005). Essa proximidade entre a homossexualidade e tais religiões possibilitou a migração de palavras desses cultos para o Pajubá.

Florentino (1998), por sua vez, pesquisou as travestis na prostituição em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no fim da década de 1990. Segundo a autora, o objeto de sua investigação antropológica era o “travestismo” enquanto um fato social, cultural e histórico. Florentino (1998) dedicou uma sessão de sua dissertação à linguagem utilizada pelas travestis e buscou destacar elementos que constroem a linguagem, refletindo sobre algumas questões para que se possa ter uma ideia da importância e da riqueza dessa autêntica criação “clandestina” que revela aspectos tanto da relação entre as travestis quanto da sociedade abrangente

Alonso (2005), em seu levantamento na noite paulistana, analisou as gírias usadas por falantes da diversidade sexual em bairros como Jardins e Centro, em São Paulo. Ele investigou dois documentos centrais: *Gírias de todas as tribos*, de Karin Fuzaro (2001), e *Bichionário: um dicionário Gay*, de Orocil Santos Júnior (1996). O primeiro documento apresenta “gírias” de vários grupos sociais, com duas seções específicas para gays, lésbicas, simpatizantes e outra às “gírias” utilizadas por travestis. Já o segundo é voltado exclusivamente para a comunidade LGBTQIAPN+.

Alonso (2005) ressalta que os instrumentos linguísticos utilizados pela comunidade LGBTQIAPN+ revelam como a linguagem reflete relações sociais, expressando dinâmicas de poder, pertencimento e resistência cultural. Entre as classificações linguísticas mapeadas pelo autor, destacam-se termos como *trava*, *metá-metá*, *mona de equê*, *montada* e *caricata*, que correspondem, respectivamente, a: travesti; travesti em processo de transição ou sem seios; travesti ou mulher "falsa"; gay travestido com roupas e maquiagem; e gay feio ou que se apresenta de forma exagerada, apenas para divertir. Esses termos vão além da simples descrição, eles contribuem para a construção de identidades e para a definição de hierarquias sociais dentro da própria comunidade.

De forma complementar, Silva Filho (2010) analisa o Pajubá como uma linguagem que não apenas nomeia sujeitos e práticas, mas também estrutura relações de poder e pertencimento dentro do grupo. Expressões como *fina* e *pintosa*, que significam, respectivamente, gay elegante e gay assumida, exemplificam um sistema complexo de categorização que frequentemente reflete marcadores sociais da diferença, como raça, classe social e orientação sexual. Reforçamos que essas classificações linguísticas, embora hierarquizantes, permitem aos sujeitos um senso de lugar e pertencimento, além de visibilizar formas de resistência cultural em contextos opressores.

Em sua investigação etnográfica realizada em 2007 e publicada no livro *Abjeção e o Desejo*, Larissa Pelúcio (2009) destaca a importância do Pajubá para a compreensão do universo das travestis. Ao longo de seu estudo, ela observou o uso recorrente de termos como *mona*, *amapô*, *neca* e *alibã*, que, em português, significam, respectivamente, gay masculina, mulher, pênis e polícia. Esses vocábulos evidenciam a vivacidade, criatividade e especificidade dessa linguagem, marcando formas próprias de expressão, identidade e resistência.

Seguindo essa linha, William Peres (2015) analisou, em meados dos anos 2000, como a linguagem funciona como mediadora das interações sociais e afetivas-sexuais das travestis. O autor demonstrou que a linguagem não apenas reflete as normas do grupo, mas também regula comportamentos, podendo aprovar, censurar ou criticar ações individuais ou coletivas. Essa

característica dialógica e normativa do Pajubá reforça seu papel como mecanismo de manutenção da coesão social e de preservação cultural. Além disso, Peres (2015) observou as influências das religiões afro-brasileiras no Pajubá, um aspecto já documentado em outras etnografias, demonstrando como práticas culturais e linguísticas estão entrelaçadas.

Outro pesquisador relevante, Benedetti (2005), analisou as travestis de Porto Alegre e enfatizou a necessidade de compreender o Pajubá para acessar esse universo. Benedetti (2005) descreveu o socioleto como uma linguagem cifrada, utilizada em situações de vulnerabilidade ou para evitar a compreensão por terceiros. Essa dimensão do Pajubá como estratégia de segurança reforça sua funcionalidade enquanto prática de resistência linguística e subversiva diante de um contexto social opressivo.

Em 2009, Tiago Duque explorou o uso do Pajubá entre travestis adolescentes em Campinas, evidenciando seu papel em contextos institucionais de vigilância, como abrigos para menores. Duque (2009) aponta que, nesses espaços, o socioleto permitia a comunicação sobre práticas e desejos sexuais de maneira codificada, protegendo os jovens de represálias. Além disso, ele identificou o uso do termo “axé” entre as interlocutoras de sua pesquisa, associado à ideia de “sorte” na prostituição, exemplificando como o Pajubá reflete experiências concretas da vida dessas pessoas.

Mateus Freitas de Oliveira (2010) ampliou essa discussão ao estudar a prostituição transexual na cidade de Feira de Santana, na Bahia. O autor dedicou parte de sua dissertação à criação de um glossário, o *Vocabulário trans: bajubá*, sistematizando termos encontrados em sites e ajustando regionalismos ao contexto de sua pesquisa. É interessante ver o caráter nacional dessas pesquisas, pois elas abrangem diversos estados do Brasil, evidenciando que o Pajubá é um fenômeno de alcance nacional. Em um território tão extenso, esses estudos refletem a força e a abrangência dessa linguagem na comunidade LGBTQIAPN+. Esse trabalho demonstra o caráter dinâmico e adaptável do Pajubá, bem como sua presença nas redes de sociabilidade transexuais.

Marília Amaral (2012) investigou as travestilidades a partir do discurso de iniciantes na vida de travestis na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Amaral (2012) foi pioneira ao nomear o uso da linguagem entre travestis como “bajubá” no Sul do Brasil, diferenciando-se de estudiosos como Florentino (1998), Benedetti (2005) e Peres (2015). A autora percebeu que a linguagem desempenha um papel central na constituição de identidades, permitindo que as travestis se reconheçam como sujeitos. Além disso, seu estudo apontou que as gírias, mais do que mecanismos de proteção, são também ferramentas para discutir corpos e classificá-los

dentro do universo transexual e travesti, criando um vocabulário específico para dialogar sobre experiências corporais e subjetivas (Amaral, 2012).

Adriana Sales (2012), em sua pesquisa sobre travestilidades no espaço escolar, reforça a relevância da linguagem como instrumento de resistência. Para Sales (2012), a linguagem é uma estratégia para enfrentar o normativo e o hegemônico, ainda que sua pesquisa não tenha mencionado diretamente o Pajubá. Segundo a autora, a comunicação das travestis no ambiente escolar se configura como tática de convencimento e pertencimento, evidenciando como práticas linguísticas atuam no enfrentamento de preconceitos e na busca por inclusão.

Rodrigo Borba e Ana Cristina Ostermann (2008) analisaram a relação entre linguagem e performance de gênero, destacando como o uso gramatical pode reproduzir ou recriar identidades.

Ademais, em sua pesquisa intitulada *Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT*, Renato Regis Barroso (2017) analisa o Pajubá como um código de resistência construído pela comunidade LGBTQIAPN+. O autor explora sua origem no contato entre o iorubá e o português, além de investigar suas dimensões linguísticas, culturais e identitárias. A pesquisa também evidencia como esse léxico opera na eufemização de expressões de teor sexual e na luta contra a homofobia, com base em dados coletados junto a pessoas de diferentes idades e orientações sexuais.

Por outro lado, a obra *Bajubá: memórias e diálogos das travestis* (2019), de Gabriela Araújo, deriva da dissertação intitulada *(Re)encontrando o Diálogo de Bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica* (2018). Nela, a autora investiga a linguagem LGBTQIAPN+ — especialmente o bajubá (como a autora chama) — no contexto das travestis, partindo da pergunta sobre como essa linguagem circula, é apropriada e permanece entre elas, e com quais significados. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e na análise de cinco documentos que sistematizam o bajubá, com destaque para o *Diálogo de Bonecas*, primeiro registro feito por travestis. Com abordagem etnográfica multissituada, Araújo (2019) entrevistou três militantes travestis, buscando compreender os sentidos acionados pelo pajubá em suas experiências.

Já a dissertação *Bicha-papona que devora designs e teorias: antropofagya e cultura pajubeyra como orientadores projetuais*, de Angelix Nunes de Oliveira Borsa (2023), investiga como marcadores culturais da comunidade LGBTIAPN+ — especialmente o pajubá e a antropofagya — podem orientar projetos de design. A pesquisa se fundamenta na Teoria da Complexidade, na semiótica cultural e no design estratégico, articulando esses referenciais a partir de depoimentos de pessoas LGBTIAPN+ em Porto Alegre e de uma cartografia simbólica

dos territórios pesquisados. O estudo propõe, ao final, um conceito de projeto de experiência artística guiado por esses referenciais e vivências.

A pesquisa de Ailton Gomes da Silva Júnior (2023), vinculada ao projeto *Representação e visibilidade de gênero e sexualidade periféricos na imprensa hegemônica brasileira*, analisa o uso do que ele chama de dialeto Pajubá como chave epistemológica em produções de travestis acadêmicas, com destaque para a obra *Neca*, de Amara Moira. A partir de uma perspectiva decolonial e *queer*, o autor propõe compreender o Pajubá como ferramenta política e afetiva na construção de outros modos de saber e existir.

Nesse mesmo campo de investigação, a dissertação *O Pajubá falado no programa Drag Race Brasil*, de Raul Silvestre Benitez Aguilera (2024), investiga o léxico utilizado por gays masculinos participantes do *reality show*, com idades entre 22 e 46 anos. O autor, que denomina esse modo de falar como dialeto, analisa o uso das lexias como marca de identidade e sexualidade e do contexto histórico do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil. A pesquisa resulta na elaboração de um glossário e defende o reconhecimento dessa variedade linguística como forma legítima de expressão e resistência cultural.

Complementarmente, a dissertação *Arquivo de pajubá (1977-1989): discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico* (2024), de Kaya Araújo Pereira, investiga os discursos sobre o pajubá durante a década de 1980, combinando a História das Ideias Linguísticas com a Análise do Discurso materialista. O autor constrói um arquivo de discursos acadêmicos, militantes e jornalísticos sobre o dialeto, focando particularmente em vocabulários de pajubá-português presentes em dois programas de jornalismo investigativo, de 1985 e 1989. A pesquisa analisa esses vocabulários em sua historicidade, buscando compreender o que foi silenciado sobre o pajubá, especialmente sua relação com as línguas afro-religiosas.

Nesse sentido, Araújo (2019) ressalta que o Pajubá transcende sua função de comunicação codificada, configurando-se como elemento fundamental para o enfrentamento de estruturas normativas. Ele permite não apenas proteger conteúdos sensíveis da comunidade LGBTQIAPN+, mas também recriar identidades, reafirmar pertencimentos e gerar formas de resistência em contextos de opressão. Assim, a linguagem no universo LGBTQIAPN+ é um território dinâmico, onde corpos, subjetividades e práticas culturais e linguísticas se interseccionam e se reconstroem continuamente.

Dessa forma, os estudos mencionados reforçam o argumento de Araújo (2019), que ressalta que o Pajubá transcende sua função de comunicação codificada, configurando-se como elemento fundamental para o enfrentamento de estruturas normativas. Assim, a linguagem no

universo LGBTQIAPN+ é um território dinâmico, onde corpos, subjetividades e práticas culturais e linguísticas se interseccionam e se reconstroem continuamente.

É a partir dessa concepção que esta pesquisa se insere nas discussões sobre o Pajubá enquanto prática linguística e política atravessada por relações de poder e disputas simbólicas. Com foco nos dicionários desse socioleto em obras como *Diálogo das Bonecas* (1995), *Bichonário – um dicionário gay* (1996) e *Aurélia – a dicionária da língua afiada* (2006), o estudo investiga de que maneira tais registros contribuem para afirmar ou marginalizar o Pajubá, tendo como problema de pesquisa a forma como os dicionários reforçam, tensionam ou subvertem ideologias relacionadas à norma culta, à legitimidade e ao pertencimento linguístico no Brasil.

Nesse sentido, esta pesquisa inova ao aplicar a perspectiva das ILs para compreender o processo de dicionarização do Pajubá, evidenciando como ele atravessa disputas simbólicas e políticas. Mais do que apenas descrever um léxico, os dicionários analisados produzem e reproduzem sentidos sobre quem tem o direito de falar, o que pode ser dito e quais repertórios podem ocupar espaços de visibilidade social e política.

O próximo capítulo traz um panorama sobre a trajetória do Pajubá, desde suas raízes até sua afirmação como linguagem identitária da comunidade LGBTQIAPN+.

3 DE ONDE BAFONIZA O PAJUBÁ: AS MONAS, O AXÉ E A DICONA DA LÍNGUA⁵

Este terceiro capítulo tem como objetivo contextualizar a origem e a evolução do Pajubá até sua consolidação na fala da comunidade LGBTQIAPN+. Para isso, a discussão será dividida em três subcapítulos.

O primeiro abordará o contato histórico entre línguas africanas e o português no Brasil, com destaque para o papel do iorubá nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Analisaremos como esses contextos religiosos influenciaram a incorporação e a difusão do Pajubá, especialmente durante períodos de repressão, como a Ditadura Militar.

O segundo discutirá os conceitos de dialeto, idioleto, socioleto, *pidgin* e crioulo, buscando situar o Pajubá dentro dessas categorias e refletir sobre suas particularidades linguísticas.

Por fim, o terceiro examinará as principais categorias que compõem o Pajubá: termos de origem africana, metaforização, uso de antropônimos, expressões idiomáticas, termos indígenas, superlativos e verbos como modalizadores discursivos.

3.1 O AXÉ DA MISTURA: A DICONA DAS LÍNGUAS NA BICHA BRASILIS⁶

Neste subcapítulo, iniciaremos com uma contextualização histórica do contato entre as línguas africanas e o português no Brasil, destacando o papel transformador dessa interação linguística na formação da diversidade cultural e linguística do país.

No Brasil, o contexto da escravidão permitiu o contato direto entre línguas africanas e o PB, resultando em uma troca linguística que moldou a diversidade cultural e linguística do país. De acordo com Barroso (2017), durante mais de três séculos, escravos trazidos de

⁵ De acordo com Araújo (2019), o termo *bafoniza* é derivado de *bafão*, gíria do Pajubá que se refere a algo chamativo, importante ou impactante, aqui adaptado como "vem" ou "surge" de forma expressiva. *Monas* é uma expressão linguística no Pajubá para se referir às pessoas LGBTQIAPN+, geralmente com tom afetuoso. *Axé* alude às religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, enfatizando o aspecto cultural e espiritual do Pajubá. Por fim, *dicona* é um termo que significa "informação valiosa" ou "orientação importante", indicando a profundidade e riqueza linguística abordadas no texto. O título busca capturar a essência do tema com linguagem autêntica e inclusiva.

⁶ No título, *axé* refere-se à energia vital presente nas religiões afro-brasileiras, simbolizando a força cultural das línguas africanas. *Dicona* é um termo do Pajubá que significa "informação importante", destacando a relevância do contato entre essas línguas e o português. Já *bicha brasiliis* é uma expressão que combina o Pajubá com um toque lúdico, remetendo à brasiliidade e à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no cenário histórico e cultural. O título ressalta o impacto das interações linguísticas no Brasil enquanto celebra a riqueza linguística do Pajubá (Melo, 2016).

diferentes regiões africanas trouxeram suas línguas e culturas, que entraram em contato com o português imposto pelos senhores e administradores coloniais.

Esse encontro não foi uma simples mistura, mas uma “inversão dos termos”, como propôs Raymundo Nina Rodrigues (1932, p. 126). Face ao exposto, o autor afirma:

Não se trata de conhecer a linguística africana pelo estudo aprofundado das línguas dos escravos importados [...] Trata-se, em primeiro lugar, de saber quais foram as línguas africanas faladas no Brasil e, em segundo lugar, tomando conhecimento dos modernos estudos sobre elas realizados na África, apreciar a influência que exerceram sobre o português falado no Brasil.

Nesse sentido, a proposta não é apenas entender o idioma dos africanos trazidos ao Brasil, mas analisar como suas línguas deixaram marcas profundas na estrutura linguística e cultural do português local. Esse legado se manifesta também na criação de modos de expressão únicos, que combinam palavras e sentidos de origem africana em contextos contemporâneos, como no caso do Pajubá (Barroso, 2017). Essas influências africanas se refletem de diferentes maneiras, dando origem a variações linguísticas que carregam a história e a resistência das culturas africanas no Brasil.

Além do Pajubá, outras línguas e modos de expressão surgiram do contato entre as línguas africanas e o português. O "Português afro-brasileiro" ou "Pretoguês", termo proposto por Lélia Gonzalez (1988), faz referência a uma marca de africanização do português, com influências diretas de línguas africanas, como o banto e o iorubá, nas quais elementos fonológicos e léxicos moldaram o português falado no Brasil. Esse processo também está presente no “Portunhol”, uma mescla de português com o espanhol, que, por sua vez, carrega marcas das línguas indígenas e africanas, especialmente em regiões de fronteira entre o Brasil e países de língua espanhola (Bagno, 2016). De maneira similar, o Guaraní também deixou sua marca no português, especialmente nas zonas de convivência entre os povos indígenas e os colonizadores, refletindo-se na toponímia e em certos aspectos lexicais do PB (Bagno, 2016).

Essas línguas e seus registros não são apenas variações linguísticas, elas representam a luta, resistência e mestiçagem das culturas que compõem a sociedade brasileira, sendo um reflexo do legado histórico do colonialismo e da escravidão. Durante o período colonial, a convivência entre escravos de diferentes origens provocou uma comunicação pragmática e mestiça, caracterizada pela mistura de diferentes culturas, etnias e línguas (Barroso, 2017). Os negros recém-chegados ao Brasil eram obrigados a aprender o português para se comunicar com os senhores e com outros escravos, especialmente nas transações comerciais, como destaca Borges (2015). Essa mistura de línguas resultou em uma forma de comunicação prática,

necessária para o cotidiano da época, que refletia a realidade da escravidão e da resistência linguística.

De acordo com Barroso (2017), a predominância do iorubá – língua tonal do grupo níger-congo, falada principalmente no sudoeste da Nigéria, Benim e Togo – na Bahia, assim como do quimbundo e do congolês no Norte e no Sul do Brasil, evidencia a influência dessas línguas na formação do PB com traços africanos. Durante o tráfico de escravizados, o iorubá desempenhou papel central na cultura afro-diaspórica, influenciando práticas como o Candomblé no Brasil e a Santeria em Cuba. Embora tenha obtido uma forma escrita apenas há cerca de 150 anos, o iorubá se tornou uma referência importante para o estudo das línguas africanas no Brasil, sendo preservado em cantos religiosos, na oralidade de terreiros e em iniciativas acadêmicas que buscam compreender a herança linguística africana no país.

No entanto, a redução do uso das línguas africanas no Brasil ocorreu de forma gradual, acompanhando as transformações nos contextos sociais e econômicos após a abolição do tráfico de escravizados (Barroso, 2017). As línguas, enquanto sistemas vivos dependentes de seus falantes, perderam espaço à medida que os descendentes africanos foram forçados a se integrar a uma sociedade que privilegiava o português como língua hegemônica, limitando a transmissão intergeracional e, assim, enfraquecendo a existência dessas línguas no território brasileiro.

Nesse sentido, Mendonça (1933) observa que, com o passar do tempo, várias línguas africanas deixaram de ser faladas no Brasil, levando, em alguns casos, à sua extinção. Esse processo foi intensificado pela interrupção do tráfico transatlântico de escravizados, que anteriormente mantinha um fluxo constante de falantes de línguas como o iorubá, o banto (especialmente o quimbundo) e o mina-jeje para as regiões economicamente dinâmicas do país. Essas áreas incluíam principalmente os engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste (como Pernambuco e Bahia), as plantações de tabaco, e as zonas de mineração em Minas Gerais (Barroso, 2017).

Nesses contextos, algumas dessas línguas africanas desempenharam o papel de línguas veiculares, ou seja, funcionaram como meios de comunicação comuns entre pessoas de diferentes origens linguísticas (Barroso, 2017). Por exemplo, o quimbundo era amplamente utilizado entre os escravizados nas regiões Norte e Sudeste, enquanto o iorubá teve maior predominância na Bahia. Essa alternância de códigos — quando os falantes misturavam ou trocavam entre línguas diferentes de acordo com o contexto ou interlocutor — foi uma prática recorrente. Um exemplo seria o uso do iorubá em cânticos religiosos nos terreiros de Candomblé, intercalado com o português no cotidiano.

Como aponta Barroso (2017), o candomblé constitui-se como um rito religioso originário da África austral e ocidental, organizado dentro de uma infraestrutura social brasileira que se caracteriza, principalmente, pelo transe de possessão em seus adeptos e pelos processos iniciáticos. Dentro dessa estrutura, a participação de indivíduos desta comunidade sempre foi presente, refletindo a natureza acolhedora das práticas afro-brasileiras.

Conforme argumenta Barroso (2017), essa interação linguística, marcada pela coexistência e mistura de diferentes idiomas, consolidou-se no Brasil ao longo do tempo, criando um português com fortes influências africanas. Palavras, expressões e estruturas derivadas dessas línguas passaram a integrar o vocabulário brasileiro, especialmente em contextos culturais e religiosos, resultando em uma evolução linguística única no país.

De acordo com Barroso (2017), a partir das mudanças econômicas e sociais ocorridas no Brasil durante o período colonial, marcadas pela expansão da escravização e pela consolidação do sistema plantio, o português começou a se consolidar como a língua predominante. O pesquisador ainda acrescenta que essa predominância foi impulsionada pelas políticas de imposição linguística adotadas pela Igreja Católica e pelo Estado colonial, que usavam a língua portuguesa como ferramenta de controle social e de uniformização cultural. O ensino obrigatório do português nas escolas, assim como sua difusão em ambientes públicos e religiosos, desempenhou papel central nesse processo. No entanto, essa predominância não ocorreu de maneira instantânea, mas foi gradativa e permeada por tensões históricas, sociais, políticas e culturais.

As línguas africanas trazidas pelos povos escravizados, especialmente as veiculares como o quimbundo e o iorubá, tiveram seu uso progressivamente limitado às comunidades afrodescendentes. Inicialmente utilizadas para a comunicação cotidiana, essas línguas foram relegadas a usos específicos, como nas práticas religiosas. Esse processo ocorreu tanto pela repressão direta das autoridades quanto pela fragmentação linguística provocada pela separação dos grupos étnicos nos engenhos e fazendas (Barroso, 2017).

Segundo Queiroz (1984), essas línguas foram adaptadas ou transformadas em novos contextos, especificamente em situações de clandestinidade, ou seja, foram “refuncionalizadas” para desempenhar funções diferentes daquelas que tinham originalmente. Esse processo visava preservar a identidade linguística e garantir a resistência cultural diante das imposições externas. Essas línguas passaram a ser usadas como línguas culturais nos rituais afro-brasileiros, como no Candomblé e na Umbanda, assumindo o papel de conectar os praticantes com os ancestrais e as divindades, cumprindo uma função espiritual e simbólica importante.

Além disso, em alguns contextos, essas línguas se transformaram em línguas secretas ou de santo, reservadas a iniciados – praticantes que passaram por um processo ritualístico que marca sua entrada formal e espiritual em uma religião – nos cultos, como forma de proteção contra a perseguição religiosa e cultural (Queiroz, 1984). Por exemplo, o uso do iorubá no Candomblé é um meio de manter o vínculo com as tradições africanas e de ressignificar a espiritualidade em território brasileiro. Um exemplo disso é o uso de termos como "Oruncó", nome sagrado recebido pelo iniciado no Candomblé, geralmente em iorubá, como parte do processo de reafirmação identitária e espiritual. Esse nome é restrito ao uso dentro do terreiro e reforça a ligação do praticante com sua ancestralidade (Queiroz, 1984).

Assim, segundo Barroso (2017), essas línguas deixaram de ser apenas veículos de comunicação cotidiana para se tornarem ferramentas de preservação identitária e linguística, de autodefesa cultural e de afirmação no grupo. Esses processos não ocorreram de forma automática, mas foram o resultado de práticas sociais, estratégias de resistência e de uma adaptação contínua às condições de opressão.

Essa transformação evidencia a complexidade das Políticas Linguísticas (PLs) no Brasil, que não apenas apagaram ou subalternizaram as línguas africanas, mas também participaram da construção de um cenário em que essas línguas foram ressignificadas no contexto afro-brasileiro. Somam-se a isso as ILs, que, articuladas a processos históricos de escravização e racismo estrutural, contribuíram para a marginalização dos modos de falar associados às populações negras. Assim, tanto as PLs quanto as ILs refletem e reforçam o lugar subalternizado do negro na sociedade brasileira, ao definirem quais línguas e práticas comunicativas são legitimadas ou silenciadas.

Na sequência, propomos uma análise sobre os fluxos de interação entre línguas africanas e práticas religiosas afro-brasileiras, com destaque para o papel do iorubá nos rituais e na preservação cultural do Candomblé e da Umbanda — espaços onde a linguagem também atua como resistência, memória e identidade coletiva.

3.1.1 Pajubá, axé e resistência linguística: o poder das religiões afro-brasileiras na comunidade LGBTQIAPN+

Abrimos um espaço neste subcapítulo para destacar a interação linguística com ênfase no papel das línguas africanas, especialmente o iorubá, nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Além disso, destacaremos a importância dessas religiões na adoção e difusão do Pajubá dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Conforme Araújo (2019), as línguas africanas foram empregadas desde o século XIX nos cultos afro-brasileiros, destacando-se principalmente em religiões como o candomblé e a umbanda, cujas práticas reforçam a conexão com a ancestralidade. Segundo Barroso (2017), esses cultos se dividem entre aqueles que mantêm uma maior fidelidade à tradição africana, como o candomblé, e aqueles que mesclam diferentes tradições, como a umbanda, combinando elementos africanos, indígenas e europeus, particularmente católicos e espiritualistas.

De acordo com Queiroz (1984), o Candomblé, por exemplo, utiliza as línguas específicas de cada nação para preservar a identidade cultural e religiosa de seus praticantes. O autor destaca que essas línguas, como o Nagô-Queto (Iorubá), o Jeje (Ewé-Fon) e o Angola (Quimbundo-Quicongo), são empregadas nos rituais como uma forma de resistência linguística e cultural e de afirmação da tradição africana no Brasil. Queiroz (1984) enfatiza que essas línguas não são apenas formas de comunicação, mas elementos essenciais da religiosidade, que carregam significados profundos ligados à ancestralidade.

A utilização dessas línguas nos rituais, como os cânticos em Iorubá, Fon e Quimbundo, como observado por Queiroz (1984), pode criar uma barreira para os não iniciados – aqueles que não têm o conhecimento profundo dos rituais, símbolos ou línguas sagradas utilizadas na prática religiosa – tornando difícil a compreensão dos significados espirituais e das invocações. O autor aponta que essa situação reforça a ideia de que as línguas são, de fato, marcas de pertencimento e exclusão dentro do contexto religioso do Candomblé. Além disso, o autor sugere que a preservação dessas línguas é fundamental para a manutenção das práticas religiosas e culturais das comunidades de Candomblé, funcionando como um meio de resistência à homogeneização linguística e cultural imposta pela sociedade dominante.

O caráter linguístico dos cultos de candomblé é marcado pelo uso de formas *pidginizadas* das línguas africanas, adaptando palavras-chave das línguas originais (como ioruba, fon e quimbundo) para facilitar a comunicação no contexto brasileiro (Barroso, 2017). Por exemplo, palavras como "Orixá" e "Axé" são mantidas, mas com estrutura gramatical simplificada. Em rituais, expressões como "Ahó, Ahó, Gbédó Kpan" no Jeje ou "Nkisi" no Angola são usadas com pronúncia adaptada, permitindo que praticantes compreendam sem precisar dominar as línguas africanas. Isso facilita o acesso à tradição religiosa, mantendo a conexão com a cultura africana (Barroso, 2017).

No contexto desses cultos de Candomblé, a linguagem ritualística refere-se ao uso específico da língua para a realização de rituais, como cânticos, saudações e até nos nomes dados aos iniciados, assumindo um papel comunicativo interno essencial para a identidade e funcionamento dos ritos, pois transmite significados espirituais e simbólicos que reforçam a

conexão com as divindades e a ancestralidade (Karasch, 2000). Por exemplo, ao chamar um orixá ou vodum em iorubá ou fon, a forma como a palavra é dita possui um poder ritual e energético que não pode ser simplesmente traduzido ou entendido fora do contexto ritualístico. A língua ritualística, assim, vai além da comunicação cotidiana, sendo um meio de acesso à espiritualidade.

Em contraste, nos cultos de Umbanda, conforme Karasch (2000), a linguagem é mais próxima do PB falado no dia a dia, mas com diferenças em seu vocabulário, semântica e estrutura gramatical, dependendo da entidade espiritual que a utiliza. Ainda, segundo o autor, essas variações são determinadas pela entidade (por exemplo, caboclos ou pretos-velhos) e podem incluir termos e expressões que não fazem parte do português coloquial. Isso pode gerar confusão para aqueles que não estão familiarizados com essas marcas, pois a língua utilizada não segue completamente as normas do português informal, mas sim adaptações ligadas à espiritualidade e à tradição umbandista.

Nesse sentido, Barroso (2017) argumenta que o caráter linguístico dessas religiões afro-brasileiras revela peculiaridades distintas que refletem suas especificidades, como o uso de línguas africanas adaptadas. O autor ainda acrescenta que no candomblé, as “línguas” proferidas por entidades recebidas por médiuns em estado de transe apresentam especificidades linguísticas associadas a cada tipo de entidade, como caboclos, pombagiras e exus, refletindo suas origens e características espirituais.

Os caboclos, entidades indígenas, falam de maneira informal e direta, incorporando vocabulário coloquial e termos indígenas como “bicho”, “terra” e “espírito”, com um tom firme e solene que remete à conexão com a natureza e à sabedoria ancestral. As pombagiras, associadas à sensualidade e proteção, usam uma linguagem afetuosa e cheia de gírias, com expressões como “querida”, “amada” e “cuidado”, refletindo o poder feminino e a sexualidade. Já os exus, entidades de comunicação, falam de forma direta e irreverente, utilizando termos como “meu irmão” e “vamos logo”, o que expressa sua energia rápida e a atuação nos rituais, voltada à abertura de caminhos e resolução de conflitos (Karasch, 2000).

No Candomblé, as casas seguem uma estrutura hierárquica que se baseia na tradição iorubá, uma das culturas africanas que influenciou profundamente a religião. Essa organização é presidida por mães e pais de santo, que possuem uma autoridade central e indispensável para a prática religiosa. A liderança deles é fundamental para a manutenção dos rituais e para o ensinamento dos princípios espirituais, assegurando a continuidade da tradição e a preservação da cultura afro-brasileira no contexto do Candomblé (Barroso, 2017).

A língua iorubá, por sua vez, teve seu uso intensificado nos anos 1960 por movimentos culturais e sociais, que buscaram fortalecer a identidade e a herança africana no Brasil (Barroso, 2017, p. 37). Nesse sentido, o autor observa que:

Nessa época, cantores como Dorival Caymmi, Toquinho, Vinicius de Moraes, Maria Bethânia, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Martinho da Vila e Clara Nunes, por serem ligados à religião do candomblé, usavam as expressões na composição de algumas músicas e, muitas vezes, cantavam os “pontos” de umbanda em seus shows.

Nesse contexto, os “pontos” – canções e cânticos litúrgicos de forte significado espiritual – desempenham um papel essencial ao invocar orixás e entidades. Essa prática religiosa, além das composições e interpretações musicais, fortaleceu a visibilidade das línguas rituais de cultos afro-brasileiros e ampliou seu alcance para além dos terreiros (Barroso, 2017). Exemplos disso podem ser encontrados na música popular, onde muitos artistas incorporam pontos de Candomblé em suas canções, mantendo viva a conexão com as tradições religiosas e culturais.

Um exemplo clássico é a canção "Canto de Xangô", de Gilberto Gil, onde ele utiliza referências aos pontos de Candomblé para saudar Xangô, orixá da justiça e do trovão. A música carrega a cadência e os elementos rítmicos típicos dos cânticos litúrgicos, tornando o ponto acessível ao público em geral. Da mesma forma, em "Canto de Iemanjá", Baden Powell e Vinicius de Moraes incorporam o ponto tradicional de saudação à orixá das águas, Iemanjá, de maneira a difundir esse aspecto da cultura afro-brasileira na música popular.

Esses exemplos demonstram como a música popular brasileira tem sido um veículo para a preservação e difusão das línguas e cânticos rituais do Candomblé, permitindo que o público, muitas vezes distante dos terreiros, tenha contato com essa rica herança cultural.

Ainda, no que se refere aos estudos das línguas africanas no candomblé, de acordo com Queiroz (1984), historicamente, as *línguas secretas* afro-brasileiras desempenharam um papel essencial na resistência cultural das populações negras, especialmente em contextos de opressão e marginalização. Essas línguas surgiram entre comunidades isoladas e entre descendentes de escravizados, funcionando como códigos de comunicação seguros, especialmente quando havia a necessidade de ocultar conversas diante de autoridades ou pessoas consideradas estranhas (Queiroz, 1984). Um exemplo disso pode ser visto nas comunidades de Tabatinga, na periferia de Bom Despacho (MG), e Cafundó, em Salto de Pirapora (SP), onde essas línguas secretas foram utilizadas no passado para ocultar diálogos e garantir a proteção de seus falantes, e, até hoje, continuam a servir como proteção em contextos específicos (Queiroz, 1984; Fry, 1982).

Em um contexto mais histórico, durante o período escravocrata, essas *línguas secretas* eram fundamentais para a organização de movimentos de resistência, como os planejamentos

de fuga dos escravizados, onde os falantes dessas línguas conseguiam se comunicar sem o risco de serem entendidos pelos senhores de engenho e outros opressores (Queiroz, 1984).

Do ponto de vista linguístico, essas línguas apresentam um vocabulário de base banto, um grupo de línguas africanas originárias da região central e meridional da África, faladas por diversos povos, incluindo os que foram trazidos para o Brasil durante o período escravocrata. No entanto, há variações significativas entre as línguas faladas nessas comunidades. Enquanto o Cafundó se aproxima de um *pidgin*, uma forma simplificada de língua que surge em contextos de contato entre grupos que não compartilham uma língua comum, a língua de Tabatinga se assemelha mais ao PB coloquial. Essa variação na língua de Tabatinga pode ser vista como um exemplo de substituição simbólica, um processo no qual uma forma de expressão linguística adquire significados e funções específicas dentro de um grupo social, substituindo ou modificando outros padrões de comunicação para afirmar identidade e resistência (Queiroz, 1984).

É importante notar que essa Tabatinga mencionada se refere à localizada em São Paulo, e não à que se encontra no Amazonas, conforme a referência de Queiroz (1984). As diferenças no uso dessas línguas secretas, como exemplificado nas comunidades de Tabatinga e Cafundó, mostram como as práticas linguísticas afro-brasileiras mantêm uma conexão com as línguas africanas, evoluindo para formas híbridas de comunicação que continuam a servir como ferramentas de resistência e proteção social até os dias atuais (Barroso, 2017).

De acordo com Barroso (2017), outro ponto fundamental nos estudos sobre linguística africana no Brasil é a reafricanização, movimento iniciado nos anos 1970, que reforça a valorização da língua iorubá nos cultos afro-brasileiros em busca de autenticidade cultural africana. Acerca disso, Barroso (2017, p. 38) acrescenta que,

Esse movimento exprime de fato o desejo de uma maior autenticidade no que concerne à “africanidade” dos cultos. A pedido de seus responsáveis (pais e mães de santo) e sob o impulso de intelectuais nigerianos, cursos de iorubá já são ministrados atualmente, inclusive a distância, não somente aos iniciados, mas também a todos aqueles que desejavam aprofundar a prática do candomblé. Esse tipo de “reafricanização” chegou, com muita frequência, a uma solução redutora no plano linguístico, pois a autenticidade linguística africana foi assimilada ao emprego exclusivo da língua iorubá da Nigéria, enquanto no Brasil a realidade histórica mostra que o vocabulário de base das línguas cultuais é muito mais diferenciado.

Esse resgate linguístico e cultural, ao buscar reforçar as raízes africanas, também promoveu uma ampliação do espaço para a diversidade, uma característica marcante dos cultos afro-brasileiros. A comunidade LGBTQIAPN+, por exemplo, tem uma relação significativa com esses cultos, notadamente nas religiões como o candomblé e a umbanda. Nesse sentido,

historicamente, o candomblé e a umbanda têm sido escolhas de refúgio espiritual e cultural para homossexuais masculinos e femininos, fornecendo um espaço de aceitação e acolhimento .

De acordo com Lima (1983), a participação da comunidade LGBTQIAPN+ nessas religiões não é recente, sendo possível constatar que há décadas eles compartilham os espaços sagrados com os heterossexuais, de forma ativa e constante. A inclusão de homossexuais nesses espaços religiosos contribui para a diversidade das práticas, fortalecendo as redes de apoio entre os adeptos.

Esse ambiente acolhedor, aliado a um espaço de resistência social, cultural e linguística, é relevante no cenário contemporâneo, no qual as religiões afro-brasileiras e a comunidade LGBTQIAPN+ enfrentam pressões de correntes fundamentalistas que buscam deslegitimá-las, principalmente por meio de discursos de intolerância religiosa e discursos homofóbicos, manifestações públicas de discriminação e tentativas de cerceamento de suas práticas e direitos (de forma sistemática, seja por meio de ataques a terreiros ou de discursos públicos que buscam desqualificar suas identidades e crenças).

Nesse sentido, as religiões afro-brasileiras atuam como um “santuário” que protege e valoriza esses grupos marginalizados, oferecendo um espaço seguro para a expressão de suas identidades e crenças, como afirma Barroso (2017, p. 41),

Não resta dúvida de que as religiões afro, em geral, representam um importante santuário para gays e lésbicas. Atualmente, exercem uma dupla resistência à crescente corrente fundamentalista evangélica, que mira seus ataques tanto contra os terreiros quanto aos homossexuais.

O Pajubá emerge, nesse contexto, como uma expressão cultural que representa resistência linguística e identitária, refletindo as lutas, os desejos e a persistência de uma comunidade historicamente marginalizada. Segundo Trevisan (2000), o Pajubá se consolida como um sinal de afirmação cultural, funcionando como um código linguístico que carrega a memória e as experiências dessa comunidade, além de servir como uma ferramenta de proteção e resistência.

Esse fenômeno é caracterizado pela criação de um código acessível apenas aos "eleitos", ou seja, àqueles que compartilham a vivência e a luta da comunidade LGBTQIAPN+. Quanto maior a discriminação enfrentada, mais cifrada e significativa se torna a linguagem, tornando-se um instrumento de resistência contra a opressão (Barroso, 2017).

Na sequência, o foco recairá sobre a subalternização histórica da comunidade LGBTQIAPN+ como uma expressão das disputas políticas em torno da linguagem, explorando o surgimento do Pajubá durante o período da Ditadura Militar no Brasil e sua consolidação como ferramenta de enfrentamento à norma heteronormativa dominante.

3.1.2 A subalternização como problema político e a emergência do pajubá: resistência à heteronormatividade

Neste subcapítulo, abordaremos a subalternização da comunidade LGBTQIAPN+ como uma questão política e o surgimento do Pajubá durante o período da Ditadura Militar no Brasil, destacando sua função como ferramenta de resistência à heteronormatividade.

De acordo com Lima (2017), o Pajubá, enquanto manifestação linguística associada à comunidade LGBTQIAPN+, carrega consigo uma história rica e multifacetada, profundamente ligada às condições históricas e sociais do Brasil. Sua formação não se deu de maneira espontânea, mas foi resultado de um contexto de repressão e marginalização vivido pelas pessoas LGBTQIAPN+ ao longo de décadas, especialmente durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Durante o regime militar, a repressão à comunidade LGBTQIAPN+ foi sistemática, com a intensificação da censura e da criminalização das identidades de gênero e orientações sexuais não heteronormativas (Araújo, 2019). No caso de gays e travestis, a vigilância era implacável, e expressões de afeto e liberdade sexual eram tratadas como transgressões ao regime. Nesse contexto, o Pajubá surgiu como uma ferramenta crucial para contornar a vigilância e a repressão (Lima, 2017).

O uso do Pajubá pode ser observado, por exemplo, na maneira como as comunidades gay e travesti empregavam esse código linguístico para se reconhecerem mutuamente e protegerem suas interações em contextos de hostilidade. Termos como *bicha* e *loba* — que, em português, significam homossexual masculino, gay, viado, homem afeminado e chupeteira, mamona — eram utilizados em um contexto de subversão. Ao mesmo tempo, essas palavras reforçavam laços de pertencimento, funcionando como marcadores de uma identidade coletiva e de resistência (Lima, 2017).

Além disso, de acordo com o autor, o uso do Pajubá não se limitava ao campo verbal. A linguagem gestual também era codificada para reforçar a resistência. As travestis e os gays usavam gestos específicos para transmitir mensagens discretas e sigilosas, como forma de afirmar sua identidade sem colocar em risco a própria segurança. Segundo Araújo (2019), essa linguagem “dissimulada” foi fundamental para manter a coesão e a solidariedade dentro da comunidade, criando um espaço seguro em meio ao ambiente de hostilidade.

Esses exemplos demonstram como o Pajubá funcionou como uma resistência simbólica e cultural contra a violência institucionalizada da ditadura, permitindo que os membros da

comunidade LGBTQIAPN+ criasse canais de comunicação protegidos, ao mesmo tempo em que fortaleciam sua identidade e a luta por direitos e reconhecimento.

A formação do Pajubá está diretamente ligada a uma rede de influências culturais e sociais, sendo mais do que um conjunto de vocábulos compartilhados. Conforme destaca Carlos Lima (2017), trata-se de um marco de resistência que subverte a heteronormatividade e afirma identidades historicamente marginalizadas. Sua constituição lexical reflete as dinâmicas de gênero, raça, religião e classe social no Brasil. Araújo (2019) complementa essa perspectiva ao apontar o Pajubá como uma linguagem de afirmação identitária, cuja origem afro-brasileira e posterior adoção por grupos LGBTQIAPN+ revelam seu papel como instrumento de resistência simbólica e cultural frente às estruturas de opressão.

Em relação à sua forma e dinâmica de uso, o Pajubá é constantemente reconfigurado pelas comunidades que o utilizam, pois se trata de uma linguagem viva, adaptável e sensível às transformações sociais e culturais dessa população. Essa reconfiguração se dá por meio da criação de novos termos, da ressignificação de vocábulos já existentes e da incorporação de expressões vindas de outras vivências e contextos. Por exemplo, palavras podem ganhar novos sentidos a partir de eventos políticos, memes, referências midiáticas ou experiências compartilhadas nas redes sociais e nos espaços de sociabilidade LGBTQIAPN+. Embora o termo "Pajubá" seja frequentemente associado à comunidade travesti e de transexuais, ele é amplamente utilizado por outros grupos LGBTQIAPN+, como gays e lésbicas, em diversas situações — encontros sociais, espaços de resistência ou manifestações culturais e religiosas (Araújo, 2019).

Para aprofundar essa discussão e fornecer uma base conceitual mais ampla, o próximo subcapítulo trará uma reflexão sobre categorias fundamentais da Sociolinguística, que ajudarão a situar o Pajubá entre as múltiplas formas de variação linguística que emergem em contextos sociais marcados por tensão, exclusão e criatividade coletiva.

3.2 AFINAL, QUE BABADO⁷ É ESSE? DIALETO, IDIOLETO, SOCIOLETO, PIDGIN OU CRIOULO?

Este subcapítulo abordará os conceitos de dialeto, idioleto, socioleto, *pidgin* e crioulo, destacando suas principais características, contextos de uso e relevância para os estudos sociolinguísticos. Esses termos são fundamentais para compreender como diferentes variedades

⁷ A expressão "babado" aqui é usada em seu sentido coloquial, manifestando-se no Pajubá, como algo interessante ou intrigante que merece atenção e debate.

linguísticas se desenvolvem em contextos sociais específicos e como refletem identidades, relações de poder e processos históricos.

A partir dessa análise, buscaremos enquadrar o Pajubá em uma dessas categorias, observando seus traços estruturais e funcionais. No entanto, é importante reconhecer que o Pajubá não se encaixa plenamente nas classificações tradicionais de dialeto, idioleto, *pidgin* ou crioulo.

Primeiramente, o Pajubá não se caracteriza como um dialeto, pois, ao contrário dos dialetos regionais, ele não é uma variação do português associada a uma determinada região geográfica ou grupo social maior. O conceito de dialeto, conforme Crystal (1988), Bizzochi (2006) e Coseriu (1982), envolve variações de uma língua vinculadas a fatores geográficos ou socioculturais amplos, como é o caso dos dialetos regionais.

O Pajubá, no entanto, não é uma adaptação geográfica ou demográfica da língua portuguesa, mas uma linguagem simbólica e identitária construída pela comunidade LGBTQIAPN+, com o intuito de afirmar sua cultura linguística e suas lutas. Nesse sentido, a linguagem simbólica é um meio de expressão que carrega valores culturais e afetivos, sendo um instrumento fundamental na construção e na afirmação da identidade de um grupo.

Nesse sentido, o Pajubá não se limita a um conjunto de palavras, mas funciona como um marcador identitário que reforça o pertencimento e a resistência da comunidade LGBTQIAPN+. Segundo Lima, (2017), historicamente, seu uso esteve associado à necessidade de sigilo e proteção em contextos de repressão e violência, permitindo que pessoas LGBTQIAPN+ se comunicassem sem serem compreendidas por grupos externos. Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), por exemplo, o Pajubá foi um recurso essencial para driblar a censura e a perseguição policial, garantindo espaços de sociabilidade e organização política.

Além disso, o Pajubá segue sendo um símbolo de resistência na contemporaneidade, aparecendo em manifestações culturais, como na música e no teatro, e na militância LGBTQIAPN+. Termos como *aqueendar* (pegar, receber, chamar atenção) e *babado* (notícia, acontecimento importante) extrapolaram os círculos específicos e passaram a integrar o vocabulário popular, demonstrando a influência dessa linguagem na sociedade (Araújo, 2019). Assim, o Pajubá não apenas fortalece a identidade do grupo, mas também desafia normas linguísticas e sociais, ressignificando a linguagem como um espaço de luta e afirmação sociocultural.

Em relação ao idioleto, o Pajubá também se distancia dessa definição. Embora o idioleto envolva variações linguísticas pessoais e específicas, conforme discutido por Dubois (1978), o

Pajubá não é uma linguagem individualizada, mas compartilhada por um grupo social específico, o que o torna um fenômeno coletivo.

O Pajubá também não se encaixa no conceito de *pidgin*, conforme descrito por Hall Jr. (1962), visto que o Pajubá não surgiu com o propósito de resolver barreiras linguísticas entre grupos distintos, mas como uma forma de expressão dentro de uma língua já existente (o português). Ao invés de simplificar a comunicação, ele incorpora elementos de diferentes origens, como palavras africanas e indígenas, mas mantendo uma estrutura complexa, e não simplificada. O objetivo do Pajubá não é a facilitação da comunicação entre diferentes grupos linguísticos, mas a criação de um espaço de pertencimento e resistência dentro de uma língua dominante (Araújo, 2019).

Por fim, o Pajubá não pode ser considerado um crioulo, pois, conforme Calvet (2002), línguas crioulas surgem a partir da fusão de línguas diferentes, resultando em um sistema linguístico com estrutura própria. O Pajubá, ao contrário, permanece intimamente vinculado ao português, com variações lexicais e fonológicas, mas sem desenvolver uma estrutura linguística autônoma e independente. A estrutura gramatical do Pajubá não se desvincula do português, mas se caracteriza por um uso criativo e subversivo da língua portuguesa, incorporando influências culturais diversas, mas sem formar uma nova língua separada (Araújo, 2019).

Portanto, o Pajubá se distingue dessas formas linguísticas, pois não é um dialeto, idioleto, *pidgin* ou crioulo. Ele é uma linguagem que nasce dentro da língua portuguesa, mas com um propósito claro de ser uma ferramenta de expressão e resistência cultural, exclusiva para um grupo marginalizado, com o objetivo de fortalecer sua identidade e manter sua privacidade e proteção social (Araújo, 2019).

Nesse sentido, as características do Pajubá se alinham mais apropriadamente ao conceito de socioleto que, conforme definido por autores como Riva (2024) e Barthes (2004), refere-se a uma variante linguística usada por grupos sociais ou subculturas que compartilham características e experiências culturais específicas. Barthes (2004) expande essa definição ao afirmar que o socioleto é uma linguagem não apenas falada, mas também marcada pela construção de identidade e pertencimento dentro de um contexto social determinado. Assim, o Pajubá, com sua origem nas influências africanas e sua utilização por sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, serve como um exemplo de socioleto.

Face ao exposto, nesta pesquisa, consideraremos o Pajubá como um socioleto, pois ele se configura como uma variante linguística própria de um grupo social específico, constituindo uma expressão de identidade e resistência linguística. Como destacado por Riva (2024) e Barthes (2004), o socioleto é uma linguagem que surge dentro de um grupo que compartilha

experiências culturais e sociais semelhantes. Portanto, ao considerarmos o Pajubá como socioleto, reforçamos sua função de ferramenta de resistência e afirmação dentro do contexto histórico e social da população que o utiliza.

Contudo, é importante destacar que o Pajubá, embora aqui classificado como socioleto, apresenta características que remetem a processos de contato linguístico, como os observados em *pidgins* e crioulos. Essa associação não o transforma em um *pidgin* ou crioulo no sentido estrito, mas indica como a sua formação envolve um processo de incorporação lexical e cultural de línguas africanas — especialmente o iorubá —, além de elementos do português popular e de gírias urbanas. Como resultado, o Pajubá não apenas expressa identidades, mas também carrega marcas de uma memória linguística ancestral que resiste ao apagamento histórico. Assim, a escolha pelo termo socioleto leva em conta o fato de que o Pajubá é falado por um grupo social específico (a população LGBTQIAPN+, especialmente travestis e pessoas negras), ao mesmo tempo em que sua constituição híbrida reflete processos de bricolagem linguística próprios de comunidades que vivem em constante negociação entre dominação e autonomia cultural.

Nesse sentido, os sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+ que atuam ou prestigiam os cultos afro-brasileiros, passaram a usar termos da língua portuguesa com vocábulos de grupos étnico-linguísticos nagô e iorubá, e incorporando-os ao universo do Pajubá, fortalecendo-o como código linguístico e cultural (Barroso, 2017). Exemplos podem ser vistos no quadro abaixo:

Quadro 1: Termos do Pajubá

Termo no Pajubá	Significado	Origem	Exemplo de uso
Acué	Dinheiro	Iorubá	“Me dá um pouco de <i>acué</i> pra eu pagar a conta
Alibã	Polícia/Policial	Iorubá	“Olha o <i>alibã</i> vindo, corre!”
Amapô	Mulher	Nagô/Iorubá	“Ela é uma <i>amapô</i> linda!”
Cacura	Gay com mais de 40 anos	Iorubá	“O <i>cacura</i> da festa contou várias histórias antigas”
Picumã	Peruca/Cabelo	Iorubá	“Comprei um <i>picumã</i> novo.”
Xoxar	Debochar/zoar	Iorubá	“Eles estavam <i>xoxando</i> o novo visual dele.”

Fonte: Autor (2025), baseado em Lima (2017).

Ainda, de acordo com Lima (2017), embora os respectivos significados permaneçam, pode haver pequenas mudanças fônicas e semânticas, como veremos no subtópico a seguir. Assim, os termos de origem africana incorporados ao Pajubá não são apenas palavras emprestadas, mas se tornam ferramentas que resgatam e reafirmam a ancestralidade e o vínculo

com a cultura afro-brasileira, enquanto contribuem para uma linguagem própria e distintiva dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Vocábulos como "acué" (dinheiro), "alibã" (polícia) e "amapô" (mulher), quando transpostos para outros contextos — por exemplo, em situações de resistência ao sistema heteronormativo ou ao enfrentamento de preconceitos raciais e de gênero — mantêm parte de seu sentido tradicional, mas se expandem para transmitir experiências, afetos e formas de resistência que refletem a realidade social, cultural e linguística dos sujeitos LGBTQIAPN+ no Brasil.

No subcapítulo seguinte, analisaremos os principais elementos estruturantes desse socioleto, evidenciando como suas escolhas lexicais e estilísticas traduzem modos de existência e formas de contestação que afirmam identidades dissidentes em uma sociedade marcada por normas excludentes.

3.3 A FORMAÇÃO PAJUBEYRA

Neste subcapítulo, exploraremos as principais categorias que estruturam o Pajubá, como termos de origem africana, processos de metaforização, antropônimos, expressões idiomáticas, termos indígenas, superlativos e verbos como modalizadores discursivos. Essas categorias revelam como o Pajubá se configura como uma ferramenta de resistência cultural e linguística na comunidade LGBTQIAPN+.

Entre os termos de origem africana, especialmente do iorubá, podemos destacar, por exemplo, a palavra *akué* (dinheiro), quando transposta para o Pajubá, ganha as formas escritas *acué* ou *aquê*; *okó* (homem), escrito *ocó*; *oti* (vinho), ficou *otim* no PB; *dara* (belo grandioso), ganhou no português a forma *odara*, ocorrendo uma epêntese de vogal. Esses exemplos ilustram como o Pajubá adaptou e transformou as palavras africanas, dando-lhes novas formas, mas preservando suas raízes e significados originais (Barroso, 2017).

Podemos observar estes termos de origem africana na cartilha “Traveca Esperta só transa com camisinha na neca” (1995), feita em parceria pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e a associação de Travestis de Salvador (ATRAS), com financiamento do Ministério da Saúde (Moira, 204). A cartilha de prevenção à aids foi a primeira dedicada exclusivamente à população de travestis. Um dos diferenciais da cartilha é o uso abundante do Pajubá, linguagem que confere identidade e proximidade com o público-alvo. Isso se reflete em frases como: “*Se a maricona ou o boy quiser meter sem camisinha, não tem aquê certo que vale mais que sua vida. Este programa furado é uó! Pode ser a neca mais odara do mundo: no edi, só com*

"camisinha" (Moira, 2014). Em português, a expressão pode ser entendida como: "Se o homem gay mais velho ou o rapaz quiser fazer sexo sem preservativo, não há dinheiro que valha mais que sua vida. Esse programa arriscado é péssimo! Pode até ser o pênis mais bonito do mundo: no ânus, só com camisinha".

Figura 1: Recorte da Cartilha



Fonte: Moira, 2014.⁸

De acordo com Barroso (2017), é importante observar que o *Yorubá* no Brasil, embora oficialmente grafado como *iorubá* ou *nagô*, conseguiu sobreviver no país graças à liturgia do candomblé. No entanto, é importante salientar que seus termos ainda não são registrados nos dicionários de LP, diferente do quimbundo, que já têm uma inserção mais significativa no vocabulário do PB. Palavras como *cacimba* (poço) e *camundongo* (rato) são exemplos de termos quimbundos que foram integrados ao PB, já com suas adaptações fonológicas.

No que se refere à fonética e fonologia do *iorubá*, este é um idioma tonal, o que significa que a frequência sonora nas vogais serve como parâmetro para diferenciar fonemas. Um exemplo disso é a diferença entre *ABÁ* (pessoa idosa) e *ABA* (mercado) (Barroso, 2017). Segundo Beniste (2011), o alfabeto *iorubá* é composto pelas letras *A B D E E F G Gb H I J K L M N O O P R S S T U W Y*, e a língua não utiliza as letras *C, Q, V, X, e Z*. As letras com ponto embaixo, como *S* (com som de *x* ou *ch*), *O* e *E* (que possuem som aberto), são de grande importância para a sonoridade da língua.

⁸ MOIRA, Amara. Cartilha pioneira de combate à AIDS escrita em bajubá. **Fatal blog**, 3 maio 2024. Disponível em: <https://fatalmodel.com/blog/colunistas/cartilha-pioneira-de-combate-a-aids-escrita-em-bajuba/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Além disso, os acentos diacríticos, como o grave (`), *agudo* (´) e *til* (~), têm funções específicas, indicando variações de tom e significado das palavras, o que reflete a importância da prosódia no iorubá. Vale acrescentar que a “ausência do acento também transmite informação, pois se trata do som em tom médio” (Barroso, 2017, p. 47).

À vista disso, o Pajubá preserva uma herança linguística rica, particularmente na incorporação de expressões africanas que continuam a atravessar a história da comunidade negra no Brasil. Ainda de acordo com Barroso (2017), palavras como *ebó* (sacrifício ou oferenda), demonstra como a língua brasileira guarda, nas suas camadas mais profundas, elementos de uma cultura africana resistente.

Esses termos refletem a resistência e a ressignificação cultural dos povos africanos no Brasil, mostrando como, mesmo diante de situações adversas impostas pela colonização e pela escravidão, elementos fundamentais das línguas e culturas africanas foram preservados, adaptados e transformados. Essa manutenção e recriação de aspectos linguísticos e culturais constituem uma forma de enfrentamento às tentativas históricas de apagamento identitário (Barroso, 2017).

A palavra *erê*, por exemplo, ilustra a flexibilidade semântica do Pajubá. No código linguístico da comunidade LGBTQIAPN+, ela significa “garoto” ou “rapaz”, mas, ao ser analisada no contexto do iorubá, assume outros significados, como “escultura dos gêmeos orixás Beji, Cosme e Damião”. Como Barroso (2017) observa, essa amplitude de significados revela a dinâmica e a multifacetada natureza do Pajubá, que, por sua flexibilidade, consegue transitar entre diferentes camadas de significados, sempre conforme o contexto em que é usado.

Além das palavras isoladas, o Pajubá também se caracteriza pelo uso de metáforas e metonímias, recursos que enriquecem a expressividade do socioleto. Barroso (2017) destaca que a metáfora é uma figura do discurso que possui funções de caráter estético, cognitivo e persuasivo. Desse modo, a metáfora no Pajubá funciona como um poderoso instrumento de comunicação, transcendendo a literalidade das palavras e refletindo uma visão de mundo complexa e criativa. Um exemplo claro disso é o termo *amapô*, de origem iorubá, que, no contexto do Pajubá, passa a significar vagina. No entanto, em muitas interações entre adeptos do Pajubá, o termo é utilizado para se referir à mulher, representando uma metonímia em que a parte do corpo (vagina) é usada para simbolizar um conceito maior, como a sexualidade feminina.

O fenômeno da metonímia no Pajubá não se restringe ao uso de partes do corpo para representar entidades maiores. Segundo Dubois (1978), a metonímia é o fenômeno linguístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, estando as

duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito. Essa característica é evidenciada em expressões como "havaiana", que nada tem a ver com a marca de sandálias, mas é utilizada de forma metonímica para se referir a lésbicas. A escolha de um produto, como a sandália Havaianas, para representar um grupo social, é um exemplo claro da habilidade do Pajubá em fazer conexões simbólicas entre o nome e o conceito.

Nesse sentido, Lakoff e Johnson (1980) dizem que a metáfora e a metonímia são processos cognitivos fundamentais para a geração de conhecimento, baseados em experiências humanas nos contextos físico, cultural e social. No caso do Pajubá, muitas expressões comuns do PB são incorporadas, mas recebem significados bastante distintos do convencional, evidenciando o papel criativo e transformador da linguagem nesse socioleto.

Quadro 2: Expressões metafóricas e metonímicas no Pajubá

Babado	Acontecimento qualquer, podendo tanto ser bom quanto mau. Pode estar relacionado também a um caso amoroso ou sexual.
Barbie	Homossexual de corpo inflado, adepto da musculação e das bombas anabolizantes.
Bater um bolo	Masturação entre gays.
Brejo	Nome dado ao coletivo de lésbicas.
Carão	Pose; esnobação; presunção
Cheque	Restos de fezes que borram a cueca, o órgão sexual do parceiro ou a camisinha
Chuca	Instrumento utilizado para a limpeza do reto.
Colar velcro	Relação sexual entre lésbicas.
Mala	Pênis. Geralmente referindo-se ao volume grande do pênis na roupa.
Tia SIDA	O vírus da AIDS.

Fonte: Autor (2025), baseado em Araújo (2019); Barroso (2017).

No Pajubá, algumas expressões listadas no quadro são exemplos de metáforas, enquanto outras refletem o uso de metonímias. Entre as metáforas, destaca-se "Babado", que utiliza um termo originalmente relacionado a um detalhe ou incidente para designar acontecimentos marcantes ou fofocas, e "Brejo", que metaforiza o espaço físico de um terreno alagado para se referir ao coletivo de lésbicas, sugerindo um lugar de pertencimento. "Colar velcro" também é metafórico, pois associa a textura do velcro à ideia de intimidade física entre lésbicas. Por outro lado, termos como "Cheque" e "Mala" são exemplos de metonímias, pois estabelecem relações de contiguidade: "Cheque" faz alusão aos resíduos deixados após o ato sexual, enquanto "Mala" associa o volume do pênis visível na roupa a uma mala carregada. Essas expressões evidenciam a criatividade e as estratégias linguísticas do Pajubá para comunicar identidades e experiências de maneira única (Barroso, 2017).

No que tange ao uso de antropônimos no Pajubá, este termo desempenha uma função identificadora, muitas vezes associando a pessoa à sua cultura, identidade sexual e de gênero. Ademais, vai além da simples denominação, carregando um forte poder simbólico dentro da comunidade. Segundo Barroso (2017), no contexto do Pajubá, os antropônimos são

frequentemente acompanhados de verbos como "dar", "fazer", "ter" e "estar", funcionando como modalizadores discursivos. Um exemplo desse fenômeno é a expressão "dar a Elza", que, no Pajubá, significa roubar, mas também carrega um significado cultural e simbólico dentro do universo LGBTQIAPN+, fazendo alusão à cantora Elza Soares, que mesmo tendo uma carreira de sucesso e ganhando muito dinheiro, sofria de cleptomania.

Um exemplo interessante da presença de termos do Pajubá nas redes sociais é uma postagem repostada pelo perfil do Instagram @transcendemos_, originalmente publicado pela Prefeitura de Fortaleza (@prefeiturafortalezavocce). O post destaca expressões como "fazer a egípcia" e "fazer a Kátia", com o propósito de evidenciar a importância do Pajubá, especialmente após sua menção em uma questão do ENEM.

Figura 2: Antropônimos no Pajubá



Fonte: @transcendemos_ (2018)⁹

No contexto do Pajubá, "fazer a egípcia" é um antropônimo que significa ignorar ou fingir que não está vendo algo, remetendo às representações de egípcios antigos com olhares altivos e enigmáticos. Já "fazer a Kátia" significa agir como se não estivesse vendo alguém,

⁹ CONSULTORIA, transcendemos. Tô bege com a @prefeiturafortalezavocce. @transcendemos_, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bp5HcFpHNIq/?igsh=MTdoejc4eT ZiYzZubQ==>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ignorando ou fingindo desconhecimento. Essa expressão faz alusão à cantora Kátia, que alcançou grande sucesso nas paradas musicais na década de 1980 e é cega (Barroso, 2017). O uso desse antropônimo associa a condição visual da cantora ao comportamento de "não enxergar", seja de forma literal ou simbólica.

Esses termos carregam nuances culturais e identitárias que vão além de simples termos, funcionando como elementos de construção e compartilhamento de experiências e códigos dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

O uso de expressões idiomáticas (EIs) no Pajubá é uma marca importante que confere ao código linguístico uma forma mais figurada e criativa, reforçando a identidade linguística e cultural da comunidade LGBTQIAPN+. Segundo Barroso (2017), o uso do Pajubá é altamente diversificado no falar da comunidade, com novas expressões sendo constantemente criadas e ganhando popularidade, até mesmo entre públicos externos, como sujeitos não pertencentes à comunidade, que convivem com amigos LGBTQIAPN+.

As expressões idiomáticas presentes no Pajubá revelam significados singulares, frequentemente caracterizados pela transformação das palavras em códigos linguísticos específicos. Um exemplo é a expressão "Ai, meu edi!", que, de maneira eufemística, equivale a "Ai, que saco!", suavizando uma linguagem mais explícita como "Ai, meu cú!", mas mantendo o mesmo sentido. Esse processo de substituição idiomática evidencia uma estratégia de comunicação que, além de preservar a identidade do grupo, contribui para eufemizar termos mais fortes em determinados contextos, adaptando-se ao interlocutor e às situações (Barroso, 2017).

Apesar de não haver uma grande quantidade de termos indígenas na formação do Pajubá, há uma presença significativa de léxico proveniente de povos de origem tupi. De acordo com Houaiss (2006), *tupi* era a denominação para os povos indígenas que habitavam o norte, o centro-oeste e o litoral do Brasil, bem como algumas regiões da América do Sul, como Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa. Esse contato contribuiu para a inclusão de palavras de origem indígena ao Pajubá.

Segundo Barroso (2017, p. 59),

podemos exemplificar uma palavra muito usada no pajubá que, sem dúvida, confunde muita gente, até porque todos falam que é uma palavra de origem africana; no entanto, é de origem tupi — o termo é ‘apecumã’ ou ‘picumã’, registrado na língua Abanheenga como picumã [do Tupi *apekumã*], que significa teia de aranha enegrecida de fuligem.

No contexto do Pajubá, essa palavra adquire um novo significado, referindo-se ao cabelo. Esse tipo de apropriação mostra como o Pajubá incorpora termos de diferentes origens,

adaptando-os de forma criativa para construir um vocabulário único que reforça a identidade cultural e linguística da comunidade LGBTQIAPN+.

Quanto ao estudo dos verbos como modalizadores linguísticos, o Pajubá destaca-se pelo uso criativo de verbos que funcionam como modalizadores discursivos. Esses verbos expressam ações e modulam o tom das afirmações, conferindo a elas um caráter enfático, irônico ou humorístico, que acrescenta camadas de significado à fala.

A modulação discursiva no Pajubá, como apontam Koch e Travaglia (2011), possibilita que os falantes manipulem o sentido das palavras, inserindo nuances que vão além de uma comunicação literal. Verbos como *lacrar* ou *grelhar*, por exemplo, são usados para transmitir a ideia de arrasar, enquanto *levar coiô* significa apanhar. Essas expressões refletem como o Pajubá utiliza a modulação para enriquecer o discurso e reforçar a identidade cultural e a linguagem de pertencimento entre os falantes.

De acordo com Barroso (2017), em relação ao uso de termos superlativos, o Pajubá também se distingue. A ênfase nas qualidades ou características de algo ou alguém é muitas vezes ampliada por meio de superlativos, conferindo um tom de exagero ou de exaltação, característica do estilo comunicativo do código linguístico. Essa amplificação é uma forma de reforçar a importância de um elemento dentro do contexto da fala, seja no plano da identificação de uma pessoa ou de uma situação.

Nesse sentido, o Pajubá utiliza uma rica combinação de influências linguísticas e culturais para expressar as complexas realidades da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Ao estudar o Pajubá, podemos não apenas entender suas peculiaridades linguísticas, mas também suas profundas implicações sociais e culturais, que revelam as dinâmicas de resistência cultural e linguística e a identidade de seus falantes.

A seguir, apresentaremos a fundamentação teórica que embasa esta pesquisa, articulando autores e conceitos centrais para a compreensão dos dicionários como prática política.

4 LÍNGUA(GEM) E POLÍTICA

O quarto capítulo analisa as interações entre política, língua e linguagem por meio de cinco subcapítulos. No primeiro, explora-se a relação entre linguagem e poder, contrastando abordagens descritivas e normativas. O segundo discute políticas linguísticas e seu papel nas dinâmicas de inclusão, identidade e poder, destacando a transição de modelos estatais para abordagens mais flexíveis. No terceiro, apresenta-se a glotopolítica como ferramenta para entender a regulação linguística como ato político. O quarto aborda ILs, mostrando como crenças moldam práticas e identidades. Por fim, o quinto analisa os dicionários de Pajubá sob perspectivas glotopolíticas e ideológicas, evidenciando sua função de resistência e empoderamento da comunidade LGBTQIAPN+.

4.1 LINGUÍSTICA E POLÍTICA

Neste subcapítulo, discutiremos a interseção entre política e linguística, destacando as tensões entre a normatividade e a diversidade linguística. Ademais, abordaremos como a linguística descritiva, ao reconhecer variações linguísticas, contrasta com a visão normativa que busca padronizar a língua, gerando disputas sobre o que é considerado legítimo.

A interseção entre política e linguística tem sido historicamente marcada por tensões entre o saber acadêmico e o senso comum, especialmente no que se refere à normatividade e à regulação dos usos da língua. Como aponta Lagares (2018), a linguagem é um objeto de interesse universal, pois seu uso é inevitavelmente atravessado por normas sociais e ideológicas. Desse modo, o autor ressalta que a linguagem não é apenas um meio de comunicação neutro, mas um campo de disputas e polêmicas, uma vez que está profundamente imbricada nas relações de poder e nos processos de controle social.

Nesse sentido, o embate se intensifica quando a linguística se apresenta como uma ciência descritiva, cujo objetivo é analisar e compreender as variações linguísticas sem prescrever um uso considerado "correto" ou "legítimo" (Sousa; Roca, 2015). Esse posicionamento frequentemente contrasta com a perspectiva normativa amplamente disseminada na sociedade, que tende a ver a variação como erro ou degradação da língua. Dessa forma, a linguística, ao reconhecer a legitimidade das diferentes formas de expressão, muitas vezes é interpretada como relativista ou excessivamente permissiva, gerando resistências e desentendimentos.

A questão central, portanto, não é apenas a divergência entre especialistas e leigos, mas a própria natureza da linguagem como fenômeno social dinâmico e politicamente regulado. Os

debates em torno do que é "certo" ou "errado" na língua refletem, em última instância, disputas por legitimidade, poder e identidade, tornando a linguística não apenas uma ciência do dizer, mas também do ser e do pertencer (Lagares, 2018).

Dessa forma, conforme argumentam Sousa e Roca (2015), o papel do linguista não se restringe a explicar o funcionamento da língua, mas também abrange a análise de estruturas que não pertencem à sua própria competência linguística. No entanto, essa abordagem exige um corte epistemológico que, ao privilegiar a descrição do sistema linguístico, acaba por excluir da análise aspectos históricos, sociológicos e antropológicos. Como consequência, consolidou-se uma especialização que, embora tenha fortalecido a linguística como ciência, também a distanciou das preocupações cotidianas dos falantes.

Esse afastamento, por sua vez, contribuiu para o embate constante entre gramáticos prescritivistas e linguistas descriptivistas. Enquanto os primeiros se dedicam à padronização e normatização da língua, atuando como guardiões das convenções linguísticas, os segundos buscam compreender os mecanismos internos da língua sem necessariamente impor regras de uso (Lagares, 2018). Essa disputa reflete uma tensão mais ampla entre a manutenção da tradição linguística e a adaptação às transformações sociais e culturais.

Nesse contexto, a análise de registros linguísticos historicamente marginalizados, como o Pajubá, torna-se um exemplo emblemático dessa tensão. O Pajubá evidencia a dinamicidade da linguagem e apresenta-se como um campo de disputa entre normatividade e expressão identitária. Como fenômeno linguístico vivo, subverte normas gramaticais estabelecidas, criando um repertório lexical que desafia padrões hegemônicos de comunicação. Assim, sua existência e circulação representam um ato de resistência política e cultural, reafirmando a linguagem como um espaço de luta por reconhecimento e pertencimento.

Ao analisar o Pajubá sob a ótica da linguística descriptiva, observa-se como esse socioleto se estrutura e se ressignifica no cotidiano de seus falantes. Enquanto setores da sociedade o desconsideram como língua "legítima" ou o reduzem a um código secreto, a perspectiva descriptivista reconhece sua relevância social e política. Dessa maneira, o Pajubá exemplifica como as disputas em torno da normatividade linguística extrapolam o âmbito acadêmico, revelando embates entre regulação e liberdade expressiva, entre imposição e autoafirmação identitária.

Além disso, Lagares (2018) enfatiza que a linguística não está imune aos efeitos sociais. Assim como outras ciências humanas, suas pesquisas têm implicações diretas na sociedade, influenciando as dinâmicas normativas do idioma. Um exemplo disso é o conceito de língua nacional, que está intrinsecamente ligado a projetos políticos iniciados no século XIX, quando

os Estados-nação buscaram consolidar um idioma pátrio como ferramenta de unificação cultural e identitária.

Nesse contexto, Arnoux (2016) argumenta que as PLs desenvolvidas pelos Estados-nação operam como mecanismos de poder, promovendo a imposição de uma norma padronizada que, muitas vezes, não reflete a realidade linguística dos falantes. Essa padronização não ocorre de forma neutra, pelo contrário, está inserida em um contexto de disputas simbólicas e materiais, nas quais determinados grupos sociais conseguem impor sua variedade linguística como legítima. Esse fenômeno resulta na marginalização de outras variedades, especialmente aquelas associadas a grupos subalternizados, como o Pajubá.

Del Valle (2014) complementa essa discussão ao ressaltar que a legitimação de uma língua nacional não se dá apenas por meio de políticas explícitas, mas também por práticas discursivas que consolidam determinadas ideologias linguísticas. Ele destaca que a concepção moderna de língua, baseada na unidade e na estabilidade, é uma construção sociopolítica que reforça hierarquias e delimita pertencimentos sociais. Essa construção cria uma falsa percepção de que há uma língua "correta" e de que a variação linguística é um desvio indesejado, desconsiderando que as línguas são fenômenos dinâmicos e pluricêntricos.

Apesar disso, a ideia de homogeneidade linguística persiste, desconsiderando a diversidade inerente a qualquer comunidade de fala. Como argumenta Moita Lopes (2013), o consenso sobre a língua, incluindo a definição de seus falantes legítimos e dos padrões considerados corretos, não é um dado natural, mas sim o resultado de um longo processo de intervenção política. Esse processo, ao apagar conflitos e dissensos subjacentes, reforça a ideia de uma norma única e hegemônica, em detrimento da multiplicidade de vozes e variações existentes.

A relação entre linguística e política pode ser observada em diversos episódios históricos e contemporâneos, nos quais as intervenções no idioma refletem disputas de poder e identidade, como aponta Lagares (2018). Um exemplo emblemático é a polêmica em torno do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que busca unificar a ortografia entre os países lusófonos. Enquanto seus defensores alegam que a medida fortalece a unidade linguística e facilita a comunicação entre falantes de diferentes nações, os críticos argumentam que a reforma ignora particularidades culturais, sociais e históricas dos países envolvidos, impondo um padrão hegemônico que desconsidera a diversidade linguística.

Entre esses críticos, Xavier (2011) observa que a resistência ao Acordo Ortográfico vem de diferentes setores da sociedade, incluindo linguistas, escritores, acadêmicos e editores, sobretudo em Portugal e no Brasil. Pasquale Cipro Neto questiona a necessidade da reforma e

os desafios impostos aos falantes, enquanto Evanildo Bechara, embora tenha participado de sua formulação, reconhece as dificuldades de implementação e a resistência popular (Xavier, 2011). No campo literário, José Saramago argumentava que a unificação ortográfica impunha regras artificiais à língua, enquanto Vasco Graça Moura e membros da Academia das Ciências de Lisboa denunciavam que a medida privilegiava o português do Brasil em detrimento da variante europeia (Xavier, 2011).

Essa perspectiva reforça a crítica de que o Acordo Ortográfico representa uma tentativa de impor um padrão único sobre variedades nacionais, desconsiderando a pluralidade linguística dos países lusófonos e as dificuldades práticas de sua implementação nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Outro caso relevante é o recente debate sobre o uso da chamada linguagem neutra, que busca incluir pessoas de gêneros não-binários. Esse movimento tem gerado discussões acaloradas, especialmente em relação à sua implementação em diversos contextos sociais e acadêmicos. A resistência, principalmente entre setores conservadores, vê essa mudança como uma afronta à norma padrão e à tradição linguística. Lagares (2018), ao discutir as transformações linguísticas em contextos de mudanças sociais, observa que a imposição de normas rígidas na linguagem frequentemente entra em conflito com as demandas de inclusão e representatividade de grupos marginalizados. Essa tensão é evidente no caso da linguagem neutra, que busca contestar a normatividade linguística e refletir novas concepções de identidade.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental considerar como as ideologias linguísticas moldam e influenciam as variações de gênero na língua. Moita Lopes (2013) discute que, ao longo do tempo, grupos feministas e outros movimentos sociais têm promovido mudanças no uso da linguagem para torná-la mais inclusiva, o que pode ser observado na escolha de termos e expressões que evitam o viés masculino genérico. Como exemplifica o autor:

Do ponto de vista dos falantes e escritores, as variações ideológica da linguagem são importantes porque acabam influenciando as mudanças linguísticas. As ideologias linguísticas de variação de gênero, por exemplo, tem cada vez mais forçado em círculos feministas (e para além deles) o uso de escolha lexicais no português como “o ser humano” ou “as pessoas”, em contextos nos quais no passado se usaria “o homem” para se referir à espécie humana. Da mesma forma, muitas feministas têm preferido, o uso de “el@” para evitar o uso de “ele(a)” ou o mais comum “ele” para se referir ao ser humano. Essa é uma mudança que no uso do que se chama de inglês tem tendido a se generalizar para além dos espaços feministas, alterando uma regra da estrutura do que é considerado inglês padrão (Moita Lopes, 2013, p. 20, 21).

A linguagem está em constante negociação, moldada por valores ideológicos que se transformam ao longo do tempo. Nesse contexto, a glotopolítica oferece uma perspectiva que vai além da ideia da língua como mero reflexo da realidade social, compreendendo-a como um

instrumento ativo na constituição de identidades. Assim como Judith Butler ([1990]2018) argumenta que o gênero é performativamente constituído pela linguagem, a glotopolítica evidencia que toda intervenção linguística — seja por meio de políticas públicas, normas gramaticais ou práticas lexicais — envolve disputas ideológicas e produz efeitos concretos sobre os sujeitos e suas formas de existência. Nesse sentido, iniciativas como a busca por uma linguagem neutra, que rompe com as convenções binárias de gênero, integram esse processo de subversão das normas estabelecidas, revelando o caráter político da linguagem.

A contribuição de Patricia Hill Collins (1948), em *Black Feminist Thought*, também é relevante nesse debate, pois ela enfatiza como a linguagem pode ser uma ferramenta de inclusão ou exclusão, dependendo de como é usada em relação a identidades marginalizadas. A inclusão ou exclusão linguística não apenas reflete, mas também contribui para a construção das hierarquias sociais, e a linguagem neutra, ao questionar essas normas, busca redefinir o papel da linguagem na promoção da equidade.

Além disso, estudos de linguistas como Farias (2023) aprofundam a análise do impacto da linguagem neutra e inclusiva em diversas culturas linguísticas. Eles apontam tanto as potencialidades quanto às limitações dessa abordagem na construção de um espaço linguístico mais inclusivo, destacando os desafios de sua aplicação em uma sociedade marcada por normas linguísticas tradicionalmente conservadoras.

Assim, embora o debate sobre a linguagem neutra e inclusiva seja de grande relevância e continue a ganhar espaço nas discussões contemporâneas, ele representa apenas uma das múltiplas vertentes de transformação das práticas linguísticas voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados. A linguagem neutra, por exemplo, propõe adaptações nas estruturas linguísticas para acolher identidades de gênero não binárias, contemplando, porém, apenas uma parte da diversidade existente dentro da comunidade LGBTQIAPN+. O Pajubá, por sua vez, configura-se como um léxico próprio, marcado por expressões e códigos que emergem da vivência de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente travestis e pessoas transexuais. Diferente da proposta neutra, o Pajubá não busca apagar marcas de gênero, mas sim afirmar identidades por meio de uma linguagem carregada de significado político, histórico e cultural. Diante disso, este trabalho opta por voltar seu olhar ao estudo do Pajubá, entendendo-o como uma potente forma de resistência, expressão e pertencimento.

Essa discussão sobre a dimensão política da língua, contudo, não é recente. Segundo Lagares (2018), já na primeira metade do século XX, o Círculo Linguístico de Praga debatia a padronização do tcheco, idioma que sofria forte influência do alemão. Os linguistas da época defendiam a adoção de uma norma baseada no uso escrito literário contemporâneo, em

contraposição a uma norma artificial sustentada por formas arcaicas. Esse caso exemplifica como a padronização linguística não é um fenômeno puramente técnico, mas um processo imerso em disputas políticas e sociais, condicionado pelo contexto histórico e pelas relações de poder vigentes.

Conforme argumenta Del Valle (2014), a padronização de uma língua não ocorre de forma neutra, mas reflete dinâmicas de dominação e exclusão. O estabelecimento de uma norma padrão muitas vezes privilegia grupos sociais com maior acesso à educação formal, marginalizando variedades linguísticas associadas a comunidades periféricas. Além disso, a normatização pode ser usada como ferramenta política para consolidar identidades nacionais, em alguns casos suprimindo línguas locais. Por outro lado, a resistência a essa imposição também ocorre, como na valorização de variedades populares e de línguas historicamente marginalizadas, o que demonstra a dimensão política da língua como espaço de disputa.

Nos anos 1960, William Labov, pioneiro da sociolinguística variacionista, demonstrou como a imposição da norma padrão pode gerar efeitos inesperados, como a hipercorreção. Em *Padrões Sociolinguísticos* (2008), ele analisou esse fenômeno ao observar o comportamento dos falantes nova-iorquinos em relação ao uso do "r". Labov (2008) identificou que indivíduos de classes sociais mais baixas, ao tentarem adotar a pronúncia de prestígio associada às classes mais altas, frequentemente exageravam na pronúncia desse fonema, resultando em hipercorreção. Esse processo evidencia como a pressão pela conformidade à norma padrão pode levar a usos linguísticos que se distanciam tanto da variante original quanto da prestigiada.

Além de suas contribuições acadêmicas, Labov (2008) atuou como testemunha em defesa do inglês afro-americano nas escolas do Harlem, em Nova York, demonstrando que a descrição linguística não se limita ao campo teórico, mas pode servir como instrumento de justiça social. Suas pesquisas também revelaram que mudanças linguísticas impostas "de cima para baixo", por meio de políticas restritivas, tendem a enfrentar resistência. Nesse contexto, os falantes desenvolvem estratégias adaptativas, reforçando a ideia de que a língua é um espaço de disputas simbólicas.

A partir da década de 1980, conforme argumenta Lagares (2018), essa perspectiva se aprofundou com o avanço da linguística crítica, que passou a questionar a tradicional dicotomia entre teoria e prática. Nesse contexto, tornou-se evidente que toda reflexão sobre a linguagem não é neutra, mas constitui, em si, uma forma de intervenção social. No campo da análise do discurso, por exemplo, estudam-se os mecanismos de produção de sentidos e a dimensão política das relações linguísticas, demonstrando como a linguagem reflete e reforça estruturas de poder. Dessa forma, essas abordagens obrigam os linguistas a considerar as implicações

sociais e políticas de suas pesquisas, promovendo uma ciência mais engajada e comprometida com a transformação da realidade.

Assim, a linguística nunca esteve isolada da política, ao contrário, suas investigações influenciam e são influenciadas por processos políticos e sociais. Nesse sentido, o estudo da língua não pode ser dissociado das relações de poder, das ideologias de padronização e das disputas simbólicas que permeiam o uso linguístico. Portanto, a análise crítica da linguagem é fundamental para compreendermos como as práticas discursivas moldam e são moldadas pelos contextos políticos em que estão inseridas.

Dessa forma, essa perspectiva é essencial para compreendermos criticamente as dinâmicas do Pajubá. Podemos perceber que ele opera não apenas como um código de comunicação, mas também como um instrumento de afirmação identitária e contestação das normas linguísticas hegemônicas. Por isso, torna-se indispensável analisar as relações de poder que atravessam seu uso, bem como os mecanismos que promovem sua marginalização ou, por outro lado, sua apropriação por diferentes grupos.

Dessa forma, essa perspectiva é essencial para compreendermos criticamente as dinâmicas do Pajubá. Podemos perceber que ele opera não apenas como um código de comunicação, mas também como um instrumento de afirmação identitária e contestação das normas linguísticas hegemônicas. Por isso, torna-se indispensável analisar as relações de poder que atravessam seu uso, bem como os mecanismos que promovem sua marginalização ou, por outro lado, sua apropriação por diferentes grupos. A seguir, voltamo-nos para o papel da política linguística na gestão dos idiomas e nas disputas por reconhecimento em contextos de diversidade e desigualdade social.

4.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Este subcapítulo trata da política linguística como instrumento de poder, mostrando como a gestão dos idiomas pode reforçar desigualdades ou promover inclusão, especialmente em contextos pós-coloniais. Destaca-se a luta por línguas minorizadas e o impacto das decisões linguísticas na sociedade.

A análise das PLs como campo de conhecimento e intervenção reflete a convergência entre língua e poder, sendo essencial para compreender as dinâmicas sociopolíticas que envolvem o planejamento e a gestão dos idiomas. Segundo Moita Lopes (2013), a política linguística evoluiu desde uma abordagem tecnocrática e estatal até uma perspectiva mais abrangente, que reconhece as questões ideológicas e os conflitos de poder subjacentes às

escolhas linguísticas. O autor argumenta que o predomínio da língua inglesa no campo acadêmico mundial não é apenas um reflexo da globalização, mas também uma manifestação de hegemonia política e econômica.

Historicamente, o planejamento linguístico foi visto como uma estratégia de controle estatal para resolver problemas sociolinguísticos, especialmente em nações recém-independentes da África e da Ásia. Lagares (2018) destaca que esse planejamento ocorre em dois níveis principais: o *status*, relacionado às funções sociais da língua, e o *corpus*, referente à forma e estrutura do código linguístico. Esses processos envolvem a normatização gramatical, ortográfica e lexical, visando consolidar uma identidade linguística nacional. No entanto, essa visão frequentemente desconsidera as dinâmicas sociais e econômicas mais amplas. Dessa maneira,

a diversidade linguística é um obstáculo à modernização da sociedade e ao desenvolvimento econômico dos países. A consolidação da língua de colonização como elemento unificador da nova nação exige empreender políticas que têm como objetivo tornar as elites do país plenamente proficientes nesse idioma, consolidando a hierarquia social própria da realidade colonial. Ao mesmo tempo, toma-se decisões sobre quais línguas serão reconhecidas oficialmente como “línguas nacionais” e sobre o papel que cada uma delas deverá cumprir no país em formação (Lagares, 2018, p. 21-22).

O autor destaca que o planejamento linguístico, sobretudo em contextos pós-coloniais, está profundamente vinculado a processos de dominação e exclusão. A escolha de uma língua oficial, portanto, vai além de uma decisão técnica — trata-se de um ato político que revela e reforça relações de poder. Essa lógica pode ser observada na marginalização de socioletos como o Pajubá, cuja exclusão sistemática reflete dinâmicas similares. Em resposta, surgem iniciativas de gestão linguística comunitária, como a criação e publicação de dicionários do Pajubá por ativistas, coletivos e pesquisadores. Esses dicionários não apenas documentam e difundem esse repertório linguístico, mas também funcionam como instrumentos de resistência política e afirmação identitária, inserindo o Pajubá nas disputas por legitimidade no campo linguístico.

Esse caráter ideológico das PLs se manifesta claramente na forma como certas línguas são promovidas enquanto outras são marginalizadas. O caso do México, discutido por Lagares (2018), exemplifica essa dinâmica: o castelhano foi imposto sob o pretexto de modernização e inclusão, mas o resultado foi a exclusão das comunidades indígenas, cujos idiomas foram desvalorizados e, muitas vezes, reprimidos. Esse processo revela que o planejamento linguístico muitas vezes opera como um instrumento de controle social, consolidando desigualdades históricas e perpetuando a hegemonia cultural da elite dominante. No Brasil, processos semelhantes se refletem na exclusão de variedades linguísticas como o Pajubá, cuja vitalidade

comunicativa em ambientes informais contrasta com sua invisibilidade nos meios institucionais. A criação de dicionários que sistematizam e explicam esse socioleto representa, portanto, um gesto de contra-hegemônia, pois contesta a exclusão oficial e propõe uma nova forma de normatização baseada em práticas culturais marginalizadas.

Nessa discussão, torna-se relevante ampliar a análise para a gestão linguística, conceito que expande o planejamento linguístico ao incluir a dimensão dinâmica das PLs e sua interação com os diversos agentes sociais. Diferentemente do planejamento linguístico tradicional, que muitas vezes parte de uma perspectiva normativa e centralizadora, a gestão linguística enfatiza o caráter processual e negociado das PLs. Segundo Sousa e Roca (2015), essa abordagem considera a forma como diferentes atores – governos, instituições, comunidades e indivíduos – participam ativamente da formulação, adaptação e implementação dessas políticas em contextos diversos. Os dicionários do Pajubá são evidência concreta desse tipo de gestão linguística descentralizada: surgem de iniciativas populares e comunitárias, organizadas por sujeitos que, por meio da linguagem, afirmam suas identidades dissidentes e reivindicam visibilidade.

Nesse sentido, Rajagopalan (2015) contribui para a discussão ao destacar que qualquer ação de planejamento linguístico é, essencialmente, um ato político e ideológico, uma vez que a língua não existe de forma isolada das relações sociais e históricas que a moldam. Ele enfatiza que a noção tradicional de planejamento linguístico, voltada para a normatização e regulamentação da língua, frequentemente ignora os processos dinâmicos de negociação que ocorrem entre os falantes. Assim, em vez de ser vista apenas como uma ferramenta técnica de padronização, a intervenção na língua deve ser compreendida como um campo de disputa, no qual múltiplos agentes – desde o Estado até comunidades marginalizadas – influenciam as decisões sobre o que é considerado legítimo ou normativo. A publicação e circulação dos dicionários do Pajubá opera precisamente nessa disputa: ao propor sentidos, traduções e usos possíveis para um vocabulário marginalizado, esses materiais desafiam as fronteiras da legitimidade linguística e promovem novas formas de reconhecimento e pertencimento.

Ao articular a gestão linguística de Lagares (2018) com a crítica de Rajagopalan (2015) ao planejamento linguístico tradicional, percebe-se que ambas as abordagens convergem na defesa de uma visão mais dinâmica e descentralizada das PLs. Essa perspectiva é especialmente relevante para contextos de diversidade linguística e resistência sociopolítica, nos quais os usos da língua não apenas refletem identidades e pertencimentos, mas também funcionam como instrumentos de luta por reconhecimento e direitos. Dessa forma, a gestão linguística amplia a compreensão sobre as PLs e permite analisar como determinadas línguas e variedades

linguísticas são promovidas, marginalizadas ou ressignificadas conforme interesses e disputas em diferentes contextos sociais. Os dicionários do Pajubá, ao catalogarem um vocabulário que circula historicamente à margem da norma, inserem-se nesse contexto como tecnologias políticas de linguagem. Produzidos muitas vezes de forma coletiva, eles não apenas documentam a variedade linguística, mas também afirmam a legitimidade dos corpos, afetos e práticas que ela representa.

Essa perspectiva dialógica e dinâmica se alinha às reflexões desenvolvidas pela sociolinguística crítica a partir dos anos 1960, quando estudiosos começaram a questionar o papel das línguas na manutenção das desigualdades sociais. Esse movimento, que se intensificou nas décadas seguintes, foi influenciado por críticas pós-modernas que contestavam a suposta neutralidade das intervenções linguísticas. Nesse contexto, o próprio planejamento linguístico passou a ser problematizado como um mecanismo que, em vez de promover equidade, poderia reforçar estruturas de domínio existentes, legitimando hierarquias sociais e excluindo grupos marginalizados (Lagares, 2018). A elaboração de dicionários do Pajubá, nesse cenário, é um exemplo de contra-planejamento: uma iniciativa que não apenas contesta o apagamento linguístico institucional, mas propõe uma alternativa de construção lexical baseada na experiência comunitária, na oralidade e na performatividade.

As práticas de padronização linguística, frequentemente justificadas sob o pretexto de racionalidade e eficiência, mascaram uma agenda política que favorece determinados grupos sociais em detrimento de outros, reforçando, assim, a hegemonia cultural e econômica das elites. A sistematização do Pajubá por meio de dicionários é, nesse sentido, um gesto de enfrentamento da norma dominante e de construção de legitimidade própria, baseada nos usos e saberes compartilhados por sujeitos historicamente excluídos dos processos de regulamentação linguística.

No contexto contemporâneo, a discussão sobre PLs e diversidade cultural ganha novos contornos com o avanço das tecnologias digitais e das reivindicações por reconhecimento institucional. De acordo com Oliveira (2003), no Brasil, um país marcado pelo plurilinguismo, observa-se um crescimento significativo da valorização de línguas minoritárias, impulsionado tanto por iniciativas governamentais quanto pela ação de comunidades em redes sociais. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10.436/2002, por exemplo, foi um marco na garantia de direitos linguísticos da comunidade surda (Brasil, 2002). Da mesma forma, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) reconhece o direito das comunidades quilombolas à preservação de suas línguas e manifestações culturais (Brasil, 2010). Em um movimento análogo, os dicionários do Pajubá ganham circulação digital e

impressa, permitindo que essa variedade linguística seja estudada, disseminada e reapropriada, tanto em contextos ativistas quanto acadêmicos.

Além disso, a Constituição de 1988 abriu espaço para o reconhecimento das línguas indígenas como parte do patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 1988), permitindo que estados como Amazonas e Mato Grosso do Sul desenvolvessem políticas de ensino bilíngue para povos originários (Oliveira, 2003). No entanto, apesar desses avanços, ainda há desafios significativos, como a escassez de materiais didáticos e a formação insuficiente de professores bilíngues. Um exemplo emblemático de resistência cultural é a luta do povo Guarani-Kaiowá pelo direito de ensinar sua língua nas escolas indígenas (Oliveira; Ferreira, 2017). De forma semelhante, os dicionários do Pajubá podem ser vistos como materiais didáticos insurgentes, que fomentam a circulação do socioleto em espaços antes considerados inóspitos para essas vozes: escolas, universidades, bibliotecas e editoras.

Essas iniciativas demonstram que a seleção de um idioma como oficial não é um ato neutro, mas uma decisão política que influencia o acesso a direitos, recursos e oportunidades. Como destaca Bagno (2003), a hierarquização de línguas reflete relações de poder que historicamente marginalizam certos grupos sociais, tornando essencial a luta por PLs inclusivas. A existência de dicionários do Pajubá, enquanto instrumentos linguísticos contra-hegemônicos, evidencia a possibilidade de transformação dos próprios critérios de legitimidade linguística. Eles contribuem para a construção de uma política de reconhecimento que vai além da simples tolerância: trata-se do direito ao uso público e digno da linguagem que nomeia e sustenta modos dissidentes de existir.

Diante desse cenário, as PLs contemporâneas se voltam para a valorização da diversidade e para a proteção dos direitos linguísticos. A discussão sobre lealdade linguística e revitalização de idiomas ganha força nos debates acadêmicos e nas ações governamentais. Uma abordagem mais integradora propõe repensar o papel das línguas dentro das sociedades, reconhecendo-as como elementos dinâmicos que se moldam de acordo com contextos históricos e sociais específicos. Os dicionários do Pajubá são expressão viva dessa dinâmica, revelando como os próprios falantes podem conduzir processos de codificação, preservação e reinvenção de sua linguagem.

Sob essa perspectiva crítica de Lagares (2018), evidencia-se que as PLs não são apenas questões técnicas, mas sim instrumentos de poder que influenciam a distribuição de recursos, oportunidades e identidades. Compreender a linguagem sob essa ótica permite problematizar intervenções políticas e construir espaços de resistência e valorização da diversidade linguística

global. A seguir, exploraremos como a glotopolítica aprofunda essa relação entre língua e poder nas disputas sociais e identitárias.

4.3 A ABORDAGEM GLOTOPOLÍTICA

Neste subcapítulo, abordaremos a glotopolítica como o estudo das relações entre linguagem e poder, mostrando como decisões linguísticas são sempre políticas e influenciam identidades e estruturas sociais.

O termo de glotopolítica, conforme discutido por autores como Lagares (2018), Del Valle (2014) e Arnoux (2016), emerge como uma perspectiva inovadora no campo da sociolinguística ao analisar as complexas interações entre linguagem e política. O termo "glotopolítica" tem uma trajetória irregular e foi esporadicamente abordado por diversos autores ao longo do tempo, mas ganhou visibilidade significativa na literatura a partir do final do século XX (Lagares, 2018). A proposta dessa abordagem é ampliar o escopo das análises sociolinguísticas ao considerar que toda decisão sobre a linguagem, seja explícita ou implícita, carrega consigo implicações políticas. Sousa e Roca (2015) retomam o termo glotopolítica:

Definindo-o como o estudo dos diversos modos em que tanto as práticas linguísticas quanto as ações sobre as línguas e as relações de poder estabelecidas entre elas influenciam as ações sociais e as estruturas de poder. Assumindo aspectos metodológicos da Glotopolítica, afirma que há a possibilidade de realizar análises tanto em intervenções explícitas, como em comportamentos espontâneos e atividades epilingüísticas e metalingüísticas [...]. Nesta visão, compreendemos a glotopolítica como um estudo que tem se reafirmado por meio de trabalhos cujo objetivo é analisar as interfaces da língua à sociedade e aos instrumentos linguísticos. Ressaltamos, portanto, a preponderância da perspectiva dos estudos glotopolíticos para a compreensão de como se comporta a língua, a sociedade e os sujeitos que a utilizam nas mais diversas circunstâncias (Sousa; Roca, 2015, p. 315-316).

Nessa linha, Arnoux (2016) enfatiza que a glotopolítica permite compreender como as PLs são construídas a partir de discursos e práticas que regulam, controlam e legitimam o uso da língua em diferentes contextos sociais. Lauria (2013), por sua vez, amplia essa discussão ao argumentar que os estudos glotopolíticos devem considerar não apenas as PLs institucionais, mas também as manifestações cotidianas da regulação linguística.

Autores como Guespin e Marcellesi (1986) e Del Valle (2014), destacam como a linguagem se insere diretamente nas relações de poder e nas construções sociais e identitárias, o que coloca a glotopolítica como um campo vital para os estudos linguísticos contemporâneos.

O conceito de glotopolítica tem raízes históricas que remontam à década de 1950, período em que a sociolinguística começava a se firmar como campo disciplinar. Nesse contexto, linguistas como Robert Hall Jr. e Bertil Malmberg passaram a refletir sobre as dimensões políticas da linguagem, especialmente em situações de contato linguístico. Em uma

revisão sobre a sociolinguística nos Estados Unidos, Hall Jr. (1962) já destacava a relação entre os estudos linguísticos e a formulação de políticas governamentais sobre línguas — um movimento que aproximava a noção de glotopolítica do então emergente campo do planejamento linguístico. A partir disso, conforme Lagares (2018), a glotopolítica se estabeleceu como uma área de estudo que não só analisava as decisões políticas sobre as línguas, mas também as ações cotidianas que influenciam a linguagem e as relações de poder.

Moita Lopes (2013) reforça que a glotopolítica não se limita à análise de PLs formais, como aquelas relacionadas às línguas oficiais ou ao ensino de idiomas, mas propõe uma visão mais ampla e inclusiva. Nesse sentido, qualquer prática discursiva, seja em políticas educacionais, discursos políticos ou até mesmo na correção linguística cotidiana, pode ser considerada uma intervenção glotopolítica. Guespin e Marcellesi (1986) argumentam que todas as ações sobre a linguagem, em seus mais diversos níveis, possuem um efeito glotopolítico, o que leva à desnecessidade de uma separação rígida entre política linguística e planejamento linguístico. Essa perspectiva amplia a visão tradicional sobre a linguagem, tratando-a como um campo dinâmico e interativo, no qual as decisões linguísticas são sempre influenciadas por relações de poder.

Uma das contribuições centrais da glotopolítica é a compreensão de que a linguagem nunca é neutra; ela é sempre marcada por implicações ideológicas e normativas. Del Valle (2014), em sua análise, destaca dois conceitos fundamentais para essa abordagem: *indicialidade* e *normatividade*. A *indicialidade* refere-se à capacidade da linguagem de sinalizar contextos sociais e políticos, sendo capaz de construir identidades sociais e estabelecer relações entre os interlocutores. Nesse sentido, a linguagem tem uma dimensão performativa e política, pois as interações linguísticas sempre acontecem dentro de contextos sociais e são moldadas por estruturas de poder. Por exemplo, nas políticas educacionais, a imposição de normas gramaticais muitas vezes desconsidera as variações linguísticas, reforçando hierarquias sociais e posicionamentos ideológicos. Além disso, o uso de formas linguísticas normativas em discursos institucionais ou políticos pode reforçar determinadas identidades e excluir outras.

A *normatividade*, por sua vez, refere-se às regras e convenções que orientam o uso da linguagem em diferentes espaços sociais. Del Valle (2014) argumenta que toda enunciação linguística ocorre dentro de um quadro normativo, onde determinadas formas linguísticas são legitimadas enquanto outras são marginalizadas. Isso reflete as dinâmicas de poder que permeiam o uso da linguagem e a distribuição social da palavra.

Um exemplo contemporâneo dessas dinâmicas pode ser visto no debate sobre a chamada linguagem inclusiva, como o uso de pronomes neutros ou expressões não-binárias. Esses

elementos linguísticos têm gerado intensos debates sociais e políticos. No Brasil, em 19 de outubro de 2021, o governo de Rondônia sancionou a Lei nº 5.123, que proibia o uso de linguagem neutra em instituições de ensino e editais de concursos públicos no estado (Brasil, 2021). No entanto, em 10 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou essa lei inconstitucional, afirmando que a competência para legislar sobre normas de ensino é da União.

Em um contexto internacional, na França, em 30 de outubro de 2023, o Senado aprovou um projeto de lei que proíbe o uso oficial da linguagem neutra no país, uma medida apoiada pelo presidente Emmanuel Macron. Esses episódios ilustram como a normatividade linguística é um campo de disputas ideológicas sobre identidade, reconhecimento e inclusão social.

Sob a ótica glotopolítica, tais discussões não devem ser vistas apenas como questões gramaticais, mas como embates ideológicos que envolvem o direito à expressão, à visibilidade e ao respeito à diversidade.

A glotopolítica também se destaca por questionar a concepção tradicional de mudança linguística, que muitas vezes é vista como um processo espontâneo e natural. Lagares (2018) critica a ideia de um fatalismo linguístico, que desconsidera as forças sociais e políticas envolvidas na evolução das línguas. Para os teóricos da glotopolítica, as mudanças linguísticas são sempre influenciadas por dinâmicas sociais e estruturais, sendo parte de processos mais amplos de transformação social. A intervenção sobre a linguagem, como as políticas de diferenciação linguística ou a imposição de normas, deve ser compreendida dentro desse contexto dinâmico e não isolada da realidade social e política em que ocorre.

Outro ponto importante na análise glotopolítica é a distinção entre liberalismo e dirigismo, categorias que se referem a diferentes atitudes políticas em relação à linguagem. O liberalismo, conforme Lagares (2018), pode ser visto como uma postura conservadora que busca manter o *status quo* linguístico, favorecendo as camadas dominantes e suas ideologias linguísticas. Em contraste, o dirigismo envolve uma intervenção mais ativa, em que decisões políticas são tomadas para promover ou defender uma língua ou sistema linguístico específico. A glotopolítica propõe que a análise dessas práticas seja feita com base em uma abordagem democrática, na qual diferentes grupos sociais e políticos possam participar da discussão sobre a gestão da linguagem e suas implicações.

Um exemplo dessa intervenção glotopolítica pode ser observado nas políticas de multilinguismo e nas disputas pela proteção e promoção de línguas minoritárias. No Quebec, por exemplo, a defesa do francês em um contexto majoritariamente anglófono no Canadá é uma questão central das PLs, refletindo um embate ideológico sobre o status das línguas e as relações

de poder entre diferentes comunidades linguísticas. Essas PLs não se limitam à regulamentação formal da língua, mas se estendem ao campo da glotopolítica, pois envolvem questões de identidade, reconhecimento e direitos linguísticos.

Além disso, as transformações sociais no mundo contemporâneo, impulsionadas pela globalização, pelas novas tecnologias e pelo fortalecimento das interações virtuais, têm impactado diretamente a produção e o consumo de discursos linguísticos. A internet, por exemplo, tem desempenhado um papel crucial na disseminação de práticas linguísticas, muitas vezes desafiando as normas estabelecidas e criando novos espaços de negociação linguística. Sousa e Roca (2015) destaca a importância da glotopolítica em compreender essas novas dinâmicas, que exigem uma abordagem mais flexível e crítica das relações entre linguagem e poder.

Em suma, a abordagem glotopolítica amplia as fronteiras da sociolinguística ao considerar que todas as práticas linguísticas, desde políticas formais até ações cotidianas, carregam consigo implicações políticas. A glotopolítica destaca a centralidade da linguagem na construção de identidades sociais e nas relações de poder, tornando-se uma ferramenta essencial para analisar as complexas interações entre discurso, política e sociedade. Ao desafiar concepções tradicionais de planejamento linguístico, a glotopolítica propõe uma análise mais crítica e inclusiva da linguagem, reconhecendo sua influência nos processos sociais e políticos contemporâneos.

Sob essa perspectiva, o Pajubá pode ser compreendido como um ato de resistência glotopolítica. Sua existência e uso cotidiano revelam estratégias de afirmação identitária e contestação de normas linguísticas hegemônicas. A produção e circulação de dicionários de Pajubá configuram-se como práticas glotopolíticas ao documentar, valorizar e legitimar uma variedade linguística historicamente marginalizada. Tais obras registram o vocabulário, mas vão além, pois reforçam o direito à palavra, à representação simbólica e à construção de espaços discursivos próprios por parte de sujeitos dissidentes. Dessa forma, o Pajubá e seus dicionários são intervenções glotopolíticas que desafiam a normatividade e evidenciam o papel político da linguagem na construção de subjetividades e na disputa por reconhecimento social. Adiante, explora-se as ideologias linguísticas com base nas contribuições teóricas de Lagares (2018) e Kroskrity (2004), destacando como elas influenciam as práticas de linguagem.

4.4 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

Este subcapítulo apresenta as ideologias linguísticas a partir das perspectivas teóricas de Lagares (2018) e Kroskrity (2004), abordando suas influências nas práticas de linguagem.

A linguagem, entendida como prática social, é um espaço de disputa em que as palavras não apenas refletem, mas também produzem e reproduzem posições ideológicas. Nesse sentido, Voloshinov (2009) afirma que a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, evidenciando que os usos linguísticos estão sempre permeados por valores sociais e políticos. Desse modo, as diferentes formas de compreender e utilizar a língua não são neutras, mas revelam posicionamentos mais amplos no contexto das relações sociais.

Diante disso, Calvet (2002) destaca que as avaliações sobre a linguagem fazem parte das práticas cotidianas dos falantes e influenciam os rumos das mudanças linguísticas. Em sua análise, ele revisa a forma como as ideologias linguísticas foram abordadas ao longo do tempo, desde os estudos pioneiros de Lambert, que investigaram as atitudes linguísticas no Quebec por meio do método dos falsos pares, até as reflexões de Labov sobre a hipercorreção em variantes linguísticas. Esses estudos mostram que as percepções dos falantes sobre a língua não surgem de forma isolada, mas em relação a estruturas sociais mais amplas. Além disso, a ideia de norma subjetiva de Rey e a noção de imaginário linguístico de Houdebine reforçam que as representações sobre a língua são construídas socialmente e têm efeitos concretos na forma como os indivíduos se posicionam diante das variedades linguísticas.

Lagares (2018) também se dedica a apresentar e discutir diferentes tendências na interpretação do que é ideologia, com base na análise de Woolard. Essas tendências podem ser agrupadas em quatro grandes correntes de pensamento: a ideologia como um fenômeno *ideacional*, a ideologia como uma *resposta a interesses sociais*, a ideologia como *representação de poder* e a ideologia como *falsa consciência*.

De acordo com os autores, a primeira tendência identifica a ideologia com as representações subjetivas, crenças e ideias dos indivíduos. Essa visão ideacional propõe que a ideologia pode ser verbalizada explicitamente, mas também pode se manifestar de forma implícita, como hábitos ou práticas linguísticas que não são necessariamente refletidas de maneira consciente. Esse ponto de vista dialoga com a noção de *habitus* proposta por Bourdieu (1989), que comprehende as ideologias como estruturas internalizadas que orientam práticas e percepções de maneira pré-reflexiva, isto é, sem que os falantes estejam plenamente conscientes de sua influência. No campo da sociolinguística, essa perspectiva se conecta às investigações

sobre atitudes linguísticas e ao estudo das ideologias subjacentes às avaliações que os falantes fazem sobre diferentes formas de falar.

A segunda tendência, conforme o autor, amplamente aceita entre os estudiosos, vê a ideologia como uma resposta a interesses sociais específicos, geralmente de grupos em posições de poder. Essa visão coloca a ideologia como uma ferramenta utilizada para afirmar uma determinada verdade, ainda que essa verdade seja construída para atender a interesses particulares. Em outras palavras, a ideologia pode ser vista como uma construção social que visa consolidar e justificar a posição dominante de um determinado grupo social, mesmo quando se apresenta como uma “verdade universal”.

A terceira tendência vê a ideologia como um conjunto de representações que estão intimamente ligadas a posições de poder social, político e econômico. A ideologia, nesse caso, é considerada uma ferramenta dos grupos dominantes para manter sua hegemonia, mas também pode ser usada por grupos subalternos como forma de resistência. O conceito de ideologia, portanto, está relacionado ao controle da narrativa e à construção de uma ordem social em que certos grupos são privilegiados enquanto outros são marginalizados.

Por fim, a quarta tendência, de inspiração marxista, considera a ideologia como uma forma de falsa consciência ou distorção, que cria uma visão do mundo que serve aos interesses dos grupos dominantes. Essa concepção da ideologia é fundamental para a ideia de *alienação* no marxismo, onde a ideologia age como uma camada superficial que oculta as relações de exploração e opressão que fundamentam a estrutura econômica e social.

Dentro da análise crítica das ideologias linguísticas, Woolard (1992) propõe duas ideologias centrais no contexto da modernidade: a ideologia da *autenticidade* e a ideologia do *anonimato*. Lagares (2018) retoma essa proposta para discutir como a ideologia da autenticidade se manifesta especialmente em comunidades linguísticas minoritárias ou em grupos falantes de variedades estigmatizadas, como dialetos regionais e línguas indígenas. Nesse caso, a língua é vista como um reflexo da identidade de uma comunidade de fala específica, e a relação entre língua e lugar é fundamental para a definição do valor dessa língua. Para esses grupos, a autenticidade da língua está ligada ao espírito da comunidade e à preservação de uma identidade cultural específica. No entanto, segundo os autores, a ideologia da autenticidade pode gerar dificuldades na padronização linguística, uma vez que as variedades locais são percebidas como mais genuínas e, portanto, a norma padrão é vista como artificial e descontextualizada.

Por outro lado, a ideologia do anonimato é característica das línguas hegemônicas, como o português padrão ou o inglês. Nesse modelo, a língua não está associada a uma identidade

local ou a um grupo específico, mas é concebida como um sistema universal, disponível para todos. A norma padrão, portanto, é valorizada por sua capacidade de ser "neutra" e "imparcial", não pertencendo a nenhum grupo particular, o que a torna adequada para o uso público e oficial. Essa ideologia serve para consolidar o poder das línguas dominantes e criar uma ilusão de igualdade e de acesso universal, ao mesmo tempo em que marginaliza as variedades locais e outras formas de expressão linguística.

Diante disso, José Del Valle (2007, p. 20) define ideologia linguística como "sistema de ideias que articulam noções de linguagem, as línguas, a fala e/ou a comunicação com formações culturais, políticas e/ou sociais específicas". Para que um sistema de ideias sobre a língua seja considerado uma ideologia linguística, ele aponta três condições fundamentais:

"Primeira, sua contextualidade, isto é, sua vinculação com uma ordem cultural, política e/ou social; segunda, a sua função naturalizadora, isto é, seu efeito normalizador de uma ordem extralinguística fixada no senso comum; e terceira, sua institucionalidade, isto é, sua produção e reprodução em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de poder e autoridade" (José Del Valle, 2007, p. 20).

A partir dessas reflexões, o referido autor argumenta que as ideologias linguísticas não são apenas reflexos passivos da língua, mas práticas discursivas que revelam e reforçam relações de poder em contextos específicos. A forma como a língua é avaliada e compreendida resulta de disputas simbólicas que moldam as relações sociais e políticas.

A análise de Lagares (2018) sobre ideologias linguísticas se insere em um contexto mais amplo de mudanças sociopolíticas, culturais e linguísticas. O autor destaca a crescente importância da *glotopolítica*, conceito que questiona a relação entre a política e as práticas linguísticas em um mundo globalizado, caracterizado pela mobilidade, pela hibridação e pela superdiversidade. Esse novo cenário exige a reavaliação das ideologias linguísticas que sustentam as fronteiras entre línguas, dialetos e variedades linguísticas, reconhecendo a complexidade e a fluidez das relações linguísticas na contemporaneidade.

A *glotopolítica* propõe uma perspectiva que ultrapassa as delimitações tradicionais das línguas e das identidades linguísticas, enfocando as dinâmicas de poder e as práticas sociais que moldam a realidade linguística. Essa abordagem permite uma análise crítica das ideologias linguísticas, reconhecendo que a linguagem é um fenômeno dinâmico e mutável, que deve ser estudado a partir das condições contextuais e das forças sociais e políticas que a produzem.

Nesse sentido, as ideias de Lagares (2018) fornecem uma base sólida para a análise das ideologias linguísticas, mostrando como a linguagem está profundamente imersa nas relações de poder e nas práticas sociais que sustentam a ordem social. O autor destaca a necessidade de uma abordagem crítica, que leve em consideração as mudanças sociais, culturais e políticas, e

que busque problematizar as ideologias que moldam as práticas linguísticas, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade das realidades linguísticas no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, as contribuições de Kroskrity (2004) são essenciais para aprofundar a análise das ideologias linguísticas, pois o autor propõe que essas ideologias operam em cinco níveis de dimensões convergentes que revelam como as línguas funcionam para afirmar, reconstituir ou desafiar as estruturas de poder.

O autor desenvolve a noção de ideologia linguística a partir de cinco níveis de dimensão convergentes: *interesses de grupo; multiplicidade das ideologias; a consciência dos falantes; a mediação entre as estruturas sociais e as formas de fala; o papel da ideologia linguística na construção da identidade.*

O primeiro nível comprehende a maneira como os indivíduos manejam a língua em prol de *interesses de grupos* sociais específicos, em detrimento de outros (Kroskrity, 2004). No Brasil, um exemplo dessa dinâmica está na tentativa de padronização do português, que privilegia a norma culta em detrimento das variedades regionais e socioeconômicas. Moita Lopes (2013) destaca que movimentos sociais, como o movimento LGBTQIAPN+, utilizam estratégias linguísticas como forma de resistência e afirmação identitária, exemplificado pelo uso do Pajubá em espaços de sociabilidade e por iniciativas de linguagem neutra, como o uso de "@", "x" ou "e" para neutralizar o gênero em palavras.

O segundo nível corresponde à *multiplicidade das ideologias*, ou seja, como elas se manifestam em diferentes grupos socioculturais. As marcas ideológicas variam de acordo com quem profere o discurso (Kroskrity, 2004). Por exemplo, a fala de um jovem da periferia, marcada por gírias e expressões locais, pode ser interpretada de forma distinta se comparada à fala de alguém pertencente a uma elite urbana. As diferentes variações regionais do português, como o sotaque nordestino ou as expressões afro-brasileiras presentes em comunidades quilombolas, também exemplificam essa multiplicidade e revelam tensões em torno da legitimidade do falar.

O terceiro nível refere-se à *consciência dos falantes* (Kroskrity, 2004). Segundo Moita Lopes (2013), esse grau de consciência é variável e nem sempre explícito. Em contextos formais como audiências jurídicas e ambientes religiosos, os participantes demonstram maior consciência das normas e regras linguísticas, adequando sua fala ao contexto. No Brasil, em cerimônias religiosas do Candomblé e da Umbanda, a presença de termos de origem africana evidencia como a linguagem está entrelaçada com as práticas culturais e espirituais, funcionando como um marcador de identidade e resistência.

O quarto nível aborda a *mediação entre as estruturas sociais e a linguagem em uso*, incorporando as características de iconização, recursividade fractal e apagamento, conforme Kroskrity (2004). A iconização refere-se à associação de traços linguísticos a características essenciais de um grupo social. No Brasil, por exemplo, o sotaque nordestino é frequentemente estereotipado como sinal de rusticidade ou falta de sofisticação, reforçando desigualdades regionais. Já a recursividade fractal manifesta-se na reprodução de oposições sociais em diferentes níveis, como a contraposição entre a norma culta e as variedades populares do português. O apagamento, por sua vez, ocorre quando determinados grupos ou práticas linguísticas são invisibilizados. Um exemplo claro é a marginalização das línguas indígenas e das línguas de matriz africana, que têm sua relevância histórica e cultural apagada em prol da hegemonia do português.

O quinto e último nível trata do *papel da ideologia linguística na construção da identidade* (Kroskrity, 2004). Nesse sentido, as práticas linguísticas não são neutras, elas funcionam como ferramentas de afirmação de identidade, de mediação entre estruturas sociais e de contestação de relações de poder. Moita Lopes (2013) destaca que conceitos como nação e pertencimento dependem fortemente das ideologias linguísticas, revelando como as línguas atuam na construção de identidades coletivas.

No Brasil, a ideia de que "só se fala português" ignora a diversidade linguística existente no território, que abrange mais de 270 línguas indígenas, além das línguas de imigração, da Libras e do Pajubá. Além disso, a adoção do inglês e do espanhol como línguas estrangeiras em escolas públicas também reflete políticas linguísticas que priorizam interesses econômicos e diplomáticos em detrimento do reconhecimento e valorização das línguas indígenas e africanas, por exemplo. Essas práticas evidenciam como as ideologias linguísticas refletem e reforçam hierarquias sociais e disputas de poder no campo da política linguística.

Esse fenômeno de construção identitária através da linguagem encontra eco na teoria de Bourdieu (1989), que vê a língua como um campo de poder onde a identidade social e cultural é continuamente negociada e reforçada. Nesse contexto, as práticas linguísticas são reguladas por ideologias dominantes, mas também podem se tornar estratégias de resistência e reconfiguração das relações de poder, evidenciando a dimensão política inerente ao uso da língua.

Desse modo, ao integrar as cinco dimensões de Kroskrity (2004) sobre ideologias linguísticas, é possível compreender como as práticas linguísticas funcionam como ferramentas de afirmação de identidade, de mediação entre estruturas sociais e de contestação de relações de poder. Além disso, a questão pode ser analisada a partir das disputas de poder no campo da

política linguística, onde as ideologias não apenas refletem, mas também reforçam hierarquias sociais.

Nesse sentido, Arnoux e Del Valle (2010) destacam que toda política linguística implica uma luta simbólica pela imposição de uma visão legítima da língua e, consequentemente, pela naturalização de relações de dominação no campo discursivo. Assim, as práticas linguísticas, ao mesmo tempo em que são reguladas por ideologias dominantes, podem se tornar estratégias de resistência e reconfiguração das relações de poder, evidenciando a dimensão política inerente ao uso da língua. A seguir, exploraremos como os dicionários de Pajubá atuam como formas de contestação à normatividade linguística, reivindicando reconhecimento e visibilidade

4.5 O DICIONÁRIO COMO OBJETO DE ANÁLISE: PERSPECTIVAS GLOTOPOLÍTICAS E IDEOLÓGICAS

Neste subcapítulo, discutiremos como os dicionários de Pajubá desafiam a normatividade linguística e disputam espaços de legitimação. Com base em Lagares (2018) e Foucault (1998), analisaremos seu papel na resistência LGBTQIAPN+ e na construção de uma identidade linguística reconhecida.

De acordo com Sousa e Roca (2015), o dicionário, enquanto instrumento linguístico, constitui um objeto de análise fundamental para a compreensão das ideologias linguísticas presentes em determinado contexto sociocultural. O estudo de materiais lexicográficos permite identificar os discursos que permeiam a seleção, definição e circulação dos vocábulos, evidenciando aspectos históricos, sociais e políticos da constituição de um repertório linguístico. Nesse sentido, a análise dos dicionários em Pajubá revela processos de resistência e de afirmação identitária, pois essa variedade linguística se insere em um contexto histórico de marginalização e apropriação cultural.

O dicionário pode ser entendido como um instrumento glotopolítico que revela posicionamentos diante das variedades linguísticas e dos sujeitos que as utilizam. A escolha dos vocábulos, suas definições e a organização dos verbetes expressam ideologias sobre a língua e sua função social (Lagares, 2018). No caso dos dicionários de Pajubá, esses elementos não apenas se articulam a processos de ressignificação cultural e à reivindicação de visibilidade e reconhecimento por parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas também materializam essa variedade linguística, conferindo-lhe existência simbólica e social. Assim, o dicionário atua como um registro formal que legitima e documenta o Pajubá enquanto prática linguística significativa.

Os instrumentos linguístico do Pajubá incluem materiais como *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichonário: um dicionário gay* (1996) e *Aurélia, a dicionária da língua afiada* (2006), que registram e sistematizam esse socioleto a partir de diferentes perspectivas. Essas obras documentam o léxico, além de também evidenciar a interação entre o Pajubá e sua função social, destacando sua relevância como forma de comunicação e de pertencimento identitário.

A análise da ideologia linguística permite compreender como os discursos sobre o Pajubá são construídos dentro desses dicionários. Souza e Roca (2015) argumentam que a constituição de dicionários de variedades linguísticas marginalizadas muitas vezes reflete um esforço de documentação e reconhecimento social, mas também pode ser atravessada por processos de exotização ou estereotipação. Assim, é necessário considerar as motivações e os contextos que impulsionam a elaboração dessas obras lexicográficas, bem como os efeitos que produzem na circulação e na legitimação do Pajubá enquanto prática linguística.

Nesse sentido, os dicionários são instrumentos de poder, na medida em que definem e delimitam o que pode ou não ser considerado parte de uma língua. A seleção dos verbetes, bem como suas definições, não é um ato neutro, mas sim um reflexo das relações de força presentes em uma determinada sociedade.

Outro aspecto relevante na construção dos dicionários de Pajubá é a intencionalidade que permeia a elaboração dessas obras. Como apontam pesquisadores da área, o dicionário é um espaço de disputa, onde diferentes grupos sociais procuram legitimar suas variedades linguísticas (Lagares, 2018). Esse processo evidencia a tensão entre hegemonia e resistência, tornando os dicionários de Pajubá não apenas instrumentos de registro, mas também espaços de ativação identitária.

Foucault (1998), em sua abordagem sobre a microfísica do poder, aponta que o poder não se exerce simplesmente de cima para baixo, mas está presente em todas as relações sociais, constituindo redes de dominação e resistência. Essa perspectiva permite compreender como os dicionários de Pajubá funcionam como espaços de disputa simbólica, nos quais as relações de poder se materializam tanto na seleção lexical quanto na definição dos termos.

Lagares (2018) ressalta que a lexicografia, ao tratar de variedades linguísticas marginalizadas, pode atuar como um mecanismo de visibilização ou, ao contrário, reforçar estígmas e estereótipos, a depender das perspectivas e métodos adotados.

No que tange ao processo de formação do léxico, os dicionários de Pajubá apresentam uma ampla variedade de fenômenos linguísticos, tais como a incorporação de termos de origem africana, processos de metaforização, uso de antropônimos, expressões idiomáticas, termos de origem indígena, bem como o uso de superlativos e de verbos como modalizadores discursivos.

Essa constituição heterogênea do repertório lexical do Pajubá reflete sua dinamicidade e a influência de diferentes matrizes linguísticas na formação desse socioleto.

Nesse sentido, a análise dos dicionários de Pajubá evidencia, portanto, o papel dessas obras na construção de representações sobre a língua e seus falantes. Além disso, permite problematizar os processos de legitimação e marginalização de determinadas práticas linguísticas. No próximo subcapítulo, apresentaremos o *corpus* da pesquisa, composto por dicionários de Pajubá.

5 CORPUS DE PESQUISA

Este capítulo apresenta o *corpus* da pesquisa, composto pelos dicionários *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichionário: Um Dicionário Gay* (1996) e *Aurélia, a dicionário da língua afiada* (2006). Serão abordadas suas principais características, os contextos de produção e suas contribuições para o registro e visibilidade do socioleto Pajubá.

5.1 DIÁLOGO DE BONECAS (1995)

O *Diálogo de Bonecas* foi publicado em 1995 pelo grupo ASTRAL, a primeira organização formal de travestis no Brasil. A obra foi financiada pelo Projeto Saúde na Prostituição, uma iniciativa que contou com recursos do Ministério da Saúde em parceria com a Agência Sueca de Cooperação Internacional (ASDI). O material, distribuído durante o *Encontro Nacional de Travestis e Liberados* (Entlaids) no Rio de Janeiro, contou com tiragem limitada e foi direcionado principalmente às instituições e organizações envolvidas no encontro. Acerca disso, Araújo (2019, p. 64-65) destaca:

A publicação do dicionário reitera não somente a relação entre o poder público e o movimento social, mas também a presença de organizações e organismos internacionais, uma vez que o dicionário foi financiado pelo projeto que recebia recursos por meio do convênio com o Ministério da Saúde e pela Agência de Cooperação Internacional Sueca (ABF).

Desse modo, a autora evidencia como a produção do *Diálogo de Bonecas* não apenas resultou do protagonismo das travestis na luta por direitos, mas também da articulação entre diferentes esferas institucionais, nacionais e internacionais, reforçando o caráter coletivo e interdependente desse marco na história do movimento LGBTQIA+ no Brasil.

Com 16 páginas, o *Diálogo de Bonecas* reúne 232 termos do Pajubá acompanhados de seus respectivos significados. A introdução foi escrita pelo antropólogo Raul Lody, especialista nos estudos das religiões afro-brasileiras, que ressaltou o papel da linguagem como forma de proteção e resistência das travestis diante da violência. Sobre o material, Araújo (2019, p. 65) observou:

O antropólogo nomeou o documento de glossário, ainda que reconhecesse nele a potencialidade de ser compreendido como dicionário. Reafirmou a influência do iorubá/nagô no dialeto das travestis mostrando a relação de troca entre esses grupos e as religiões afro-brasileiras.

A análise de Lody destaca a centralidade das línguas africanas na formação do Pajubá, evidenciando o vínculo entre as práticas linguísticas da comunidade LGBTQIAPN+, em especial, as transexuais e travestis, e a espiritualidade afro-brasileira. Essa interconexão cultural tem sido amplamente explorada por estudiosos como Fernandes, Voges e Franzen (2013),

Santos (2013), Nascimento; Costa (2015), Nascimento (2016), que reafirmam o Pajubá como uma ferramenta de resistência e pertencimento.

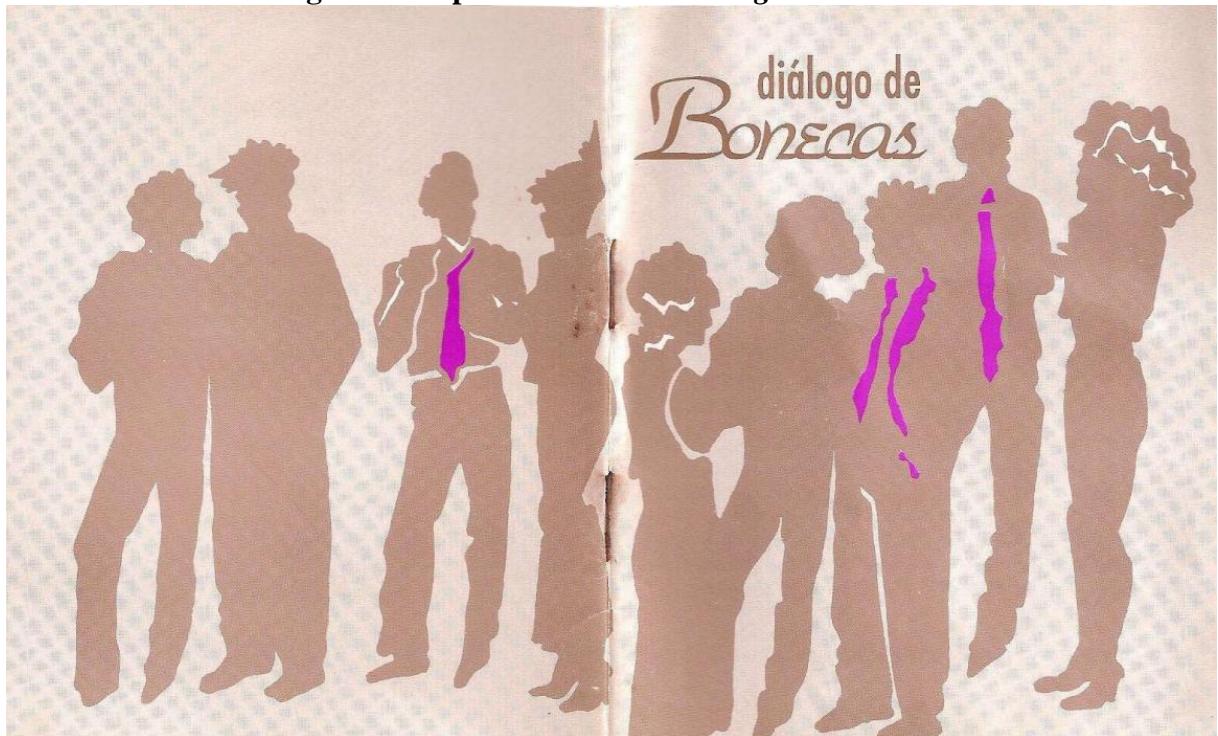
A publicação do *Diálogo de Bonecas* ocorreu em um momento crucial no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS (Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) no Brasil, integrando estratégias de prevenção e educação em saúde voltadas para grupos marginalizados. Sobre o contexto de sua criação, Araújo (2019, p. 67) aponta:

Publicado no contexto de enfrentamento da epidemia da aids, o *Diálogo de Bonecas* materializava essa preocupação. As palavras e expressões apresentadas se relacionavam às interações nas situações de trabalho, com a polícia e com os/as agentes responsáveis pelas políticas de prevenção da aids.

As travestis, frequentemente descritas como de "difícil acesso", tiveram um papel central no projeto, atuando como multiplicadoras de informação em zonas de prostituição do Rio de Janeiro, como a Praça Tiradentes e a Lapa. Nesse cenário, o Pajubá, embora frequentemente interpretado como uma barreira de comunicação pelos agentes de saúde, foi incorporado ao material como uma estratégia educativa. O dicionário apresentou frases e vocabulários específicos associados à prevenção do HIV e ao uso de preservativos, promovendo uma comunicação mais efetiva e culturalmente adequada entre as travestis e os profissionais de saúde.

Nesse sentido, a parceria entre as instituições de saúde pública e as travestis reconheceu o Pajubá como uma ferramenta de comunicação e destacou a participação das organizações internacionais e dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas de saúde inclusivas. Essa interação exemplifica como práticas linguísticas de grupos marginalizados podem ser apropriadas e utilizadas em ações governamentais, um ponto relevante na análise glotopolítica. Adiante, será apresentado o *Bichionário: Um Dicionário Gay* (1996), destacando sua contribuição para o registro e circulação do Pajubá.

Figura 3: Capa do dicionário *Diálogo de Bonecas*



Fonte: ASTRAL (1995)

5.2 *BICHONÁRIO: UM DICIONÁRIO GAY* (1996)

Este subcapítulo discutirá o *Bichonário: Um Dicionário Gay* (1996), destacando como a obra reflete o uso estratégico de linguagens específicas em diferentes contextos sociais e culturais.

O *Bichonário*, publicado por Orocil Santos Júnior em 1996, representa uma importante obra linguística e cultural que reúne 636 palavras e expressões da comunidade homossexual baiana, baseadas no socioleto Pajubá. Este dicionário é fruto de sua monografia no curso de Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia, intitulada *Linguagem de gaytos: um estudo sobre o falar da comunidade homossexual baiana*. Com a pesquisa realizada em boates gays de Salvador, o autor mergulhou nas dinâmicas de sociabilidade e resistência linguística do grupo LGBTQIAPN+ em um contexto de marginalização social.

O *Bichonário* é estruturado em seções alfabéticas, cada uma precedida por ilustrações que, segundo o autor, evocam erotismo e sensualidade, características marcantes da cultura gay. Após o prefácio, a obra apresenta uma história inspirada na mitologia greco-romana:

a história de Jacinto, um jovem mortal por quem Apolo, deus do sol, e Zéfiro, um dos quatro ventos do oeste, se apaixonaram, mas que termina em tragédia, quando Zéfiro, enciumado enquanto Jacinto e Apolo jogavam discos, mata seu amor. Assim, as lágrimas de Apolo fizeram com que do sangue de Jacinto nascesse uma flor (Araújo, 2019, p. 69).

Além da narrativa mitológica, a capa do livro carrega importantes referências simbólicas: a flor do jacinto, considerada um ícone gay, e as cores do arco-íris, símbolo do movimento homossexual internacional. No prefácio, o autor reflete sobre as limitações da transcrição escrita do Pajubá, destacando que sua oralidade é intrinsecamente ligada a gestos, emoções e contextos de uso — elementos que não podem ser completamente traduzidos em palavras.

O *Bichonário* segue a ordem alfabética, com uma seção dedicada a cada letra e cada uma dessas seções é precedida por uma imagem acompanhada de uma frase. Segundo Carlos Brandão (2004), as imagens presentes na obra possuem múltiplas funções: podem servir apenas como ilustração, mas também podem ser lidas como outra fala, outro texto.

Embora o *Bichonário* não se proponha a ser uma etnografia, como afirma Brandão (2004), as imagens dialogam com o contexto e carregam uma história própria. Todas elas evocam o corpo, e, conforme destacado na apresentação do trabalho, retratam a sensualidade e o erotismo, características que permeiam o universo cultural explorado pela obra. Essas narrativas visuais complementam as referências simbólicas presentes na capa e reforçam a relação entre o conteúdo do livro e os marcadores culturais da comunidade LGBTQIAPN+.

Além das imagens e frases que introduzem cada seção, o *Bichonário* também incorpora textos que enriquecem seu caráter multifacetado. As frases que antecedem as letras do dicionário não seguem uma linearidade temática ou autoral. São fragmentos de diversas origens, incluindo poesias, reflexões filosóficas e trechos de grandes obras literárias.

Por exemplo, constam trechos dos poemas “O lutador” e “O medo”, de Carlos Drummond de Andrade, fragmento do livro *Como eu vejo o mundo*, de Albert Einstein, excerto do livro *Os irmãos Karamázovi*, de Dostoiévski, e trecho do livro *Elogio da loucura*, de Erasmo de Roterdã. São dezenas de frases que antecedem as seções, já que algumas letras estão condensadas em uma seção apenas” (Araújo, 2019, p. 71).

Essa diversidade textual ressalta a riqueza cultural da obra e seu diálogo com diferentes tradições de pensamento. Por outro lado, a inclusão de um versículo bíblico logo no início do livro provoca uma reflexão sobre as tensões entre a comunidade LGBTQIAPN+ e as religiões cristãs. Como aponta Fernandes, Voges e Franzen (2013), a hegemonia cristã no Brasil historicamente rejeitou as práticas homossexuais, influenciando tanto as religiões afro-brasileiras quanto o imaginário social sobre o que é considerado legítimo ou profano.

A escolha de incluir uma citação bíblica pode ser interpretada como uma estratégia discursiva para desafiar essa hegemonia. Ao trazer elementos da espiritualidade cristã para um contexto dissidente, o autor do *Bichonário* problematiza a exclusão histórica e ressignifica as

narrativas religiosas, criando um espaço onde o sagrado dialoga com a resistência (Fernandes; Voges; Franzen, 2013)

Além das definições lexicográficas, o *Bichonário* inclui anedotas denominadas *rapidinhas*, que utilizam o Pajubá em tom humorístico para narrar aspectos do universo LGBTQIAPN+. Essas histórias são agrupadas em três categorias principais: violência, relações afetivas e prevenção. Embora retratem aspectos da vida de travestis e outras pessoas LGBTQIAPN+ em tom de deboche, também expõem vivências reais de exclusão, rejeição e estigmatização, como violência policial, prostituição e relações familiares e amorosas marcadas por conflitos e precariedade.

As anedotas abordam a violência, destacando agressões sofridas pelas travestis tanto na sociedade em geral quanto dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+. Um exemplo recorrente é o da violência policial, que refletia a intensificação do preconceito contra pessoas marginalizadas nos anos 1990. A prostituição, contexto em que muitas travestis viviam e ainda vivem, era/é também um espaço de enfrentamento com autoridades, perpetuando estigmas e expondo a vulnerabilidade dessas mulheres.

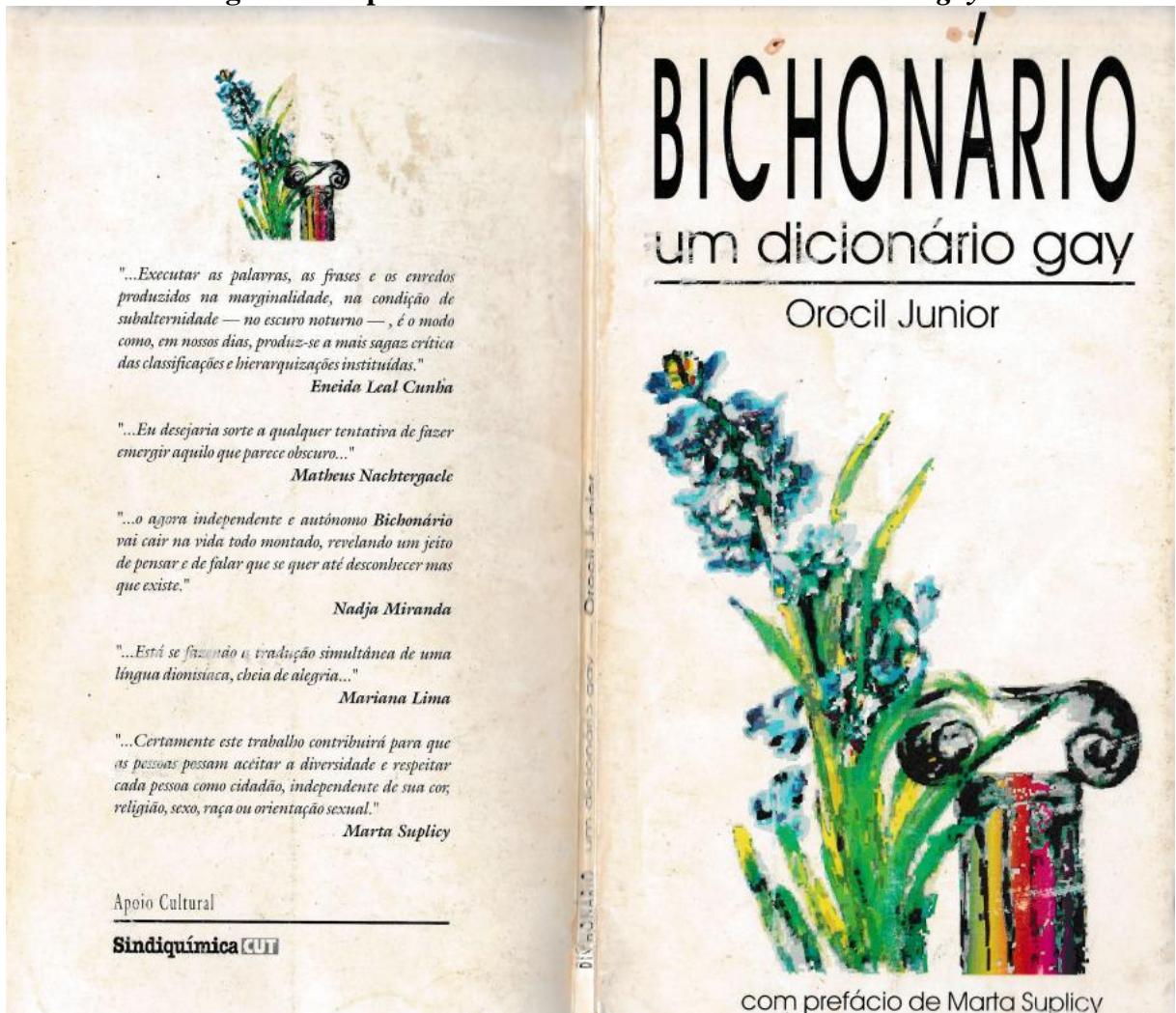
No segundo grupo, as anedotas tratam das relações afetivas, ressaltando como as travestis enfrentam desafios particulares no campo amoroso e sexual. Araújo (2019) destaca que as histórias evidenciam uma dualidade: enquanto algumas relações proporcionam apoio emocional, outras reforçam dinâmicas de exploração ou dependência. Ainda, a busca por maridos ou relacionamentos estáveis, muitas vezes vinculados a contextos de prostituição, reflete a tentativa de construir vínculos em um ambiente marcado pela vulnerabilidade e pela desvalorização social.

Já no terceiro grupo, as anedotas abordam a temática da prevenção, em especial no contexto da epidemia de AIDS nos anos 1980 e 1990. Conforme Araújo (2019), essas narrativas refletem o impacto do vírus na comunidade LGBTQIAPN+, reforçando o estigma que associava a doença à homossexualidade e à prostituição. As anedotas mostram como as travestis eram duplamente afetadas: pelo preconceito médico-social e pela necessidade de resistir a uma erotização patologizada de suas identidades. Assim, elas lançam luz sobre a importância da prevenção e dos debates sobre saúde pública neste grupo.

Conforme destacado por Pelúcio (2009), essas vivências configuram realidades ainda presentes na comunidade LGBTQIAPN+, especialmente entre travestis, que enfrentam um contexto de vulnerabilidade ampliado por normas sociais heteronormativas. A violência policial e a marginalização econômica frequentemente colocam essas pessoas em situações de risco, mas também impulsionam formas de resistência e construção de redes de apoio comunitárias.

Outra dimensão relevante do *Bichonário* é sua seção com referências culturais, que inclui listas de filmes, músicas, revistas, peças, bares e boates, bem como organizações e locais frequentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Essa compilação evidencia a riqueza cultural e a produção artística do grupo, contribuindo para a visibilidade e a valorização da diversidade. Na sequência, será apresentado *Aurélia, a dicionária da língua afiada* (2006), destacando suas particularidades no contexto do Pajubá.

Figura 4: Capa do dicionário *Bichonário: um dicionário gay*



Fonte: Orocil Júnior (1996)

5.3 AURÉLIA, A DICIONÁRIA DA LÍNGUA AFIADA

Este subcapítulo abordará *Aurélia, a Dicionária da Língua Afiada*, uma obra fundamental no registro das expressões linguísticas da comunidade LGBTQIAPN+.

Publicado em 2006 pela Editora Bispo, *Aurélia, a Dicionária da Língua Afiada* é fruto da colaboração entre o jornalista Victor Ângelo, sob o pseudônimo Ângelo Vip, e Fred Libi,

cuja identidade permanece desconhecida. O dicionário, lançado durante a Parada LGBTQIAPN+ de São Paulo, é o resultado de uma pesquisa de dez anos baseada em entrevistas, conversas e coleta de termos e expressões utilizados pela comunidade LGBTQIAPN+ brasileira. Os vocábulos são apresentados em ordem alfabética, acompanhados de um prefácio assinado por A. Jaccoud, descrito como doutor em linguística com tese de doutorado em linguagem chula e a linguagem erudita falado nos *Tristes Trópicos*.

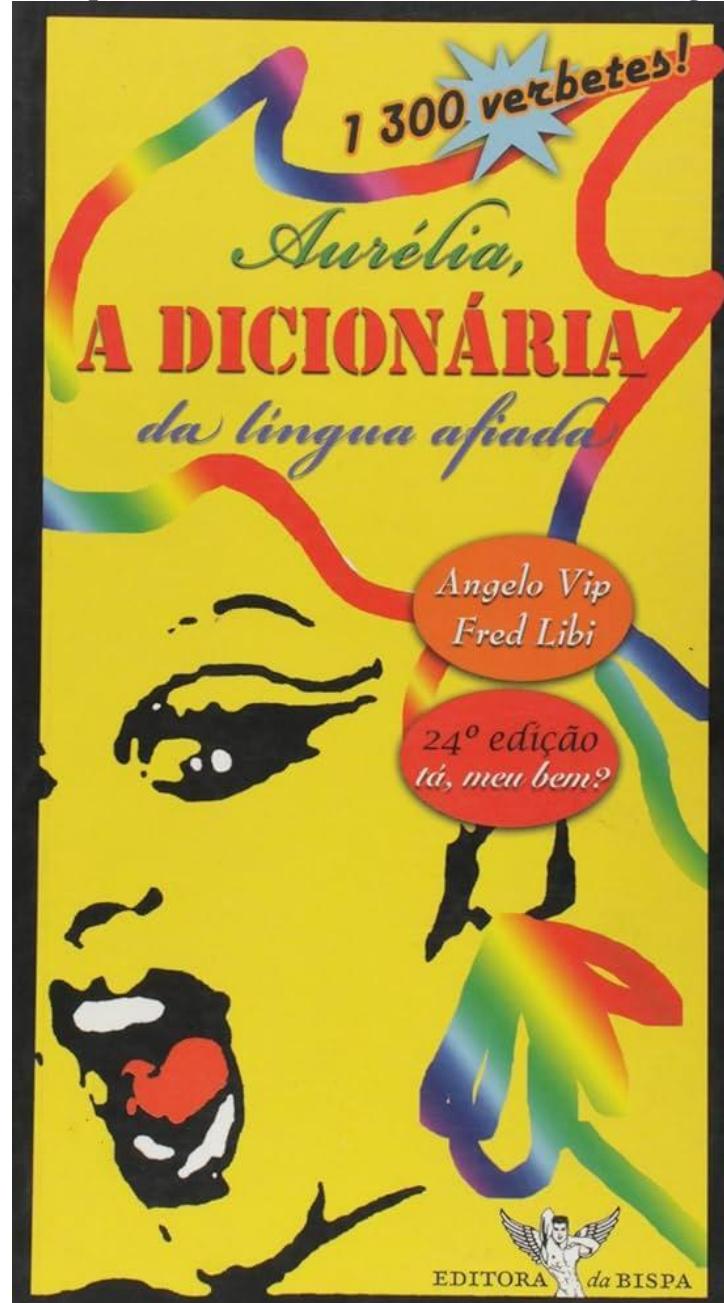
O prefácio estabelece um paralelo entre o contexto sociolinguístico brasileiro e a narrativa bíblica da Torre de Babel, além de fazer referência ao conceito de Gilberto Freire de miscigenação cultural e linguística. Um dos termos destacados no dicionário é "cafuçu", descrito como alguém simples, deselegante e trabalhador, associado a estereótipos sociais e culturais no Brasil. Embora o Pajubá, linguagem central na obra, esteja conectado às religiões afro-brasileiras como o Candomblé, o dicionário também dialoga com elementos da cultura cristã, refletindo a pluralidade de influências presentes na linguagem LGBTQIAPN+.

O dicionário inclui um alerta sobre o caráter potencialmente ofensivo de alguns termos e explicita que sua intenção não é ser politicamente correto, mas documentar um amplo leque de expressões ligadas às culturas gay e lésbica. Apesar disso, há uma controvérsia em torno do apagamento das travestis, reconhecidas como responsáveis pela criação e manutenção do Pajubá. Embora os autores do dicionário reconheçam a contribuição das travestis, a obra não lhes atribui o devido protagonismo, reforçando silenciamentos históricos e reduzindo sua importância na formação e difusão do socioleto.

Outro ponto de debate foi o nome da obra, que gerou conflitos com a família do dicionarista Aurélio Buarque de Holanda e a Editora Positivo, detentora dos direitos sobre o Dicionário Aurélio, desde 2003 (Araújo, 2019). A escolha do título foi considerada uma homenagem, mas não agradou aos herdeiros e à editora. O livro também traz ilustrações que representam corpos nus, afetos entre pessoas LGBTQIAPN+ e figuras femininas, compondo um imaginário visual alinhado ao universo da diversidade sexual e de gênero.

Assim, *Aurélia, a dicionária da língua afiada* se apresenta como um instrumento linguístico e cultural relevante, mas cercado de controvérsias, refletindo tensões identitárias e sociais dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ e na relação com a sociedade em geral. No capítulo seguinte, será apresentada a análise da pesquisa, com foco nas implicações glotopolíticas dos dicionários de Pajubá

Figura 5: Capa do dicionário Aurélia, a dicionária da língua afiada



Fonte: Vip; Libi (2006).

6 TÓPICOS DE ANÁLISE

A presente análise propõe uma articulação entre as ideologias linguísticas discutidas por Lagares (2018) e Kroskrity (2004) e os três dicionários de Pajubá: *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichonário: um dicionário gay* (1996) e *Aurélia: a dicionária da língua afiada* (2006). Ao longo do estudo, serão mobilizadas as três condições identificadas por Lagares (2018) como fundamentais para a constituição de um sistema ideológico em torno da linguagem: contextualidade, função naturalizadora e institucionalidade. Paralelamente, serão também consideradas as cinco dimensões das ideologias linguísticas formuladas por Kroskrity (2004), que ressaltam o papel da linguagem na construção de identidades, na resistência simbólica e na mediação das relações de poder.

A análise será dividida em três subcapítulos, organizados de acordo com diferentes aspectos materiais e discursivos das obras: o primeiro examinará a composição estrutural dos dicionários; o segundo, os prefácios; e o terceiro, os vocábulos em Pajubá, com foco em seus significados e equivalências no PB. Essa escolha se justifica porque permite observar os dicionários em múltiplas dimensões: a estrutura revela concepções editoriais e de público, os prefácios trazem enquadramentos ideológicos e autorais, e os vocábulos evidenciam a materialidade linguística do Pajubá em diálogo com o português. Dessa forma, integra-se uma leitura que articula forma, discurso e prática lexical, essencial para compreender a complexidade sociocultural dessas obras.

6.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS DICIONÁRIOS DO PAJUBÁ: MATERIALIDADE E IDEOLOGIA LINGUÍSTICA

Neste subcapítulo, faremos a análise da estrutura editorial e paratextual dos três principais dicionários do Pajubá — *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichonário – Um Dicionário Gay* (1996) e *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada* (2006). Para isso, tomamos como base o quadro comparativo a seguir, que reúne informações sobre os elementos textuais, gráficos, institucionais e contextuais de cada obra:

Quadro 3: Comparativo Unificado dos Dicionários do Pajubá

Categoria	Diálogo de Bonecas (1995)	Bichonário – Um Dicionário Gay (1996)	Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada (2006)
Título	Diálogo de Bonecas	Bichonário – Um Dicionário Gay	Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada
Capa	Sim	Sim, com citações de personalidades	Sim

Contra capa (aba)	Não mencionado	Sim, com texto assinado por Gil Fernandes	Sim, com biografia dos autores
Número de verbetes	232	636	1300
Organização dos verbetes	Ordem alfabética	Ordem alfabética, com seções ilustradas	Ordem alfabética, com ilustrações entre seções
Prefácio	Sim, assinado por Raul Lody	Sim, assinado por Marta Suplicy	Sim, assinado por Dr. A. Jaccoud
Apresentação	Não mencionado	Sim	Sim
Outros textos iniciais	Dicas de sobrevivência em Pajubá	Epígrafe, introdução, anedotas, história inspirada na mitologia grega	Agradecimentos, lista de abreviaturas
Conteúdos extras	Não mencionado	História de 'Jacinto', anedotas sobre violência LGBTQIAPN+, seção de referências culturais	Lista de abreviaturas; aviso de reprodução livre não comercial
Ficha técnica	Criação: Jovana Baby; colaboração: Equinaldo Silva e Kátia Flávia; supervisão: Célia Sterenfeld; projeto gráfico e ilustrações: Alba D'Almeida	Projeto gráfico e capa: Luciano Robatto; produtor: Franciel Cruz; impressão: Sindiquímica/BA e UFBA	Projeto gráfico: Pinky Wainer; revisão: Athayde Morand; produção gráfica: GFK
Editora / Instituição responsável	Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) – com apoio do projeto Saúde na Prostituição	Apoio cultural: Sindiquímica CUT	Editora Bispo
Logos/Patrocínio	PIM, ISER, Ministério da Saúde PNDS/AIDS, AIDSCAP/BRASIL/FHI	Sindiquímica CUT	Casa Brenda Lee e Associação François Xavier Bagnoud (destino de parte da renda)
Ilustrações	Sim, artísticas	Sim, sensuais e eróticas	Sim, entre seções
Contexto de Produção	Produzido pela ASTRAL (RJ) no contexto do Entlaids, voltado à prevenção do HIV/AIDS entre travestis e prostitutas, com apoio do Ministério da Saúde e da ASDI (Suécia).	Publicado em formato impresso pela Editora Record; resultado da popularização do humor gay na mídia nos anos 90; inserido em contexto de visibilidade pop e comercial das expressões LGBTQIA+.	Publicado online pelo coletivo Projeto Gayatório em 2006; insere-se no ativismo digital e na crítica queer à normatividade linguística; articula linguagem, política e sexualidade no contexto das redes e cibercultura.
Autoria / Organização	/ Associação de Travestis da Área da Lapa (ASTRAL) com introdução de Raul Lody (antropólogo).	Organizado por Luiz Mott (ativista e antropólogo), militante histórico do movimento LGBT brasileiro.	Produção coletiva e anônima do Projeto Gayatório; autoria descentralizada e colaborativa, em consonância com práticas queer de desidentificação autoral e fluidez de enunciação.

Objetivos Principais	Producir uma ferramenta de comunicação e prevenção entre travestis e profissionais de saúde; valorizar o Pajubá como patrimônio identitário e de resistência.	Popularizar expressões do universo gay, com ênfase no humor e no entretenimento; tornar visível a linguagem da “bicha” no contexto cultural mais amplo.	Desafiar normas linguísticas, políticas e sexuais; reivindicar o Pajubá como arma de combate à heteronormatividade e à moralidade normativa da linguagem oficial; criar um espaço de performance e invenção queer.
Formato e Conteúdo	Glossário de 232 verbetes em 16 páginas, com exemplos contextualizados e uso cotidiano.	Dicionário com mais de 500 verbetes, com explicações, contextos cômicos e registros de uso coloquial das 'bichas'.	Dicionário digital com centenas de verbetes e entradas performáticas; mistura glossário, manifesto, poema, jogo de linguagem e denúncia social; formato híbrido, crítico e experimental.
Características Linguísticas	Ênfase na oralidade, influência do iorubá, expressões da religiosidade afro-brasileira e da vivência de rua; linguagem como proteção e afirmação de identidade travesti.	Predominância de trocadilhos, gírias regionais e neologismos; forte componente humorístico; ênfase na linguagem como performance e autoexpressão cômica.	Uso performativo e político da linguagem; recorrência a neologismos, ironia, polissemia e intertextualidade; subversão das regras gramaticais; exploração do exagero e do escracho como formas de crítica social.
Aspectos Culturais e Políticos	Alinha espiritualidade, identidade de gênero e políticas públicas de saúde; afirma as travestis como agentes de resistência e saberes comunitários.	Reflete uma cultura gay pop e urbana dos anos 90; reforça estereótipos e também os reinscreve com orgulho; política difusa, mais voltada à visibilidade.	Aposta na desobediência linguística como ação política; articula linguagem e dissidência de gênero/sexualidade; promove uma estética do escracho, do desvio e da multiplicidade dos sentidos como resistência simbólica.

Fonte: Autor (2025).

A partir do quadro comparativo, observa-se que *Diálogo de Bonecas* apresenta uma estrutura mais enxuta, com menor número de verbetes (232) e menos elementos paratextuais. Não há contracapa ou apresentação formal, embora haja um prefácio assinado por Raul Lody e algumas “dicas de sobrevivência em Pajubá”. Essa configuração material está intimamente ligada ao contexto de produção, marcado por ações de prevenção ao HIV/AIDS voltadas a travestis e prostitutas, com apoio direto do Ministério da Saúde, do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e do projeto AIDSCAP (AIDS Control and Prevention Project), uma iniciativa desenvolvida no Brasil entre 1991 e 1997 por meio de um convênio entre a Associação Saúde da Família e o Family Health International (FHI).

O AIDSCAP tinha como objetivo documentar mudanças comportamentais relacionadas à prevenção da AIDS, bem como registrar o impacto da doença nas relações homossexuais. Inserida nesse cenário, a obra cumpre uma função prática e comunitária, voltada à comunicação eficaz e à valorização dos saberes orais travestis. Ela evidencia a condição da contextualidade proposta por Lagares (2018), em que a linguagem se ancora em um contexto de luta por direitos básicos, acesso à saúde e reconhecimento social.

Já o *Bichonário* expande essa proposta ao apresentar mais de 600 verbetes organizados de maneira alfabética e intercalados com seções ilustradas. O livro é prefaciado por Marta Suplicy, conta com apresentação introdutória e outros textos como anedotas e referências culturais à figura de “Jacinto”, além de trazer um projeto gráfico que combina o humor gay com erotismo e trocadilhos. A estrutura paratextual mais robusta revela uma tentativa de atribuir maior institucionalidade à linguagem das “bichas”, ao mesmo tempo em que a aproxima da cultura pop urbana dos anos 90. O apoio do Sindicúmica da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) também reforça essa condição de institucionalidade, ainda que com um viés mais lúdico e menos combativo do que os demais.

Por fim, *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada* é o dicionário com maior densidade material e política. Conta com aproximadamente 1300 verbetes, divididos por seções ilustradas, além de prefácio, apresentação, agradecimentos, lista de abreviaturas e outros dispositivos editoriais. Produzido por um coletivo anônimo denominado Projeto Gayatório e com design de Pinky Wainer, *Aurélia* se destaca pela proposta estética e ideológica radical. Ao adotar a linguagem como um campo performativo de resistência, combate diretamente a normatividade, a heterocisnorma e a autoridade do português padrão. A presença de um aviso que autoriza a reprodução livre do conteúdo e a forma de organização híbrida — entre glossário, manifesto, poesia e denúncia — explicitam a dimensão política da linguagem queer e seu potencial de resistência simbólica (Kroskrity, 2004).

Com base nessas observações, é possível interpretar a função naturalizadora em cada obra de maneiras diferentes. Em *Diálogo de Bonecas* (1995), a função naturalizadora se expressa na maneira como o Pajubá é apresentado como um saber comunitário legítimo, íntimo das experiências vividas por travestis em contextos de exclusão. Essa naturalização ocorre, por exemplo, nas “dicas de sobrevivência em Pajubá”, que evidenciam o uso do vocabulário como ferramenta prática de proteção e comunicação. A autoria coletiva, ligada à ASTRAL, reforça a ideia de que o conhecimento sobre essa linguagem pertence às próprias travestis, atribuindo autoridade epistêmica a essas sujeitas. Além disso, os verbetes são contextualizados com

exemplos do cotidiano, o que consolida o Pajubá como linguagem funcional e necessária. O apoio institucional à obra, por parte do Ministério da Saúde e de organizações sociais, também contribui para legitimar esse saber como parte das políticas públicas de saúde, reforçando sua naturalização como patrimônio cultural e ferramenta de resistência.

Em *Bichonário – Um Dicionário Gay*, a função naturalizadora do Pajubá se dá principalmente por meio do riso, inserindo essa linguagem na esfera do humor e do entretenimento. O glossário é organizado com forte apelo cômico, recheado de trocadilhos, neologismos e anedotas que exploram o exagero e a performance caricata da “bicha”, como na história mitológica reinventada de “Jacinto”, que abre a obra com tom paródico. As ilustrações sensuais e eróticas, junto a seções como as de referências culturais e frases de personalidades, também contribuem para associar o Pajubá a um universo pop, leve e provocador. Esse enquadramento humorístico amplia a visibilidade da linguagem, tornando-a acessível ao público geral, mas pode também suavizar suas potências políticas ao diluí-la em uma estética de consumo e espetáculo. Ainda assim, ao celebrar essa fala como marca identitária em meio à cultura urbana gay dos anos 90, a obra contribui para sua naturalização como expressão legítima de autoafirmação e pertencimento.

Em *Aurélia*, a função naturalizadora é radicalmente subvertida: em vez de aproximar o Pajubá da norma culta, a obra expõe e critica a arbitrariedade dessa norma, afirmindo o Pajubá como linguagem insurgente, legítima e dotada de poder epistêmico. Essa inversão ocorre por meio de uma estratégia de desobediência linguística que atravessa toda a obra — desde sua autoria coletiva e anônima, típica das práticas queer de desidentificação, até o formato híbrido e performático, que mistura glossário, manifesto, poema e denúncia social. Os verbetes são construídos com ironia, neologismos e intertextualidade, frequentemente desafiando regras gramaticais e propondo sentidos múltiplos e ambíguos. A estética do escracho, presente nas ilustrações e na linguagem exagerada, transforma o próprio ato de nomear em gesto político. Ao reivindicar o Pajubá como forma de combate à heteronormatividade e à moralidade linguística dominante, *Aurélia* transforma o dicionário em um dispositivo de resistência simbólica e afirmação de dissidência.

A proposta teórica de Kroskrity (2004) sobre as dimensões das ideologias linguísticas oferece uma chave interpretativa potente para analisar os dicionários de Pajubá como artefatos glotopolíticos — ou seja, como instrumentos que evidenciam disputas de poder em torno da linguagem. A primeira dimensão discutida pelo autor, a mediação das relações de poder, revela-se de maneira significativa nas três obras analisadas, embora com nuances distintas quanto às estratégias, intensidades e contextos de produção.

No caso de *Aurélia*, essa mediação é exercida de forma incisiva e provocadora. Trata-se de um projeto digital, de autoria coletiva e anônima, que assume frontalmente uma crítica à normatividade linguística, sexual e editorial. O próprio aviso inicial — que autoriza a reprodução livre e não comercial da obra — desafia as lógicas do mercado e os circuitos tradicionais de legitimação textual. Mais do que um simples glossário, *Aurélia* combina elementos de manifesto, poesia e ludicidade linguística, desmontando o formato convencional do “dicionário” e denunciando a falsa neutralidade científica da norma culta. Verbos como “esculachar”, definido como ato de denúncia e afronta, operam como gestos performativos que tensionam as hierarquias de poder.

Diálogo de Bonecas, por sua vez, representa uma mediação distinta, mais diretamente ligada à sobrevivência e à solidariedade. Produzido por travestis no contexto das campanhas de prevenção ao HIV/AIDS, com apoio institucional do Ministério da Saúde e da AIDSCAP, o dicionário cumpre uma função comunitária e educativa. A linguagem aqui se afirma como tecnologia social: um modo de proteger, orientar e fortalecer redes de cuidado. Termos como “babado forte” e “feitiço” articulam o cotidiano da oralidade travesti com saberes oriundos das religiões afro-brasileiras, configurando uma epistemologia que desafia os moldes da racionalidade ocidental e científica.

Já o *Bichonário* ocupa uma posição mais ambígua nesse eixo de mediação do poder. Lançado durante a ascensão da cultura pop gay nos anos 1990, com apoio de sindicatos e circulação comercial em livrarias, a obra adota um tom irreverente e cômico. Verbos como “abalar” e expressões como “bicha loka” operam simultaneamente em duas frentes: de um lado, reforçam estereótipos caricaturais associados à performatividade LGBTQIAPN+; de outro, ao serem ressignificados com orgulho e ironia, esses mesmos estereótipos são apropriados como marcas identitárias e afirmativas. Esse movimento de reinscrição — no qual o deboche transforma o insulto em emblema — constitui uma estratégia de visibilidade que, embora potente, por vezes dilui os aspectos mais críticos e combativos do Pajubá, ao inseri-lo nos circuitos do consumo e do entretenimento.

A segunda dimensão — a construção de identidades sociais — está fortemente presente e varia conforme o projeto político de cada obra. Em *Diálogo de Bonecas*, a identidade travesti é construída como sábia, espiritual e resistente. Verbos como “desencorporar” remetem a práticas religiosas e à oralidade das ruas, inscrevendo a travesti como agente de saber. A figura travesti emerge como uma liderança que conjuga corpo, fé e linguagem como formas de existência e resistência.

No *Bichonário*, a construção gira em torno da “bicha engracada”, urbana e espirituosa. O uso de trocadilhos, como em “glamurosa” ou “passiva-agressiva”, aponta para uma performance identitária marcada pelo exagero e pelo riso. Essa identidade se afasta da militância direta e aproxima-se de uma política da presença festiva — ainda que resida aí uma potência de resistência.

Já *Aurélia* apresenta a figura *queer* como inconformada, irônica, politizada e criadora de mundos. Verbos como “esbofetejar com palavras” e substantivos como “fuzil de glitter” encenam uma linguagem de guerrilha, onde o discurso é arma e a identidade, um campo de invenção. A performatividade *queer* não se limita à representação, mas atua performativamente, abrindo brechas no real e questionando as normatividades da linguagem, do gênero e da política.

A terceira dimensão — a resistência simbólica — é mais contundente em *Aurélia*, mas se manifesta em todas. Em *Diálogo de Bonecas*, essa resistência se dá pela valorização de saberes comunitários e religiosos, inserindo a linguagem travesti em políticas públicas e práticas de cuidado. O glossário inclui expressões como “dá o nome”, que adquire sentido de empoderamento e reconhecimento.

No *Bichonário*, a resistência é mais lúdica, manifestando-se pela celebração da existência, do prazer e da alegria. Verbos como “lacrar” e adjetivos como “closeira” compõem um vocabulário que afirma a autoestima e o orgulho, mesmo quando envolto em humor e escárnio.

Em *Aurélia*, a resistência simbólica é explícita e programática: o próprio formato da obra desafia a ideia de dicionário como registro neutro. A linguagem é usada para provocar, desestabilizar, rir e denunciar. Há uma desobediência gramatical consciente, como o uso deliberado de formas não normativas (ex.: “afilada”, com *i*), além de ironias direcionadas à norma culta e ao purismo linguístico, como em verbetes que zombam do “bom português”. Essa atitude escracha a autoridade linguística e expõe sua base política e excludente.

As duas últimas dimensões — hierarquização de formas linguísticas e crenças sobre a linguagem — também são materializadas nos paratextos, nas ilustrações e nos dispositivos editoriais. A ausência de certos elementos em *Diálogo* (como a ficha técnica ou uma apresentação mais estruturada) pode ser vista como reflexo de um contexto institucional mais limitado e de um foco maior na funcionalidade. Em contrapartida, a presença de elementos sofisticados em *Aurélia* — como a diagramação artística, os agradecimentos e os avisos de licença livre — evidencia um projeto mais ambicioso de confrontar diretamente as hierarquias que organizam o campo linguístico.

Assim, podemos concluir que os três dicionários não são apenas repositórios lexicais, mas artefatos ideológicos. Suas estruturas editoriais e escolhas materiais refletem e performam diferentes modos de compreender a linguagem como ferramenta de subjetivação, de luta e de invenção social. A forma como cada obra organiza seus verbetes, estrutura seu conteúdo extra, apresenta (ou não) seus autores e mobiliza (ou rejeita) apoios institucionais é reveladora das disputas que atravessam a linguagem e seus usos políticos.

No próximo subcapítulo, voltaremos nosso olhar aos prefácios dos três dicionários, investigando seus enunciadores, estratégias discursivas e os modos como constroem a autoridade e a legitimidade do Pajubá como linguagem possível, legítima e política.

6.2 A MATERIALIDADE DAS ILs NOS PREFÁCIOS DOS DICIONÁRIOS DE PAJUBÁ

Este subcapítulo dedica-se à análise dos prefácios dos dicionários *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichonário* (1996) e *Aurélia* (2006) - nessa ordem - à luz das formulações teóricas de Lagares (2018) e Kroskrity (2004). O objetivo é compreender de que maneira esses textos paratextuais apresentam os respectivos léxicos e, simultaneamente, constroem e difundem sistemas ideológicos específicos sobre linguagem, identidade e poder.

6.2.1 *Diálogo de Bonecas: Resistência, Performatividade e Reconfiguração Simbólica do Pajubá*

Este subcapítulo concentra-se na análise do prefácio do *Diálogo de Bonecas* (1995), considerando-o um elemento chave para a compreensão das ideologias linguísticas que permeiam a obra. Escrito por Raul Lody, o prefácio funciona como uma peça fundamental na materialização dessas ideologias, orientando a leitura e a circulação do dicionário.

À luz da concepção de Lagares (2021), segundo a qual as ideologias linguísticas se manifestam tanto nos usos cotidianos da língua quanto nos metadiscursos que a tematizam, o texto introdutório assume o papel de enquadrar o Pajubá como uma prática linguística atravessada pela resistência e pela performatividade identitária. Dessa forma, o prefácio não apenas contextualiza o léxico apresentado, mas também participa da produção de sentidos sobre a linguagem e suas relações com o corpo, o gênero e a sexualidade.

Logo na abertura, ao afirmar tratar-se de um “dialeto criado pelos travestis da prostituição para se defenderem dos ataques sofridos”, o texto atribui ao Pajubá uma função eminentemente defensiva, relacionada à resistência frente às violências estruturais. A ênfase no

caráter criado e na agência dos corpos travestis configura um deslocamento ideológico relevante, que rompe com a ideia de uma linguagem espontânea ou naturalizada, evidenciando sua dimensão político-cultural, conforme destaca Kroskrity (2004).

Ademais, ao tratar o socioleto como um documento e evocar a célebre máxima de Le Goff — “um documento nunca é inocente” —, o prefácio reforça a noção de que a linguagem catalogada não constitui um conjunto neutro de signos, mas sim um índice das práticas sociais e das hierarquias que estruturam as relações entre sujeitos, gêneros e culturas. O Pajubá, assim, é interpretado como resultado de um jogo simbólico complexo, no qual identidade, resistência e cultura se entrelaçam na tessitura verbal.

Outro aspecto relevante do prefácio é a valorização da presença de vocábulos oriundos dos terreiros de Candomblé, especialmente das matrizes iorubá e nagô, que evidenciam o caráter sincrético dessa variedade linguística. O reconhecimento dessas trocas como “moedas iguais” e como processos de integração aponta para uma IL que valoriza a mestiçagem cultural e o trânsito entre diferentes regimes semióticos, em oposição a concepções puristas ou normativas de língua. Tal leitura reforça a ideia de que práticas linguísticas subalternizadas, como o Pajubá, são atravessadas por redes complexas de significação, constituindo-se como *lócus* privilegiado de negociações identitárias e políticas (Lagares, 2018).

Por fim, ao recomendar uma “leitura atenta, com o cuidado de um joalheiro”, o autor do prefácio estabelece uma metáfora que não apenas sugere minúcia e valorização, mas também confere ao dicionário um estatuto estético e epistemológico singular. Esse cuidado lexical e simbólico se materializa em outras passagens, como quando o autor se refere ao dicionário como “uma joia da cultura marginal” ou ao Pajubá como “fala que cintila”. Esses enunciados não apenas elogiam o conteúdo, mas inscrevem a linguagem ali registrada em uma dimensão artística, legitimando-a como objeto digno de estudo e contemplação.

Tal escolha lexical insinua uma ruptura com visões tradicionais que relegam variedades linguísticas marginalizadas à informalidade ou ao desvio. Em vez disso, valoriza-se a complexidade semântica, histórica e política dessas expressões. Manifesta-se, nesse gesto, uma ideologia linguística que reconhece a potência do Pajubá enquanto artefato cultural e sociolinguístico. Essa perspectiva está alinhada à concepção de Kroskrity (2004), segundo a qual as ideologias linguísticas são formas de mediação entre práticas discursivas e relações de poder, revelando tanto processos de exclusão quanto estratégias de resistência das comunidades que se apropriam da linguagem para afirmar sua identidade.

Dessa forma, a análise do prefácio evidencia como a materialidade discursiva de *Diálogo de Bonecas* se articula a um conjunto de ILs que não apenas reconhecem o Pajubá

como um repertório lexical, mas o inscrevem como uma prática sociocultural carregada de sentidos, marcada pela resistência, pela performatividade identitária e pela reconfiguração simbólica dos marcadores de gênero, sexualidade e raça.

No subcapítulo seguinte, será realizada a análise do *Bichonário: um dicionário gay* (1996),

6.2.2 Prefácio do *Bichonário*: Linguagem como refúgio e resistência

Este subcapítulo dedica-se à análise do prefácio do *Bichonário: um dicionário gay* (1996), assinado por Marta Suplicy — psicóloga, sexóloga, apresentadora de televisão e importante figura política brasileira, com trajetória marcada pela defesa dos direitos das mulheres e das populações LGBTQIAPN+. Marta foi deputada federal, prefeita de São Paulo e ministra, tendo atuação destacada em pautas relacionadas à sexualidade, saúde pública e cidadania.

A escolha de Marta Suplicy para redigir o prefácio não é fortuita: trata-se de uma mulher com autoridade pública e simbólica no debate sobre sexualidade e políticas de reconhecimento, o que confere ao dicionário uma legitimização institucional e afetiva. Sua posição como figura política progressista e sua atuação na promoção dos direitos sexuais ajudam a compreender por que o prefácio é marcado por um forte teor político e afetivo. Nele, a linguagem aparece como elemento central na articulação entre identidade, resistência e visibilidade social, evidenciando que o *Bichonário* não é apenas um dicionário, mas um artefato de afirmação cultural e enfrentamento à exclusão histórica das dissidências sexuais.

Assim, o prefácio assinado por Marta funciona como uma chancela pública da relevância social e política do projeto, ao mesmo tempo em que projeta o Pajubá para além do gueto, inscrevendo-o no campo mais amplo da luta por cidadania e reconhecimento simbólico.

Logo nas primeiras linhas, a autora apresenta uma formulação carregada de densidade ideológica: “Excluídos, perseguidos e às vezes odiados, raras vezes acolhidos, o homem e a mulher homossexuais protegem a sua individualidade reunindo-se em guetos e usando um código identificatório.” Essa passagem evidencia com nitidez a função de contextualidade conforme descrita por Del Valle (2007), ao vincular o uso de um código linguístico – o Pajubá – a uma condição sociopolítica de marginalização. Neste enquadramento, o código não é apenas uma forma de comunicação, mas um gesto de proteção, coesão e afirmação diante da exclusão estrutural.

A expressão “código identificatório” não apenas sugere a língua como marcador de pertencimento, mas a posiciona como estratégia de resistência simbólica — um verdadeiro “recurso tático” de sobrevivência cultural, nos termos de Kroskrity (2004). A linguagem dos guetos, assim, é resignificada: longe de ser um desvio, transforma-se em território de proteção e reconhecimento mútuo. Isso se evidencia, por exemplo, no uso do Pajubá entre pessoas LGBTQIAPN+ — especialmente travestis e pessoas trans — que recorrem a esse léxico para se reconhecerem, se protegerem e se comunicarem de forma cifrada em contextos hostis.

Essa ideia se articula à noção de ideologia da autenticidade (Woolard, 1992), quando Suplicy afirma que “essa diversidade de interpretação está muito ligada aos valores de cada país ou grupo”. Como analisa Lagares (2018), línguas minoritárias ou não hegemônicas são muitas vezes legitimadas por sua associação à “alma” de um grupo — um discurso que reforça o vínculo entre língua e identidade social e cultural.

Paralelamente, o prefácio valoriza o caráter lúdico e criativo da linguagem enquanto prática de resistência. Ao afirmar que “essa mesma linguagem que muitas vezes nos afasta, quando a ouvimos sem preconceitos já estabelecidos, nos permite descobrir e percorrer um dia-a-dia lúdico e criativo”, Suplicy mobiliza o que Lagares (2018) define como função naturalizadora da linguagem: a diferença é suavizada e incorporada como parte do cotidiano, destacando a agência dos falantes na reconstrução de normas e sentidos. A linguagem, aqui, é celebrada como performática, afetiva e comunitária — contrapondo-se à ideologia do anonimato da norma padrão, que se pretende “neutra”.

Ao mesmo tempo, o prefácio desempenha uma clara função institucionalizadora. Como figura pública e autoridade discursiva, Marta Suplicy legitima a linguagem do gueto ao afirmar: “O interessante do trabalho de Orocil é a possibilidade do não gay entender um pouco melhor e participar de uma cultura que se desenvolveu devido à incompREENSão e à exclusão”. A chancela política e afetiva de uma deputada federal, somada à inserção do *Bichonário* no universo editorial e acadêmico, reforça seu reconhecimento como prática legítima — uma operação típica da glotopolítica (Lagares, 2018), que rompe com a invisibilidade e projeta uma narrativa positiva sobre a língua dos guetos: “Certamente este trabalho contribuirá para que as pessoas possam aceitar a diversidade e respeitar cada pessoa como cidadão [...]”.

Nesse sentido, quando Suplicy afirma que “a linguagem de um grupo particular é desenvolvida para criar uma identidade”, ela aponta para a dimensão da linguagem como vínculo social, conforme discutido por Kroskrity (2004). A língua do grupo LGBTQIAPN+ emerge, então, não apenas como meio de comunicação, mas como elemento estruturador de subjetividades coletivas.

O trecho final — “essa mesma linguagem que muitas vezes nos afasta, quando a ouvimos sem preconceitos já estabelecidos, nos permite descobrir e percorrer um dia-a-dia lúdico e criativo” — condensa o espírito do texto: uma valorização contranormativa da linguagem das minorias sexuais e de gênero. Trata-se de um gesto de afirmação política e afetiva que desafia a rigidez normativa da linguagem hegemônica e, conforme os princípios da glotopolítica no universo *queer* (Lagares, 2018), evidencia que a linguagem é sempre um campo de disputa, reinvenção e performance.

Por fim, o *Bichonário* se inscreve no campo da ideologia da autenticidade, ao valorizar o Pajubá como expressão legítima da vivência e resistência simbólica de um grupo historicamente subalternizado. Assim, o dicionário não apenas documenta um léxico, mas reconhece uma prática identitária autêntica, reafirmando o valor político, afetivo e cultural da linguagem como espaço de pertencimento e transformação.

O capítulo subsequente abordará a análise do prefácio de *Aurélia: a dicionária da língua afiada* (2006), considerando suas estratégias discursivas e os sentidos ideológicos atribuídos ao Pajubá no contexto de sua publicação.

6.2.3 Prefácio do *Aurélia*: Erudição e subversão na metalinguagem

Este subcapítulo dedica-se à análise do prefácio de *Aurélia: a dicionária da língua afiada* (2006), assinado pelo Dr. A. Jaccoud, filólogo, doutor em Linguística pela Universidade de Sorbonne/Paris, com especialização em lexicografia e estudos saussurianos. Reconhecido por sua tese sobre os contrastes entre linguagem chula e linguagem erudita nos *Tristes Trópicos*, Jaccoud tem se dedicado a investigar as zonas de fricção entre norma e desvio, bem como os usos linguísticos dissidentes em contextos culturais periféricos.

Diferentemente dos prefácios presentes em *Diálogo de Bonecas* (1995) e *Bichonário* (1996), este se destaca por um estilo marcadamente erudito, permeado por densa intertextualidade e alusões filosóficas, antropológicas e linguísticas. Ao adotar essa tessitura discursiva, Jaccoud não apenas legitima o *Aurélia* como um artefato digno de análise acadêmica, mas também opera estrategicamente na construção de um ethos intelectual que eleva o Pajubá a um estatuto epistêmico. A linguagem é tratada, nesse contexto, como campo de disputa simbólica, onde o vernáculo dissidente se afirma como saber e como resistência.

Observa-se, nesse texto, uma tentativa clara de legitimação da linguagem marginalizada por meio da apropriação do discurso científico, especialmente aquele oriundo da linguística histórica e estruturalista, com referências diretas a autores como Saussure, Trubetzkoy e Weinrich. Tal escolha retórica evidencia uma sofisticada estratégia de institucionalização de um saber periférico, agora ancorado nos cânones do saber dominante: “O saber lexicográfico deste dicionário [...] consiste justamente na sapiência de Trubetzkoy [...] e nos ensinamentos de Ferdinand de Saussure [...]. Nesse movimento, o Pajubá é apresentado não apenas como expressão cultural e política, mas como objeto legítimo de análise científica, inserido em uma lógica de reconhecimento intelectual e simbólico.

Essa movimentação discursiva implica numa operação glotopolítica consciente, disputando os regimes de valor que determinam o que pode ou não ser considerado dicionarizável. Dessa forma, o Pajubá é inserido no campo da alta cultura e da erudição. Trechos como: “Weinrich estuda o papel que a Linguística deveria desempenhar em relação à elaboração de dicionários” evidenciam uma preocupação com a institucionalidade da produção lexicográfica — um aspecto central das ILs, conforme apontado por Del Valle (2007). Assim, o projeto lexicográfico ultrapassa a condição de curiosidade comunitária e passa a integrar a tradição dos estudos linguísticos formais, performando um deslocamento ideológico significativo.

A linguagem erudita e metalinguística do prefácio mobiliza uma ideologia de prestígio intelectual, deslocando o Pajubá de um registro tradicionalmente marginalizado para uma posição de legitimidade epistemológica. Simultaneamente, percebe-se a mobilização da chamada ideologia do anonimato (Woolard (1992); Lagares, 2018), à medida que o Pajubá é apresentado dentro de um paradigma linguístico universalista. Embora isso possa sugerir um afastamento de sua dimensão situada, afetiva e guetizada, tal estratégia não representa uma negação de sua autenticidade. Pelo contrário, atua conforme uma lógica de dupla inserção: o Pajubá é, ao mesmo tempo, reconhecido como linguagem marginal e elevado a objeto digno da análise científica formal.

Nesse sentido, o texto exerce uma função performativa ao reconfigurar as hierarquias do saber, naturalizando o Pajubá como fenômeno linguístico legítimo e digno de estudo acadêmico — um movimento que se alinha com as condições de institucionalidade das ILs, segundo Del Valle (2007). Para o autor, a legitimidade de determinadas variedades linguísticas está ligada a sua circulação em espaços socialmente valorizados, como a academia, e à sua chancela por agentes autorizados do campo científico.

É justamente nesse ponto que se insere o gesto político-discursivo da autoria do prefácio por Dr. Jaccoud. Ao ser assinado por um filólogo e linguista com formação na Sorbonne e reconhecido por seus estudos sobre linguagem erudita e vulgar, o prefácio opera como selo de validação institucional. A presença de Jaccoud projeta o *Aurélia* para além de um glossário comunitário: confere-lhe *status* de objeto legítimo de análise científica.

Um exemplo dessa legitimação pode ser observado quando Jaccoud compara a criatividade lexical do Pajubá às operações de reconfiguração semântica presentes na literatura barroca e no modernismo — estabelecendo, assim, uma equivalência simbólica entre práticas linguísticas periféricas e tradições canônicas. Tal comparação não apenas eleva o Pajubá a uma

posição de prestígio, mas também rompe com o binarismo entre língua culta e vulgar, ressignificando o vernáculo como espaço de potência criativa e epistemológica.

Assim, o prefácio atua performativamente ao mobilizar regimes de autenticidade que justificam a inclusão dos termos do Pajubá na língua “legítima”. A menção à mestiçagem como produtora da riqueza linguística brasileira reforça a lógica da diversidade como valor, contrastando com as formas hegemônicas de purismo e correção linguística.

Essa função naturalizadora também se expressa no uso de formulações como: “[...] agraciam com a verve babólica, em um contexto gilbertofreiryano da invenção do cafuçu [...].” Tal citação articula uma valorização da mestiçagem linguística enquanto elemento estruturante da identidade brasileira, operando, ao mesmo tempo, uma crítica implícita às ideologias de pureza linguística. Dessa maneira, o prefácio celebra a mistura, o desvio e a hibridez como potências criativas e expressivas. A expressão “cafuzismo linguístico”, associada à referência à “verve babólica”, explicita uma ideologia que valoriza a diversidade linguística, em oposição às normas hegemônicas de correção e legitimidade.

Por fim, a ironia, o barroquismo e a sofisticação estética do discurso metalinguístico conferem uma camada adicional à análise: o Pajubá é revalorizado não apenas como prática identitária, mas também como expressão refinada de um saber historicamente marginalizado. Trata-se, portanto, de um gesto político-discursivo que ressignifica a linguagem das margens como fonte legítima de conhecimento, cultura e reflexão crítica sobre a própria linguagem.

Nesse sentido, a análise dos prefácios evidencia diferentes formas de mobilização das ILs nos dicionários de Pajubá. O *Bichonário* constrói um discurso afetivo-político que busca legitimar o Pajubá como forma de resistência identitária, operando dentro de uma lógica da autenticidade.

O *Aurélia* desloca esse mesmo léxico para dentro de uma linguagem científica e estética, tentando conciliá-lo com as estruturas do saber institucional — numa tensão produtiva entre anonimato coletivo e autenticidade experiencial. O vocábulo “acoxa”, por exemplo, é apresentado com uma definição metalinguística e estilizada, acompanhada de observações sobre seu uso pragmático e variações semânticas, como se tratasse de um verbete técnico em um tratado linguístico. Esse gesto reforça a tentativa de projetar o Pajubá como um objeto digno de estudo acadêmico, aproximando-o de práticas lexicográficas tradicionais.

Já o *Diálogo de Bonecas* apresenta o vocabulário como expressão direta de resistência, identidade e cultura, especialmente em contextos de marginalização social. Seu estilo é coloquial e performático, com forte presença de marcas de oralidade e de humor transgressivo. O verbete “babado”, por exemplo, é definido de forma dramatizada, com expressões afetivas e

exemplos extraídos de situações cotidianas, revelando uma conexão direta com a vivência travesti e com saberes afro-diaspóricos. Nesse caso, o dicionário funciona como instrumento de valorização da linguagem subalterna, destacando sua origem em experiências comunitárias e seu papel na construção de uma memória cultural dissidente.

Assim, enquanto *Aurélia* busca a legitimação acadêmica por meio da estetização e da formalização discursiva, *Diálogo de Bonecas* afirma o valor da experiência e da oralidade como fundamentos de um saber insurgente.

Essas materialidades evidenciam que os prefácios não devem ser compreendidos apenas como paratextos introdutórios, mas como atos glotopolíticos que moldam a percepção pública de uma linguagem marginalizada e atuam diretamente na disputa por reconhecimento, resistência e pertencimento. Nesse sentido, os dicionários analisados se configuram, cada qual à sua maneira, como instrumentos de construção ideológica da linguagem, revelando a potência política do Pajubá como linguagem de resistência, de estética e de afeto.

No subcapítulo seguinte, será realizada a análise dos vocábulos presentes nos três dicionários, com atenção especial às estratégias de significação, reapropriação e valorização simbólica que reforçam o caráter político-discursivo do Pajubá.

6.3 ANÁLISE LINGUÍSTICA E IDEOLÓGICA DO LÉXICO NOS DICIONÁRIOS *DIÁLOGO DE BONECAS, BICHONÁRIO E AURÉLIA*

Este subcapítulo propõe a análise de vocábulos do Pajubá selecionados a partir dos três dicionários estudados, bem como de seus respectivos significados em PB. O objetivo é compreender de que modo as ILs operam na constituição e na circulação desse léxico, revelando processos de reconfiguração simbólica e performativa da linguagem.

Para isso, foi realizada uma seleção de termos, extraindo-se alguns vocábulos de cada dicionário, com prioridade para verbos, expressões verbais e substantivos, por se tratarem de classes gramaticais com maior carga pragmática e performativa no uso cotidiano. Essa escolha busca garantir que a análise vá além de uma abordagem descritiva, evidenciando as complexas relações entre língua, identidade e poder, à luz das formulações teóricas de Kroskrity (2004) e Lagares (2018).

6.3.1 A materialidade das ideologias linguísticas no *Diálogo de Bonecas*

Este subcapítulo analisa a materialidade das ideologias linguísticas a partir dos vocábulos presentes no *Diálogo de Bonecas*, um dicionário que compila expressões do léxico

do Pajubá, muitas delas utilizadas por corpos dissidentes em espaços urbanos. A partir das categorias de análise propostas por Lagares (2018) — contextualidade, função naturalizadora e institucionalidade — e das cinco dimensões de Kroskrity (2004), busca-se compreender como esses vocábulos performam e instituem formas de resistência, pertencimento e negociação de poder nas práticas sociais da população LGBTQIAPN+.

A contextualidade dos vocábulos é notável. As palavras emergem de uma prática linguística situada, marcada pela performatividade cotidiana em ambientes como esquinas, boates, praças e espaços de convivência LGBTQIAPN+. Expressões como aquendar ilê (“ir para casa”) evidenciam uma movimentação espacial entre o público e o privado que não é neutra, mas carregada de implicações materiais e políticas. A ação de “aquendar” é atravessada pela necessidade de resguardo após o trânsito em ambientes muitas vezes hostis, convertendo o ato de ir para casa em um gesto de autopreservação.

Outros termos, como acué (dinheiro) e elza (roubar), revelam práticas de sobrevivência que circulam à margem dos discursos hegemônicos da legalidade e da moralidade. Neles, observa-se a função naturalizadora da linguagem: a nomeação de ações tidas como desviantes sob a lógica normativa ganha novo estatuto, deixando de ser exceção ou desvio para se tornar parte do cotidiano vivido e legitimado pelas próprias comunidades. Quando alguém diz que vai “desaquendar o aqué”, ou seja, gastar dinheiro, está não apenas usando uma expressão cifrada, mas também naturalizando um modo de existência e economia alternativos.

O dicionário também contribui para a institucionalidade do Pajubá ao registrar termos que antes circulavam de maneira oral e efêmera. Ao incluir, por exemplo, vocábulos como manhonga (banho) ou laruê (bagunça, fofoca), o Diálogo de Bonecas estabiliza práticas linguísticas antes voláteis, conferindo-lhes durabilidade e maior possibilidade de circulação, inclusive em espaços acadêmicos ou militantes.

As ideologias linguísticas aqui observadas também operam nas dimensões propostas por Kroskrity (2004). A dimensão da identidade se manifesta em expressões como nanã nas trevas (“dormir na rua”), que não apenas nomeiam uma situação de vulnerabilidade extrema, mas evocam a intersecção entre linguagem e condições materiais de vida. A frase carrega consigo uma marca de exclusão, mas também de reconhecimento coletivo entre pares.

A resistência aparece como outra dimensão fundamental. Termos como elza (roubar), indaca na neca (chupar pica) e obé xirê (navalha) operam como códigos cifrados, funcionando como escudos linguísticos diante da repressão, especialmente em contextos de violência policial e institucional. A presença de gamber como referência a policial explicita essa tensão

com o aparato estatal, revelando um campo de disputa onde a linguagem é ferramenta de proteção e insurgência.

A mediação de poder está presente na forma como o vocabulário nomeia e, ao mesmo tempo, desafia os dispositivos normativos. Palavras como repã de ojum (televisão, jornal, revista) apontam para a reinterpretação crítica dos meios de comunicação tradicionais, frequentemente excludentes. Já cacura (bicha acima dos 40 anos) e vovó catarina (pessoa velha intrometida) revelam dinâmicas internas de geração e autoridade, expondo também hierarquias e tensões dentro do próprio grupo.

O erotismo, longe de ser apenas provocativo, é também parte da agência discursiva. Vocábulos como baco (transar), fita (esperma) e vovó (chupar) reafirmam uma sexualidade desviante da norma heterocisgênera, mas celebrada e reelaborada linguisticamente de forma afirmativa. Nesse sentido, o Pajubá não apenas nomeia práticas sexuais, mas também as reinscreve em uma lógica identitária e estética própria.

Em síntese, os vocábulos do Diálogo de Bonecas ilustram de forma contundente como a linguagem se torna espaço de construção de pertencimento, resistência e afirmação coletiva. A análise da materialidade dessas expressões permite vislumbrar o modo como ideologias linguísticas se concretizam na vida cotidiana, atuando tanto como mecanismos de exclusão quanto como instrumentos de reexistência. No subcapítulo seguinte, serão examinados os vocábulos presentes no *Bichonário – Um dicionário gay*, ampliando a compreensão sobre a constituição e circulação do léxico dissidente nas práticas culturais LGBTQIAPN+.

6.3.2 A materialidade das ideologias linguísticas no *Bichonário: Um Dicionário Gay*

Este subcapítulo dedica-se à análise dos vocábulos presentes no *Bichonário: Um Dicionário Gay*, um léxico que revela práticas linguísticas específicas da sociabilidade urbana gay, especialmente em ambientes como boates, saunas e encontros públicos. A partir das categorias de análise propostas por Lagares (2018) — contextualidade, função naturalizadora e institucionalidade — e das dimensões das ideologias linguísticas elencadas por Kroskrity (2004), esta análise busca compreender como o *Bichonário* atua não só como um registro linguístico, mas também como um dispositivo material de construção identitária, resistência e negociação de poder.

Os vocábulos do *Bichonário* manifestam uma forte dimensão performática e situacional. Expressões como dar “close”, que significa “dar pinta de gay”, são emblemáticas da importância da linguagem na codificação das performances identitárias. Ao dar “close”, o

sujeito articula não apenas uma postura visual, mas uma relação complexa entre corpo, linguagem e visibilidade, desafiando normas heterocisnormativas de gênero e sexualidade. Esse ato performativo é, portanto, central para a construção e afirmação do eu dentro do universo urbano e das sociabilidades gays, conforme aponta a dimensão da identidade nas ideologias linguísticas.

Na dimensão da contextualidade, os vocábulos surgem como reflexo direto das práticas sociais e culturais da comunidade. O uso de termos como “botar a beer” — expressão que significa pagar a relação com cerveja — revela uma lógica relacional e econômica particular, que naturaliza formas específicas de interação afetiva e sexual. A função naturalizadora do vocabulário se manifesta quando essas expressões, antes potencialmente vistas como transgressoras ou marginais, ganham lugar na rotina linguística dos falantes, conferindo legitimidade e normatização a práticas cotidianas da comunidade.

A institucionalidade do *Bichonário* também se manifesta na formalização e circulação desses termos. A sistematização lexicográfica reconhece a importância cultural e social dessa linguagem, conferindo-lhe uma autoridade simbólica que resguarda e preserva um patrimônio linguístico que até então era majoritariamente oral e efêmero. Expressões como “capote” (camisinha) e “me dê 50” (me deixe; me poupe) passam a integrar um repertório reconhecido e compartilhado, consolidando a língua como um instrumento de pertencimento coletivo.

Além disso, os vocábulos do *Bichonário* funcionam como instrumentos de resistência e mediação de poder. A apropriação jocosa e subversiva de expressões ligadas ao consumo, como “botar a beer”, exemplifica uma resistência simbólica às normas sociais e sexuais dominantes. Ao mesmo tempo, a linguagem atua como mecanismo de delimitação e enfrentamento interpessoal, como evidencia “me dê 50”, que marca limites e negocia tensões dentro das interações sociais da comunidade.

A materialidade dessas ideologias linguísticas também é percebida na forma como o léxico se desdobra em expressões que nomeiam não apenas práticas sexuais e afetivas, mas também dinâmicas de hierarquia e conflito interno, como em “dinda” (gay velho e experiente) e “queimar” (falar mal, decepcionar alguém). Isso demonstra que o vocabulário não apenas promove coesão social, mas também regula comportamentos e relações de poder entre os membros do grupo.

Por fim, o erotismo e a sexualidade são tematizados e ressignificados através de vocábulos que afirmam uma sexualidade dissidente e celebratória. Termos como “fazer” (transar), “microfone” (pênis) e “rachada” (mulher) são elementos centrais para a reinvenção linguística das práticas sexuais e afetivas, reforçando a dimensão identitária do léxico.

Em suma, o *Bichonário* é um dispositivo linguístico e social que materializa ideologias complexas de identidade, resistência, poder, erotismo e pertencimento. A análise desses vocábulos revela o papel ativo da linguagem na produção e sustentação das vivências LGBTQIAPN+, configurando-se como ferramenta fundamental para a construção e afirmação de modos de existir.

No subcapítulo seguinte, será realizada uma análise detalhada dos vocábulos do *Aurélia: A Dicionária da Língua Afiada*, ampliando a reflexão sobre as diferentes materialidades ideológicas presentes no léxico do Pajubá.

6.3.3 Análise dos Vocábulos do *Aurélia: A Dicionária da Língua Afiada*

Este subcapítulo dedica-se à análise dos vocábulos presentes no *Aurélia: A Dicionária da Língua Afiada*, obra que sistematiza e documenta a linguagem viva das comunidades LGBTQIAPN+, com ênfase na população travesti, bicha e afins. A partir dos termos selecionados e de seu uso, é possível compreender como essas expressões funcionam enquanto práticas linguísticas que materializam ideologias linguísticas, promovendo a construção identitária, a resistência simbólica e a mediação do poder social dentro e fora dessas comunidades.

Os vocábulos do *Aurélia* apresentam uma carga semântica profunda, pois emergem do cotidiano e da vivência dessas populações, carregando marcas sociais, históricas e culturais que expressam tanto a autoafirmação quanto as tensões de um universo marcado por preconceitos, estigmas e processos de exclusão. Por exemplo, o termo “agasalhar”, definido como “ato de envolver um pênis com o ânus e o reto”, ressignifica práticas sexuais historicamente marginalizadas, atribuindo-lhes um nome específico e legítimo dentro do repertório linguístico comunitário. Essa nomeação não apenas promove a naturalização de práticas dissidentes como também as visibiliza enquanto formas de expressão corporal e identitária.

Outro exemplo relevante é o termo “cafuçu”, que, além de designar um indivíduo com estilo de vida baranga e grosseiro, carrega uma forte marcação regional do Nordeste brasileiro, indicando como a linguagem atravessa contextos geográficos e culturais diversos. Essa palavra, por ser usada tanto dentro da comunidade quanto por fora, apresenta-se como um ponto de contato e tensão entre identificação e estigmatização. A apropriação de “cafuçu” pela comunidade configura um movimento de ressignificação, onde a palavra torna-se ferramenta para reforçar a identidade coletiva e confrontar a exclusão social.

A dimensão da resistência linguística se manifesta também em expressões como “embucetar”, que significa “ensimesmar-se ou brigar”. Esta palavra expressa um modo particular de vivenciar e comunicar emoções, desde a introspecção até o conflito interpessoal, oferecendo um canal legítimo para experiências afetivas e sociais que, em outros contextos, poderiam ser invisibilizadas ou patologizadas. Essa expressividade reafirma o valor da linguagem enquanto espaço de resistência contra a normatividade heterossexista e cisnormativa que tenta limitar as formas de ser e expressar-se dessas populações.

A institucionalidade do Aurélia revela-se na função legitimadora da linguagem registrada. Ao organizar e publicar essas expressões, o dicionário atua como um arquivo cultural que preserva e valoriza a linguagem travesti e bicha, conferindo a esses termos um estatuto de autoridade simbólica e cultural. Esse processo de institucionalização permite que a comunidade ocupe espaços de fala e reconhecimento social, desafiando as normas hegemônicas que por muito tempo relegaram sua linguagem ao silêncio ou ao estigma.

No que tange às ideologias linguísticas de Kroskrity (2004), observamos três dimensões cruciais presentes no Aurélia: a construção de identidades, a resistência e a mediação do poder. A construção identitária é claramente observada em vocábulos como “quizila”, que significa “problema, aborrecimento, repugnância”, marcando experiências compartilhadas e delineando uma subjetividade particular dentro da comunidade. Essa palavra permite a articulação de sentimentos comuns, fortalecendo a coesão social e cultural.

A resistência se revela na apropriação e resignificação de termos que, em outros contextos, carregariam conotações negativas ou pejorativas. “Agasalhar” é exemplo disso: ao nomear explicitamente práticas sexuais e desejos, o vocabulário resiste às patologizações e à invisibilidade, criando um espaço de reconhecimento e dignidade para as sexualidades dissidentes.

Por fim, a mediação do poder é observada na capacidade do Aurélia de desafiar normas linguísticas hegemônicas e representar um espaço discursivo onde a linguagem das comunidades LGBTQIAPN+ é validada e preservada. O dicionário funciona como um mecanismo de luta simbólica, conferindo voz e autoridade àqueles que historicamente foram marginalizados e silenciados.

Outros vocábulos reforçam essa dinâmica, como “desaquendar” (deixar de lado, ir embora), que expressa ações cotidianas e afetivas com um vocabulário próprio e reconhecido, e “bombar”, que além do sentido literal (usar anabolizantes) tem uma conotação sexual importante, ilustrando o entrelaçamento da linguagem com a corporeidade e os desejos da comunidade.

A análise da materialidade linguística do Aurélia permite entender que essa linguagem não é mera ferramenta comunicativa, mas um locus de luta social, política e cultural. Ela atua na construção de identidades plurais, na resistência simbólica contra as violências da exclusão e na mediação do poder, dando visibilidade e legitimidade às formas de ser e expressar-se das populações LGBTQIAPN+.

O próximo capítulo trará as considerações finais da pesquisa, sintetizando as análises dos dicionários e refletindo sobre os impactos sociais e acadêmicos da valorização dessas línguas e ideologias linguísticas.

7 DESAQUEENDANDO O PAJUBÁ: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, foi percorrido um caminho investigativo orientado pela necessidade de compreender como o Pajubá — enquanto repertório linguístico historicamente marginalizado e profundamente imbricado a experiências LGBTQIAPN+ — manifesta e é atravessado por ideologias linguísticas, especialmente quando dicionarizado.

O estudo partiu da seguinte questão-problema: *como as Ideologias Linguísticas presentes nos dicionários em Pajubá refletem as dinâmicas de poder e resistência linguística e cultural no Brasil?* A partir dessa indagação, a pesquisa buscou investigar como o Pajubá, enquanto socioleto da comunidade LGBTQIAPN+, se inscreve nas tensões entre dominação e resistência, e de que maneira sua dicionarização opera como instrumento tanto de empoderamento e visibilidade quanto de regulação e institucionalização.

Com base nessa problemática, definiu-se como objetivo geral: descrever e analisar como as ideologias linguísticas se manifestam nos dicionários do Pajubá e como essas manifestações contribuem para a legitimação — ou contestação — desse socioleto. Para alcançar esse objetivo maior, estruturaram-se três objetivos específicos: (1) descrever o Pajubá em suas origens, características linguísticas e usos sociais; (2) analisar exemplos de ILs presentes nas obras lexicográficas, compreendendo como o socioleto se articula com relações de poder e identidade; e (3) verificar em que medida o Pajubá cristaliza ou subverte a norma linguística hegemônica.

O percurso analítico desta pesquisa teve início com um levantamento sistemático da produção acadêmica sobre o Pajubá, o que permitiu delimitar lacunas teóricas e metodológicas nos estudos anteriores — especialmente no que diz respeito à abordagem das materialidades lexicográficas do socioleto em perspectiva crítica. Em seguida, foi realizada uma reconstrução histórico-linguística do Pajubá, partindo da relação entre o português e línguas africanas, com

destaque para o iorubá-nagô, e examinando os efeitos da repressão durante a Ditadura Militar sobre a emergência de linguagens codificadas nos guetos urbanos. Tal reconstrução forneceu as condições de inteligibilidade necessárias para compreender a complexidade cultural e política do Pajubá como prática enunciativa situada.

Com esse pano de fundo, a análise recaiu sobre três obras centrais: *Diálogo de Bonecas* (1995), *Bichonário – Um Dicionário Gay* (1996) e *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada* (2006), concebidas por e para sujeitos dissidentes da norma heterocisgênera e linguística. A leitura dessas obras, à luz das cinco dimensões das ideologias linguísticas propostas por Kroskrity (2004) — *interesses de grupo, multiplicidade das ideologias, consciência dos falantes, mediação entre estruturas sociais e formas de fala, e construção identitária* — e dos três eixos analíticos de Lagares (2018) — *contextualidade, função naturalizadora e institucionalidade* —, possibilitou uma leitura crítica e situada do corpus, considerando não apenas os vocábulos dicionarizados, mas também os paratextos, as escolhas editoriais e os contextos de circulação.

A hipótese que guiou a pesquisa — de que a dicionarização do Pajubá pode ser compreendida como gesto de resistência linguística e afirmação identitária, mas também como possível mecanismo de regulação simbólica — mostrou-se profícua. As análises evidenciaram que os dicionários não operam como repositórios neutros, mas como artefatos glotopolíticos densamente atravessados por disputas e finalidades político-afetivas: denúncia, resistência, preservação de memória, legitimação de práticas linguísticas dissidentes e reconfiguração das fronteiras do dizer.

Observou-se, por exemplo, que o *Aurélia* busca inserir o Pajubá em esferas legitimadas do saber (arte, ciência, cultura), tensionando os limites entre marginalidade e prestígio. Tal movimento promove uma tentativa de naturalização do socioleto, que ao mesmo tempo em que amplia sua legitimidade, pode esvaziar sua força crítica se não problematizar as assimetrias que sustentam a exclusão original. Já o *Diálogo de Bonecas* e o *Bichonário* incorporam humor, ironia e crítica social, revelando a importância do contexto de produção e da oralidade na configuração dos sentidos atribuídos ao socioleto. A diversidade lexical do Pajubá — composta por expressões de origem africana, termos religiosos, gírias criminais e criações performáticas — se mostrou como elemento de coesão comunitária e resistência simbólica.

A análise também permitiu refletir sobre as tensões entre institucionalização e dissidência. A função naturalizadora das ideologias linguísticas se faz presente nas estruturas dos dicionários, mas é frequentemente desafiada por vocábulos que celebram o “erro”, o desvio, a paródia e a reapropriação de insultos. Por meio da categoria de marcadores identitários,

verificou-se como o Pajubá atua como código de reconhecimento e proteção em contextos hostis — um repertório de sobrevivência cultural. Ao mesmo tempo, a ausência de determinadas vozes — como travestis negras de periferia — em alguns paratextos chama atenção para os riscos da homogeneização de uma experiência LGBTQIAPN+ que é, na prática, múltipla, racializada e atravessada por desigualdades.

Nesse sentido, foi fundamental adotar uma perspectiva interseccional que permitisse pensar o Pajubá não como repertório uniforme, mas como território de disputas, apropriações, silenciamentos e reinvenções. Mais do que descrever vocábulos, buscou-se compreender os mecanismos de legitimação, exclusão e hierarquização que atravessam sua dicionarização. Como demonstrado, a linguagem — longe de ser neutra — revela, encobre ou negocia formas de poder e resistência. A própria existência dos dicionários já é, em si, um acontecimento político, pois marca o reconhecimento de práticas linguísticas outrora invisibilizadas.

Do ponto de vista científico, espera-se que esta dissertação contribua para a ampliação dos estudos glotopolíticos e lexicográficos ao incorporar produções concebidas por sujeitos historicamente excluídos dos circuitos formais de saber. Ao tratar os dicionários do Pajubá como documentos legítimos de memória, resistência e invenção linguística, propõe-se uma revalorização dos saberes periféricos e uma reflexão crítica sobre os próprios limites da linguística enquanto campo disciplinar. A valorização de um socioleto dissidente não significa apenas ampliar o escopo empírico da pesquisa linguística, mas também questionar quem tem direito à fala, quem nomeia e quem é nomeado.

Como desdobramentos possíveis desta pesquisa, vislumbra-se um conjunto de investigações centradas no próprio Pajubá e em suas múltiplas trajetórias de circulação e ressignificação. Um primeiro caminho diz respeito à sua presença — ou silenciamento — em materiais didáticos, avaliações como o ENEM, currículos escolares e políticas públicas educacionais, o que pode revelar tanto avanços quanto resistências institucionais à legitimação dessa linguagem. Também se destaca a crescente apropriação do Pajubá por discursos midiáticos, corporativos e publicitários, que, ao incorporarem expressões do léxico, frequentemente o esvaziam de suas dimensões políticas, transformando-o em recurso estético ou mercadológico. Além disso, o Pajubá tem ganhado visibilidade em redes sociais digitais como *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*, onde circula entre dinâmicas aceleradas de viralização, apagamento e cooptabilidade. Esses desdobramentos evidenciam que o Pajubá, enquanto linguagem situada e enraizada em experiências LGBTQIAPN+, continua a operar como ferramenta de reinvenção cultural e resistência simbólica, mas enfrenta, simultaneamente, os desafios da captura discursiva e da mercantilização de seus sentidos.

Por fim, esta pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento de uma linguística crítica, comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a equidade epistêmica. Reconhecer o Pajubá como socioleto de resistência é reconhecer que, nas frestas da linguagem, habitam não apenas formas de dizer, mas possibilidades concretas de reexistir. Que esta investigação, com suas limitações, possa somar-se a outras vozes e práticas que insistem em legitimar os saberes que brotam das margens, para que a linguagem — enquanto território — não seja apenas lugar de exclusão, mas também de invenção, cuidado e transformação política.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Raul Silvestre Benitez. **O pajubá falado no programa Drag Race Brasil.** 2024. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2024.

ALONSO, Nilton Tadeu de Queiroz. **Do Arouche aos jardins:** uma gíria da diversidade sexual. 170p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

AMARAL, Marília. **Essa boneca tem manual:** práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes. 163p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ARAÚJO, Gabriela Costa. **Bajubá:** memórias e diálogos das travestis. 1. ed. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2019.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. **Matraga - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/20196/18150>. Acesso em 3 mar. 2025.

ARNOUX, Elvira Narvaja de; DEL VALLE, José. **“Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo.”** John Benjamins Publishing Company, 2010.

BABY, Jovana. **Diálogo de Bonecas.** Rio de Janeiro: Iser/PIM, 1995.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta. Língua e poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. O Impacto das Línguas Bantas na Formação do Português Brasileiro. In: **Português, Africanismos e Racismo.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

BARROSO, Renato Régis. **Pajubá:** o código linguístico da comunidade LGBT. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo. Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Manaus: 2017.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** Tradução Mário Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita:** o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENISTE, José. **Dicionário Yorubá – Português.** São Paulo: Bertrand, 2011.

BIRMAN, Patrícia. transas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobreovo. **Estudo Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 403-414, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vCG4hq9qVzjwFc97gg8nTrz/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BIZZOCCHI, Aldo. A Distância Entre Língua e Dialeto. **Revista Língua Portuguesa**, ano 2, n. 14, dez. 2006. Disponível em: <http://www.aldobizzocchi.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BONNIN, Juan Eduardo; LAURIA, Daniela. Diccionarios online: hacia una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española. Editora RG, **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, 2015. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/11584>. Acesso em 4 dez. 2024.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, 2008.

BORGES, Patrícia de Souza. **Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX – XX)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06082015-114127/publico/2015_PatriciaDeSouzaBorges_VCorr.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

BORSA, Angelix Nunes de Oliveira. **Bicha-papona que devora designs e teorias: antropofagya e cultura pajubeyra como orientadores projetuais**. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado em Design Estratégico) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-53, 2004.

BRASIL Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL Estatuto da Igualdade Racial. **Lei 12.288 Institui o Estatuto da Igualdade Racial**. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/lei/12288.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL LIBRAS. **Lei 10. 236 sobre a Língua Brasileira de Sinais**. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero [recurso eletrônico]**: feminismo e subversão da identidade. Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALVET, Louis Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CONSULTORIA, transcendemos. Tô bege com a @prefeiturafortalezavoce. @transcendemos_, 7 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Bp5HcFpHNIq/?igsh=MTdoejc4eT ZiYzZubQ==>. Acesso em: 5 dez. 2024.

COSERIU, Eugene. **Lições de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Patricia Hill Collins. — 2nd ed, 1948.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DEL VALLE, José. La lengua: patria común: la hispanofanía y el nacionalismo panhispánico. In: DEL VALLE, J. (org). **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid/Frankfurt em Main: Iberoamericana/Vervuet, 2007.

DEL VALLE, José. **Language in the Americas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DEL VALLE, José. Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica. **Boletim de Filología**, tomo XLIX, n. 2, p. 87-112, 2014.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa in: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. 167p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FARIAS, Olden Hugo. Linguagem Neutra: uma questão linguística ou discursiva? **ReVEL**, v. 21, n. 41, 2023. Disponível em:
<https://revel.inf.br/files/af7465864bc48e2626ba18af659a4043.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FERNANDES, Márcia Regina; VOGES, Márcia Cristina Neves; FRANZEN, Bruna Alexandra. Língua e dialeto: uma discussão teórica sobre a variação e o preconceito. **Maiéutica**, v. 2, n. 1, nov. 2013. Disponível em:
https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/LED_EaD/article/view/1202/362. Acesso em: 25 nov. 2024.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. **Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher**: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77565>. Acesso em: 4 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org., introd. e revisão: R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRY, Peter. **Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- FUSARO, Karin. **Gírias de todas as tribos**. São Paulo: Panda, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. In: **Por uma Sociologia da Identidade Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean Baptiste. Pour la glottopolitique. *Languages*, 21 e année, p. 05-34, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lge_0458-726x_1986_num_21_83_2493. Acesso em 4 mar. 2025.
- HALL JR., Robert Anderson. The life-cycle of pidgin languages. *Lingua*, 78: 152-155, 1962.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- JAIME, Jorge. A gíria homossexual e o crime. In: Jorge Jaime. **Homosexualismo maculino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora O constructor, 1953.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio e Janeiro: 1808-1850**. Tradução Pedro Maria Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. V; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KROSKRITY, Paul V. Language ideologies. In: Duranti, A. (ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Blackwell Publishing, 2004.
- KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. William Labov. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** desafios glotopolíticos contemporâneos. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- LAKOFF, George; JHONSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de Tradução: Maria Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 1980.
- LAURIA, Daniela. Consideraciones glotopolíticas en torno a los diccionarios escolares del español. Universidad Nacional de Córdoba, **Revista Digital de Políticas Lingüísticas**, v 5, 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/28022>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens Pajubeyras**: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade. 1ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.
- LIMA, Delcio Monteiro de. **Os homoeróticos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: GREEN, James N; TRINDADE, Ronaldo (org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 212f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MELO, Rogério Marcelino dos Santos. **A Língua da nação: o dialeto Pajubá como forma de diversidade linguística**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande: 2016.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MOIRA, Amara. Cartilha pioneira de combate à AIDS escrita em bajubá. **Fatal blog**. 3 maio 2014. Disponível em: <https://fatalmodel.com/blog/colunistas/cartilha-pioneira-de-combate-a-aids-escrita-em-bajuba>. Acesso em: 3 mar. 2025

MOITA LOPES, Luiz Paulo. (org.). Ideologia Linguística: como construir discursivamente o português no século XIX. In: **O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolínguístico**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 19-52.

NASCIMENTO, Taiane Flores do; COSTA, Benhur Pinós da. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 181-204, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29075>. Acesso em: 3 mar. 2025.

NASCIMENTO, Taiane Flores do. **Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais**. 103p. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Oficialização de línguas indígenas em nível municipal no Brasil**. Algumas considerações político-linguísticas e jurídicas preliminares, 2003. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/website/noticias/indios/ipl.htm>. Acesso em: 3 mar. 2025.

OLIVEIRA, Matteus Freitas de. **Princesa do sertão: o universo trans entre o espelho e as ruas de Feira de Santana-BA**. 268p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Neusa Maria de. **Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Rosemeire Aparecida Nunes; FERREIRA, Fernando Cesar. Valorizando a cultura Guarani-kaiowá através do ensino do espaço e do tempo. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 23, n. 3, p. 759-774, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cHpNxR4FNdkRnZmtvYjkYdz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2025.

PEREIRA, Genivan Silva. “**Não sou homem, não sou mulher, sou travesti**”: **representação e identidade cultural no álbum Trava Línguas, de Linn da Quebrada**. Orientador(a): Oseas Bezerra Viana Júnior. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Licenciatura em Letras, Garanhuns, 2023.

PEREIRA, Kaya Araújo. **Arquivo de pajubá (1977–1989): discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico**. 125 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2024.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, William Siqueira. **Travestis brasileiras**: dos estigmas à cidadania. Curitiba : Juruá, 2015.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas. SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. ROCA, Maria del Pilar. (orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

QUEIROZ, Sônia Maria de Melo. **A língua do Negro da Costa**: um remanescente africano em Bom Despacho (MG). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289014545_A_lingua_do_Negro_da_Costa_um_remanescente_africano_em_Bom_Despacho_MG. Acesso em: 26 nov. 2024

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A; TÍLIO, R.; ROCHA, CH. (orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes, p. 19-42, 2015.

RIVA, Huélinton Cassiano. Desvendando o léxico do Pajubá, a gíria do grupo dos LGBTQIAPN+ do Brasil. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 2, jan, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2876>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Revisão e prefácio de Homero Pires. Notas bibliográficas de Fernando Sales. São Paulo: Nacional, 1932.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SANTOS, Ailton da Silva. O gênero na berlinda: reflexões sobre a presença de travestis e mulheres transexuais nos terreiros de candomblé. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3. 2013, Salvador. **Anais**. UFBA: Salvador, 2013. Disponível em: <https://portal.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/O-g%c3%aanero-na-berlinda-reflex%c3%b5es-sobre-a-presen%c3%a7a-de-travestis-e-mulheres-transexuais-nos-terreiros-de-candombl%c3%a9.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Orocil. **Bichonário:** um dicionário gay. Salvador: Editora do Autor, 1996.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro. De bajubá em bajubá, onde será que vai dar? apropriações, classificações e relações de poder em Belém-PA. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2., 2010, Belém. **Anais.** Belém, 2010.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Certas cariocas.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travesti:** a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Iser, 1993.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travestis entre o espelho e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 39-178.

SILVA JÚNIOR, Ailton Gomes da. **Pajubo, logo existo: o Pajubá como chave epistemológica em Necá, de Amara Moira.** 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no paraíso.** Edição revista ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2000

VIP, Ângelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada.** São Paulo: Editora do Bispo, 2006.

VOLOSHINOV, Valentin Nikoláievich. **El marxismo y la filosofía del lenguaje (Los principales problemas del método sociológico en la ciencia del lenguaje).** Pról. e trad.: T. Burbnova. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2009.

WITHAKER, Edmur de Aguiar. Prostituição masculina. Estudos biográficos dos homossexuais (Pederastas Passivos) da Capital de São Paulo: Aspectos de uma atividade social, costumes, hábitos “apelidos”, “gíria”. **Arquivos de Polícia e Identificação,** São Paulo, v. 1, 1938.

WOOLARD, Kathryne A. LANGUAGE IDEOLOGY: ISSUES AND APPROACHES. **Pragmatics**, v. 2, n. 3, p. 235-249, 1992. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3545533>. Acesso em: 21 maio 2025.

XAVIER, A. **Acordo Ortográfico e Identidade Nacional:** Um Debate Contemporâneo. Coimbra: Almedina, 2011.